



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

WILLIAM GODINHO DE MOURA RODRIGUES

**“NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL”: OS
REFLEXOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE BRIZOLA NO MUNICÍPIO DE
BAGÉ/RS**

**Bagé
2015**

WILLIAM GODINHO DE MOURA RODRIGUES

**“NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL”: OS
REFLEXOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE BRIZOLA NO MUNICÍPIO DE
BAGÉ/RS**

Monografia de Curso apresentado ao programa de Pós-graduação
Latus sensu em Especialização em Educação e Diversidade Cultural
da Universidade Federal do Pampa, como requisito final para
obtenção do título de Especialista em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

**Bagé
2015**

WILLIAM GODINHO DE MOURA RODRIGUES

**“NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL”: OS
REFLEXOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE BRIZOLA NO MUNICÍPIO DE
BAGÉ/RS**

Monografia de Curso apresentado ao programa de Pós-graduação
Latus sensu em Especialização em Educação e Diversidade Cultural
da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Educação.

Área de concentração: Educação.

Monografia de Curso defendido e aprovado em:
Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Profa. Dra. Claudete Lima

Prof. Msc. Cláudio de Leão Lemieszek

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Alessandro Bica pela maravilhosa e atenciosa orientação prestada ao longo do trabalho. Meus agradecimentos por sempre ter se empenhado no trabalho de maneira tão profícua esclarecendo qualquer tipo de dúvidas sempre visando a minha liberdade de pensar e me expressar. Obrigado por todas as oportunidades abertas ao longo da caminhada, algumas orientações são técnicas, outras são para a vida toda. Hoje muito mais que um professor este vem a ser um amigo, um conselheiro e um eterno camarada.

Aos professores do curso, minha saudação respeitosa e carinhosa para todos que contribuíram das mais variadas formas para o cumprimento de mais esta importante etapa.

Aos queridos colegas, sempre extremamente respeitosos, possuidores de imensa alegria contagiante que tornou os momentos simples em momentos maravilhosos e momentos de alegria em momentos memoráveis.

Ao Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda e toda sua equipe pelo auxílio nas pesquisas nos dias intermináveis de leitura e análise. Em especial ao Diretor Msc. Cláudio Lemieszek que sempre atendeu com extrema atenção minhas solicitações e ouviu minhas indagações fornecendo verdadeiras aulas sobre a História de Bagé e suas particularidades. Com muita honra este vem a fazer parte, novamente, de mais uma etapa tão importante da minha vida. Meus sinceros agradecimentos ao amigo.

À querida amiga Élide Garcia que tantas vezes sentou para ouvir meus devaneios e minhas longas viagens históricas ajudando e auxiliando como pode sem medir esforços.

À minha família, principalmente aos “pequenos”, que esta pequena conquista sirva apenas de marco a ser batido e ultrapassado, pois o sucesso que os aguarda é infinito e esplendoroso.

À minha musa inspiradora, meu muito obrigado pelo carinho angelical de sempre e pela paciência e compreensão. Não esqueça que nesta nossa família todos os passos trilhados visam primeiro a sua felicidade.

“Coisa muito vazia é a grande parte de um povo assinar o nome com a ponta do polegar. Por isso, no Brasil, é, antes de tudo, benemérito quem cava os alicerces de uma escola para enterrar um pouco do analfabetismo.”

Autor Desconhecido

RESUMO

A presente pesquisa pretende analisar se o processo de construção de escolas municipais primárias ocorridas nos governos municipais de Abib Ieffet (PTB), João Batista Fico (PTB) e Camilo Gomes (PSD) no período de 1959-1963 foram implantadas pela iniciativa particular dos governos municipais ou devem-se ao alinhamento político-educacional ao governo estadual de Leonel de Moura Brizola (1959-1963), na compreensão deste processo político-pedagógico usou-se como fonte principal de pesquisa o jornal Correio do Sul do Município de Bagé/RS. Os materiais foram analisados pela metodologia da análise documental e embasadas pela perspectiva teórica dialética, buscando compreender o dito e o não dito das fontes analisadas. No recorte temporal, ainda encontramos o projeto educacional promovido pelo governo estadual intitulada: “*Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário*”, cujo lema precedia qualquer apresentação do plano: “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*”. Inseridos nesta lógica encontrava-se também o “*Plano das Duas Mil*”, referente à construção de escolas no biênio 1960-1961, onde o ano de 1961 é chamado de “*O Ano da escolarização*”, que será determinante para a avaliação do impacto do processo de construção das chamadas *brizoletas* ou *escolinhas do Brizola* no município de Bagé. Através do jornal pesquisado observou-se que diretrizes do Governo Estadual foram cumpridas, contudo falhas na execução de projetos foram identificadas mesmo Bagé, assim como ficou claro que as mudanças do Executivo Municipal afetaram positivamente o crescimento da expansão primária municipal com a intervenção do Deputado Justino Quintana à frente da Secretaria de Educação e Cultura.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Escolas municipais primárias. História da Educação de Bagé.

ABSTRACT

This research aims to analyze the process of construction of primary public schools occurred in the municipal governments of Abib Ieffet (PTB), João Batista Fico (PTB) and Camilo Gomes (PSD) in the 1959-1963 period were implemented by private initiative of governments municipal or are due to the political and educational alignment to the state government of Leonel de Moura Brizola (1959-1963), the understanding of this political-pedagogical process was used as the main source of research the *Correio do Sul* newspaper in the city of Bagé/RS. The materials were analyzed by the method of document analysis and informed by theoretical dialectical perspective, trying to understand the said and the unsaid of the analyzed sources. The time frame, we still find the educational project promoted by the state government entitled "Plan of Education Expansion Emergency Primary", whose motto preceded any plan presentation: "No child without school in Rio Grande do Sul." Entered this logic was also in the "Plan of Two Thousand" for the construction of schools in the 1960-1961 biennium, where the year 1961 is called "The Year of schooling", which will be crucial for assessing the impact of process of building brizoletas calls or academies of Brizola in the municipality of Bagé. Through the newspaper researched it was observed that the State Government guidelines have been met, but fail to execute projects were identified even Bagé, as it became clear that the changes in the municipal executive positively affected the growth of the municipal primary expansion with Mr. Justin Quintana ahead of the Department of Education and Culture.

Keywords: Educational Public Policy. Primary municipal schools. History of Bagé of Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População presente, por localização e sexo, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 1950.....	57
Tabela 2 - Pessoas de 05 anos e mais por grau de instrução, segundo os municípios do Rio Grande do Sul.....	58
Tabela 3 - Total de homens e mulheres por grau de instrução no Estado do Rio Grande do Sul.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPE – Comissão Estadual de Prédios Escolares

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PL – Partido Libertador

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SEDEP – Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

Introdução.....	11
CAPÍTULO 1 - A DÉCADA DE 1960 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E OS ASPECTOS POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS DO JORNAL CORREIO DO SUL.....	19
1.1. A configuração política rio-grandense.....	19
1.2. As lideranças políticas do Estado do Rio Grande do Sul.....	21
1.2.1. Leonel de Moura Brizola e Alberto Pasqualini.....	22
1.2.2. Mariano de Freitas Beck, Justino Costa Quintana e João Batista Fico.....	24
1.3. O jornal Correio do Sul.....	26
CAPÍTULO 2 - O PROJETO EDUCACIONAL DO GOVERNO BRIZOLA.....	34
CAPÍTULO 3 - OS REFLEXOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS DO GOVERNO BRIZOLA NO MUNICÍPIO DE BAGÉ.....	38
3.1. O início do Governo Brizola e o fim da gestão de Mariano de Freitas Beck.....	38
3.2. Um “filho de Bagé” é contemplado no Governo Estadual.....	53
3.3. Bagé comemoraria o “Ano da Escolarização”?.....	80
3.4. De Fico à Gomes, as mudanças no Executivo bajeense.....	105
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
Referências.....	123

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir para os estudos e pesquisas em História da Educação do Município de Bagé/RS, ainda que com aspecto temporal limitado devido ao recorte, a pesquisa tem um cunho específico por optar pela abordagem feita sob a ótica de um periódico local. Logo, a partir do Capítulo 1 é exposto um apanhado sobre a década de 1960, onde partimos de uma lógica de estudo fundamentada na compreensão da configuração política no Estado do Rio Grande do Sul, vital para entendermos o contexto como um todo, passando por algumas lideranças políticas presentes ao longo do trabalho até chegar ao ponto “chave”, nosso documento-fonte, o jornal Correio do Sul, buscando compreender seu posicionamento político-partidário e suas ações através de seus editoriais.

O Capítulo 2 destina-se exclusivamente a fundamentação do que abarcava o projeto político educacional, desenvolvido nas hostes do PTB, e, posto em prática por Leonel de Moura Brizola. Ainda neste capítulo, buscamos analisar, quais os meios de ação e as lógicas de ação realizadas por cada dispositivo criado ou reestruturado pelo Governo do Estado petebista.

No Capítulo 3, trazemos para o corpo do trabalho a análise dos artigos coletados no periódico entre os anos de 1959 e 1963, estes artigos foram analisados com olhar acurado e de forma questionadora, percebeu-se que os artigos relatam as ações e reações no seio da sociedade bajeense, por este fato, não poderia ser de outra forma que não a cronológica a sequência das análises, variavelmente quebrando esta cronologia para melhor entendimento de algumas questões de maior cuidado.

Portanto, para cada ano analisado se constituiu um sub capítulos para se efetuar um estudo mais profícuo dos artigos.

Para a elaboração e cumprimento deste estudo utilizaremos o campo da pesquisa histórica ligada à educação que não é apenas uma linha de pesquisa ou um simples método analítico para estudar instituições escolares¹, formação de professores, história de vida ou outras áreas de pesquisa dentro de contextos históricos, educacionais, pedagógicos ou políticos, mas também serve para construir possibilidades de escritas de narrativas históricas e educacionais, como comenta BICA (2012, p.6): *“deve-se perceber que as pesquisas em*

¹ O termo instituições escolares empregado nesta pesquisa remete-nos ao sentido da escola como espaço material, concreto e real, a partir da consideração de suas bases materiais, nas quais constituem os primeiros elementos de sua materialidade, isto é a arquitetura escolar, os modelos educacionais e as políticas públicas que constituíram sua gênese, consolidação e permanência através da história. Ainda sobre este assunto, ver WERLE, (2001); NOSELLA & BUFFA (2005) e BICA(2006).

história da educação não são apenas relatos ou narrativas do tempo escolar, mas sim premissas teóricas apresentadas como resultados da própria pesquisa histórica”.

Tratando-se das pesquisas em história da educação, estas têm sido repensadas no Brasil principalmente nos últimos anos, e neste sentido propõem-se a estudar os mais distintos contextos históricos, explicando a gênese das instituições escolares, das políticas educacionais, da arquitetura escolar/educacional, bem como estudar as relações políticas, sociais e econômicas e suas implicações nas políticas públicas educacionais², nas práticas educativas e nos planos educacionais pensados realizados pelos governos municipais, estaduais e federais.

A pesquisa no campo da história da educação tem enfrentado alguns problemas em relação ao cunho teórico de suas pesquisas, como explica NAGLE (APUD BONTEMPI JR, TOLEDO, 1993, p.12):

[...] o estudo do processo de educação beneficiar-se-á quando se encaixar na multiplicidade dos aspectos da vida social, na riqueza da vida cultural de determinado povo. Por esse motivo, o estudo tanto da organização como das práticas, no terreno educacional, deve encontrar uma maneira produtiva de interligar-se com as condições econômicas, políticas e sociais de determinado quadro histórico, quando no qual a educação aparece e se desenvolve e encontra sentido que configura seu modo particular de ser.

Neste sentido, a história da educação também deve ter um caráter teleológico implícito, caráter este que vem a ser um problema quando se demonstra ausente como cita TAMBARA (1997, p.36): *“Entendo que apenas uma inserção na contemporaneidade justifica a investigação histórica e, particularmente, a história da educação”*, sendo assim, o autor mostra-nos que a história da educação tem os mesmo princípios e objetivos que a História escrita, mas sob outros prismas ideológicos (nova história, *Annales*, história das mentalidades e outros) não podendo ser a primeira segregada da segunda.

² Na perspectiva de compreender e/ou conceituar políticas públicas para a educação, compreende-se que as políticas educacionais se situam no âmbito das políticas públicas de caráter social, sendo assim, não são estáticas, mas dinâmicas, ou seja, estão em constante transformação. Para compreendê-las, é necessário entender o projeto político do Estado, em seu conjunto, e as contradições do momento histórico em questão. Sobre as preocupações que os pesquisadores devem tomar no processo de análise e compreensão das políticas públicas, SAVIANI (1986, p.135), traz o seguinte alerta: *“Para se compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas”*. Neste sentido, o conceito de Políticas Públicas comporta várias significações. Para alguns, pode ocorrer uma redundância, visto que toda política, pela própria natureza etimológica da palavra é essencialmente pública. Este termo pode referir-se a diferentes áreas ou campos de atuação governamental, por exemplo política econômica, políticas sociais, ou ainda, ambientais. Pode remeter aos processos próprios da ação política, no que diz respeito aos instrumentos, regras e organização das forças que se enfrentam ou se articulam no espaço dos embates. Pode significar, ainda, as instituições políticas, como o Estado e suas normas, regras e marcos jurídicos. Sobre este assunto, consultar: AZEVEDO, Janete M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

Ainda nesta perspectiva de compreensão, relembra TAMBARA (1997, p.36): “O historiador é um ser no mundo com compromissos que historicamente lhe são inerentes. É esta vinculação que o faz mergulhar no passado para melhor compreender o presente.” Ancorado nestes princípios de legitimidade dos estudos em história da educação, entendemos as pesquisas nesta área como rica possibilidade de desenvolvido e aperfeiçoamento de teorias e métodos.

Sendo assim, entendemos que as pesquisas em história da educação estão atreladas a determinados contextos históricos, sociais, culturais e políticos, especificamente no caso desta pesquisa, usamos como recorte temporal de 31 de janeiro 1959 a 31 de janeiro de 1963, período em que o Estado do Rio Grande do Sul foi governado por Leonel de Moura Brizola (PTB) e estabeleceu uma política pública educacional de expansão do ensino primário em cunho emergencial no Estado Gaúcho, como mostra o nome de seu **“Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário”**.

Apesar da carência de fontes históricas e materiais de pesquisas sobre o tema proposto, autores como FERREIRA (2008) pesquisou sobre a posição política de Brizola como militante de esquerda do PTB e sua participação na **“Campanha da Legalidade”**. Se tratando das pesquisas relacionadas à temática educacional do período Brizola no Estado do Rio Grande do Sul destacam-se os trabalhos de QUADROS (2001) e CEMIN (2010). Quadros (2003, p.11), ainda nos chama atenção *“o período de 1945 a 1964 tem sido muito pouco privilegiado pelos pesquisadores da educação rio-grandense”*, acrescenta-se ainda a pouca produção de materiais teóricos (artigos, dissertações, teses, etc.) sobre o período proposto neste trabalho.

Com relação ao município de Bagé, existem também poucas pesquisas na área de História da Educação, sobretudo no que diz respeito ao século XIX, onde havia a existência de pequenas escolas particulares e municipais (LEMIESZEK e GARCIA, 2013).

Sobre o começo do século XX, destaca-se o trabalho de BICA (2014) que preenche uma lacuna histórica que inicia no limiar do século XX até os anos de 1930, possibilitando uma base para estudos educacionais e permitindo o entendimento das relações entre a política castilhistaborgista com a educação bajeense.

Já nos primeiros anos do século XX, ainda segundo LEMIESZEK e GARCIA (2013), o Município de Bagé foi impulsionado com a criação da primeira escola estadual de ensino médio, o Colégio Elementar. Segundo BICA (2013), entre os anos de 1903 e 1908, Bagé teve um significativo avanço passando de 02 (dois) para 08 (oito) estabelecimentos de educação

primária, tendo um aumento numérico de 400% nas aulas municipais. No que diz respeito às aulas mantidas pelo Estado o crescimento foi de 137,5% enquanto a iniciativa privada ficou com 7% de aumento.

No ano de 1904, o Município de Bagé recebeu a instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para o sexo masculino, e no ano de 1905, instala-se o Colégio Espírito Santo para o sexo feminino, ambos de congregações eclesiásticas atendendo respectivamente a elite populacional da cidade.

Entre os anos de 1910 a 1913, BICA (2013, p.158) afirma que na administração do *“histórico republicano José Octavio Gonçalves, representante da primeira geração de republicanos e chefe supremo do PRR em Bagé”*, é elaborado por este Intendente Municipal um relatório detalhado sobre a Instrução Pública Municipal no qual o autor chama a atenção para a *“ausência de políticas públicas e a insuficiência de aulas tuteladas pelo município, por outro lado ainda persiste a ação iniciativa privada nas questões educacionais”* (2013, p.160).

No governo de Martim Tupy Silveira (1914-1925), o pesquisador ainda revela que a partir do estudo feito pelo intendente municipal apresentado em relatório ao Conselho Municipal em 1914, o panorama da Educação Pública Municipal (2013, p.167) era:

- Quase todas as aulas eram subvencionadas pelo Governo do Estado;
- Que o 1º Distrito (Bagé), zona mais urbana do município, possuía o maior percentual das aulas municipais (05 aulas); o maior número de matrículas, isto é, 249 alunos ou 49% do total e uma matrícula maior de meninas nas escolas municipais;
- Que o 5º Distrito (Santa Rosa) e 7º Distrito (Candiota) possuíam o mesmo número de aulas municipais, ocupavam conjuntamente o segundo maior número de matrículas do município e em suas aulas estudavam majoritariamente alunos do sexo masculino;
- Que o 3º Distrito (Olhos D'água), 4º Distrito (Palmas) e 6º Distrito (Rio Negro) possuíam conjuntamente apenas 04 aulas municipais, o menor número de alunos matriculados e um percentual de 37% de frequência total de alunos matriculados, como também, os alunos do sexo masculino predominavam em suas aulas.

Ainda, segundo o mesmo relatório estudado pelo autor, o estudo demonstra que havia 15 escolas particulares, todas oferecendo o ensino primário e 08 (oito) destas oferecendo também o ensino secundário. Nas estaduais havia 05 (cinco) aulas públicas e um Colégio Elementar. (BICA 2013, p.168).

Neste mesmo trabalho, BICA (2013, p.202) afirma que em 1925, foi instituído o Regulamento das Escolas Municipais, subdividido em 07 (sete) capítulos que *“teve por objetivo unificar e controlar a Educação Primária Pública no município de Bagé”*. Entre os anos de 1925-1929, período do intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira, a instrução pública

bajeense ganhou forma e cuidados tanto com a educação em si, quanto com os educandos e educadores. BICA acentua ainda que:

Podemos notar que nos artigos [do Regulamento das Escolas Municipais] [...], existem diversas preocupações quanto à necessidade da expansão do ensino primário no município como também nos distritos rurais com mais de 50 crianças, preocupações com a frequência escolar, com a infra-estrutura das escolas, com a tipologia do ensino, em relação à idade dos alunos, sobre as condições de saúde das crianças para o ingresso nas escolas, sobre o período e o horário das aulas. (2013, p. 203)

Estes e outros avanços significativos ocorreram no período de governo do intendente Mangabeira e que servem como uma base para o estudo proposto neste projeto de pesquisa. Nota-se que a criação de regulamentos para as políticas públicas educacionais serão a base para novas mudanças que ocorrerão nos governos municipais alvo desta pesquisa, assim como a relação quantitativa de instalação e distribuição de escolas vai ocorrer também no período proposto nesta pesquisa. Vale acentuar que BICA (2013, p. 146) traça um alinhamento entre os intendentes municipais de Bagé que são filiados ao Partido Republicano Rio-Grandense com o Governo Estadual presidido no mesmo período majoritariamente por presidentes estaduais do mesmo partido, onde “*os líderes republicanos na condução administrativa do Estado conferiram a escola e ao ensino público, o caminho principal para o êxito do projeto político republicano de educação*”.

O estudo da ligação entre políticas públicas do governo estadual e municipal será a problemática de estudo deste projeto de pesquisa, sendo assim, nossa proposta é compreender em que medida os discursos educacionais dos projetos: “*Plano de Emergência de Expansão do Ensino primário*”, cujo lema que antecede a explicação dos objetivos da proposta é: “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*” (1959-1963) e a ideia da execução do “*Plano das Duas Mil*”, cujo lema também sugeria o motivo de tal plano: “*Duas mil em 2 anos*” (1960-1961), sendo 1961 chamado “*O Ano da Escolarização*” do governo de Leonel de Moura Brizola tiveram reflexos na política educacional municipal de Bagé/RS no período de 1959 a 1963.

Dentro desta lógica de planejamento e provável execução do grande plano para a educação rio-grandense, pretendemos analisar se o processo de construção destas escolas municipais primárias foi implantado pela iniciativa dos governos municipais ou devem-se ao alinhamento político-educacional ao Governo Estadual de Leonel Brizola? Ou ainda, se esta possível execução se deu pela figura de Justino Quintana, bajeense, parlamentar gaúcho com assento na Câmara dos Deputados e Secretario de Educação e Cultura empossado em 31

dezembro de 1959, até a saída de Leonel Brizola do Executivo Estadual? Da mesma forma nos indagamos se a política de atender e privilegiar o setor educacional foram uma luta singular de um membro do partido, no caso uma vontade do Governador do Estado ou os prefeitos bajeenses tomaram partido desta labuta da mesma forma? Teriam sido os Prefeitos petebistas ou não a serem os responsáveis pela execução ou não do plano de expansão de Brizola?

Ressaltamos que o período a ser pesquisado não fornece sustentação bibliográfica acadêmica, nem gama de fontes tendo em vista que pouco foi escrito tanto sob o viés da História da Educação ou outra perspectiva histórica, sendo que os relatórios de orçamento da prefeitura municipal, documentos do poder Executivo e Legislativo encontram-se em falta, ou em processo de identificação, catalogação e/ou preservação, impossibilitando o manuseio, e dificultando a compreensão da administração pública municipal do período.

Diante das dificuldades citadas acima foi utilizado nesta pesquisa como fonte primária o jornal Correio do Sul, fundado em 20 de Setembro de 1914, por João Fanfa Ribas. Este jornal fundado essencialmente para defender a ideologia federalista como se definiu nas primeiras edições que foram lançadas, mostrando a que vinha e qual sua posição política (LEMIESZEK, 2013). Utilizar-se-á como base metodológica a análise documental das notícias e artigos do jornal Correio do Sul escolhidos qualitativamente³, pois como nos revela BICA (2012, p.10) “[...] a análise documental se constitui em um importante aporte teórico-metodológico na pesquisa qualitativa, impulsionando o surgimento de novos aspectos de um tema ou de um problema de pesquisa”.

Os jornais são ricas fontes de pesquisa e material de importantes análises, pois além de representarem os discursos de uma determinada época, apresentam ainda o contexto político, social e econômico de um período histórico e como afirma BICA (2012, p.04) “*Os jornais sempre foram usados para descrever ações, opiniões e mudanças pretendidas pelos dirigentes do Estado e/ou instituições escolares possuindo uma importância como meio de divulgação de suas práticas*”. Portanto, estas práticas podem/devem revelar pensamentos, ideologias e sentidos das políticas educacionais, logo merecem ser investigadas e analisadas para possibilitar a construção de narrativas históricas de um determinado período pesquisado. Salientamos ainda, que nesta pesquisa a imprensa será entendida segundo o prisma renovador defendido por CAPELATO (1980, p.19) a imprensa se constitui:

³ A coleta dos dados se deu de forma manual com a leitura do dia-a-dia dos 04 anos (1959-1963) em que a pesquisa propôs em seu recorte temporal, sendo possível desta forma retirar através de fotocópias as informações dos artigos na íntegra onde foram analisados, catalogados e fichados em diversas pastas de acordo com sua cronologia.

[...] instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas que a tomam como ‘mero veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Como se trata de um período politicamente delicado por estar situado pouco antes da ditadura militar, o jornal traz através de sua ideologia o contexto político e a agitação social que pairava sobre o Brasil e o Rio Grande do Sul, onde várias ações são identificadas e analisadas pelo *locus* do jornal. Neste sentido, estamos cientes dos riscos do trabalho com a imprensa, pois como nos apontam TOLEDO e JUNIOR (2012, p. 259), “*Cabe ao pesquisador o cuidado de examinar a fonte sem se submeter a ela, ou seja, sem toma-la como peça portadora da verdade sobre os fatos históricos*”, portanto desde já salientamos que foi previamente observado que o Correio do Sul se apresenta como forte opositor ao PTB e à figura de Leonel Brizola, isto nos fornece elementos para uma análise de uma perspectiva do ponto de vista do jornal com relação a toda e qualquer política-pública idealizada ou posta em prática pelo PTB a nível estadual ou municipal.

Neste sentido, nossa intenção é analisar como às ações promovidas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul no campo educacional foram impressas e noticiadas nas páginas do jornal Correio do Sul, além de perceber os reflexos destas ideias no Município de Bagé, logo, o olhar para esta fonte de pesquisa nos ajuda a compreender os discursos produzidos de uma época. A importância do jornal para a história da educação podem ser verificadas nas palavras de RIBEIRO, SILVA e SILVA:

A imprensa escrita – jornal e revista – tem atributos que a qualificam como fonte potencial para a história da educação, sobretudo porque veicula um discurso educacional e o materializa em formas *textuais* – carta dos leitores, editorial, artigos de opinião, textos noticiosos, classificados etc.; *iconográficas* – fotografias, charges, cartuns, gráficos, tabelas, dentre outras; e *gráficas* – a distribuição hierárquica de textos e imagens na página. Além disso, visto que o jornal é tido como meio de comunicação de massa, sua circulação tende a impor discurso vazado em texto e imagem como uma verdade maciçamente ou rechaçada em massa. (2014, p. 227)

Ao analisarmos o jornal Correio do Sul não pretendemos realizar uma análise de discurso, mas a partir do processo do método analítico da pesquisa documental, verificar se ocorreu no Município de Bagé/RS um possível alinhamento com os discursos políticos-pedagógicos da campanha “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*” de Leonel Brizola (1959-1963) ou se a construção de escolas primárias municipais foram iniciativas dos governos municipais, logo, o uso da pesquisa no jornal do município.

Com relação ao uso de periódicos, como citou ZANLORENZI (2010, p.06), sobre o uso da imprensa periódica (revistas e jornais):

[...] longe das manifestações historiográficas pautadas na linearidade, no controle rígido dos escritos dos documentos e na fragmentação de posicionamentos, [o uso da imprensa] possibilita ultrapassar os limites da pesquisa em História que privilegiam determinadas questões em detrimento de outras, ampliando assim os horizontes.

Com esta finalidade de fazer uma pesquisa-leitura dos fatos ocorridos e fazer com que haja diálogo entre as reportagens nos impressos obedecendo, na medida do possível, uma ordem cronológica, pensou-se em utilizar o impresso para que desta forma todas as lacunas sejam preenchidas de modo que facilitará a investigação do dito pelo não dito pelos atores do período pesquisado.

Portanto, tendo em mãos a problemática da pesquisa e a escolha teórica metodológica do método da análise documental, permite-nos então, analisar o contexto estudado, investigando e avaliando informações e a forma que se apresenta no jornal. Ademais, lembramo-nos que o comportamento do historiador deve ser de procurar indagar, questionar e perguntar ao documento-fonte para alinhar sua(s) pergunta(s) de pesquisa(s) para chegar aos resultados que se pretende.

Na compreensão deste espaço temporal, ainda usar-se-á artigos científicos, trabalhos de conclusão de graduação e/ou especialização, dissertações e teses, assim como livros publicados a respeito do assunto proposto. A importância da utilização destes materiais deve-se ao fato de que estes propõem uma discussão atualizada sobre a temática escolhida sem termos a pretensão aqui de esgotar fontes ou dar a última palavra sobre o assunto.

Capítulo 1 A década de 60 no Estado do Rio Grande do Sul e os aspectos políticos ideológicos do jornal Correio do Sul

1.1 A configuração política rio-grandense

O momento político rio-grandense entre os anos do fim do Estado Novo até o Golpe Militar de 1964, foi marcado como o período da “democracia populista” segundo especialistas do assunto, o qual veio a promover a criação e ascensão de alguns partidos políticos de representação nacional. As mobilizações partidárias com o fim do Estado Novo levaram a criação de partidos como União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido do Trabalhista Brasileiro (PTB). Basicamente o principal elemento que define a posição desses partidos é a polaridade entre os que apoiam as políticas de Getúlio Vargas e àqueles que o são contra.

Segundo FLACH e CARDOSO (2007, p.60), o PSD estava principalmente ligado a setores associados às interventorias estaduais, enquanto que o PTB era composto de *“líderes sindicais, estudantes e políticos dos anos 1930”*, os quais eram *“voltados ao voto de setores do operariado urbano descontentes com a estrutura sindical do Estado Novo”*. Ambos eram partidos pró-getulistas criados por ele.

A UDN, oposição a Vargas, tinha como base alguns setores da oligarquia, burgueses de pensamento liberal e alguns blocos de esquerda. Militando em uma linha igualmente de oposição a Vargas tínhamos o Partido Libertador (PL). O PL sendo um partido que herdou a ideologia e a luta dos antigos federalistas, tinha uma sólida base no Rio Grande do Sul, sobretudo na região da campanha com a presença do jornal Correio do Sul, que atuará como matutino que se apresenta contra as políticas populistas e vem a ser a nossa principal fonte de pesquisa.

Apesar de existirem outros partidos menores de cunho regional, FLACH e CARDOSO (2007, p.61), nos apresenta o quadro político resumidamente assim constituído:

No cenário político gaúcho, a configuração partidária reuniu, grosso modo, dois grandes blocos: um formado pela base de apoio ao PTB, e outro que combatia o PTB. No que diz respeito às eleições, ressaltadas algumas peculiaridades, pode-se dizer que giravam em torno das propostas apresentadas por esses dois blocos.

Diante da polarização partidária existente, coube aos demais partidos partirem para a formação de alianças com vistas às disputas eleitorais. Nas eleições de 1947, para o Estado, o

PTB sozinho lançou a candidatura de Alberto Pasqualini, enquanto UND e PL lançaram Décio Martins Costa, contudo o governador eleito veio da chapa PSD, PRP e PCB de Walter Jobim. No Senado Salgado Filho foi eleito pelo PTB enquanto que na Assembleia o PTB elegeu 23 deputados entre 42 cadeiras no Legislativo Estadual. O PTB apesar da derrota no Executivo Estadual superava os números das eleições de 1945.

As eleições de 1950 começam com a vitória de Vargas para a Presidência da República, seguido da eleição de Ernesto Dornelles para o Governo do Rio Grande do Sul, no Senado Alberto Pasqualini fora eleito e foram ocupadas 21 cadeiras por petebistas gaúchos na Assembleia Legislativa. O PTB além de conseguir uma grande projeção nacional deixava evidente através de suas conquistas eleitorais que seria naquele momento o maior partido no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo CORTÉS (apud FLACH e CARDOSO, 2007, p.69), precisamos ter atenção ao fato de que:

[...] essa extraordinária vitória do PTB poderia ser atribuída a fatores como o baixo desempenho da economia gaúcha no período, incapaz de absorver a força de trabalho marginalizada nos principais centros urbanos; aos 66,23% de alfabetizados no estado que podiam votar; à importante fatia do eleitorado do PCB, que passou a votar no PTB após sua cassação; ao magnetismo carismático de Vargas e ao grande investimento de algumas lideranças do PTB na organização e no fortalecimento do partido, não apenas na capital, como em vários municípios do estado.

De fato esta organização e seu fortalecimento refletiram na composição política do Município de Bagé onde no período de 1947 e 1964 foram eleitos 04 Prefeitos petebistas em cinco eleições sendo que do ano de 1956 em diante, todos os Presidentes do Legislativo eram militantes do PTB, inclusive em momentos quando houve troca na Presidência da Casa.

Por fim, fazendo uma rápida leitura dos números dos vereadores baseado nos dados fornecidos por TABORDA (1966, p.93-94), nas eleições de 1947 foram eleitos vereadores assim distribuídos: PTB 03, PSD 08, PL 01 e UDN 01. Já nas eleições de 1951 o quadro de vereadores do PTB cresce vertiginosamente contando com: PTB 06, PSD 04, PL 02 e UDN 01. Em 1955, o número mais uma vez sobe com o PTB em 07, PSD 03, PL 03 e a UDN não elegeu nenhum vereador.

As eleições estaduais de 1954 não foram nada fáceis se analisarmos o fato de que o país vivia um caos devido ao recente suicídio do Presidente Vargas. Conforme FLACH e CARDOSO (2007, p.69) este fato gerou “[...] inúmeras consequências, tanto para a principal força pró-Vargas no estado, quanto para seus opositores”. Com relação ao Executivo Estadual, o PTB na figura do candidato Alberto Pasqualini vem a perder as eleições

assim como o partido perde a cadeira no Senado, já na Assembleia Legislativa ficou com 23 cadeiras.

Nas eleições presidenciais de 1955, o PTB conquista a vice-presidência com João Goulart⁴, mostrando que apesar das derrotas no Rio Grande do Sul, continuava sendo o partido de maior expressão política no Estado. Prova disto pode ser vista pelas eleições estaduais de 1958, Brizola é eleito Governador do Estado, para o Senado foi eleito, também pelo PTB Guido Mondin e na Assembleia o partido conquistou 24 cadeiras. Este era o quadro político naquele dia de 31 de Janeiro de 1959, no momento em que Leonel de Moura Brizola ocupava a cadeira do Executivo Estadual com apoio desde o vice-presidente da República até grande parte dos Municípios gaúchos onde o PTB além de estar organizado e difundido, vinha a ocupar o Executivo Municipal e a chefia do poder Legislativo, como se observa o caso do Município de Bagé.

1.2. As lideranças políticas petebistas do Estado do Rio Grande do Sul

Sem a pretensão de tornar este estudo biográfico ou privilegiar um personagem ou um grupo de personagens em um contexto histórico, chamamos atenção para alguns atores deste grande enredo que foi o projeto educacional para obtermos uma melhor análise da execução deste projeto no Estado do Rio Grande do Sul. Obviamente que a linha de atuação de alguns destes personagens muda ao se mudar a perspectiva da pesquisa.

Nesta pesquisa tão pouco estamos colocando em uma balança “quem fez mais ou quem fez menos”, pois seria um terrível absurdo traçar comparações pífias e elaborar vereditos julgando as ações dos personagens envolvidos sem a projeção histórica e teórica pertinente.

A linha de atuação e o envolvimento de cada um poderão ocorrer por motivos pessoais, políticos e até mesmo pela simples questão da distância entre o Município estudado e a capital gaúcha (exemplo à falta de presença de Brizola em Bagé). Chamamos atenção de que primeiramente, os atores da região da campanha carecem de fontes mais claras e estudos mais específicos, exemplo disto é a falta de estudos sobre o PTB bajeense e seus políticos em todos os níveis de governo entre o período da redemocratização e o golpe militar de 64, outro ponto é a falta de material sobre o próprio Justino Quintana, tribuno bajeense que atuará como Secretario de Educação e Cultura. Portanto, reforçamos a importância de se traçar no mínimo

⁴ Segundo a Constituição vigente a população votava para Presidente e vice-presidente independente da filiação política. Para saber mais ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.

um perfil das pessoas envolvidas nesta pesquisa para facilitar o entendimento e dar dimensão de suas ações tomadas.

1.2.1. Leonel de Moura Brizola e Alberto Pasqualini

A vida política de Leonel Brizola chega a quase 60 anos de existência ocupando os mais variados cargos. Sua primeira participação na vida política foi quando era aluno da Faculdade de Engenharia do Rio Grande do Sul em 1945, participação esta que veio a acarretar na fundação do Partido Trabalhista Brasileiro gaúcho⁵. Logo temos uma vasta bibliografia que pode ser dividida em várias frentes onde Brizola atuou: Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Parlamentar, Campanha da Legalidade, Frente da Mobilização Popular transformada mais tarde em Frente Única de Esquerda, Brizola na esquerda radical do Partido Trabalhista Brasileiro⁶ e no Partido Democrático Brasileiro⁷ e o foco de nosso projeto, o Brizola populista herdeiro das políticas varguistas trabalhando em prol da educação.

Baseado na bibliografia do recorte temporal que é proposto, temos as obras de FERREIRA (2008 e 2014), onde segundo este, o prestígio de Brizola no ambiente político nacional aumenta após a formação da chamada Campanha da Legalidade que permitiu que João Goulart cumprisse a Constituição de 1946 assumindo o mandato de Presidente da República por conta da renúncia de Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961 – 25 de agosto de 1961). A partir do cumprimento da Carta Magna, Brizola passa a liderar, com prestígio, a ala de esquerda radical do PTB, onde ainda segundo FERREIRA (2008), passa a disputar a direção do movimento que exigia reformas de base contra o próprio presidente João Goulart que ainda agrega as funções de colega de militância e cunhado de Brizola.

Leonel Brizola identificava-se com as políticas de outro petebista, o próprio fundador do partido, líder populista, ex-Presidente da República e já falecido Getúlio Dornelles Vargas que permanecia como mártir na memória coletiva nacional da época (FERREIRA, 2008). Segundo FERREIRA, “[...] os trabalhistas tinham o texto [Carta Testamento de Vargas] como documento fundador de sua tradição política [...]” (2008, p.105), portanto, Brizola

⁵ Para saber mais ver: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/lideres/verdades-e-mentiras-sobre-o-subdesenvolvimento/vida-e-obra>.

⁶ Leia-se a partir de então como PTB.

⁷ Leia-se a partir de então PDT.

após ser Secretário de Obras Públicas de Porto Alegre⁸, chegaria ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul (25 de março 1959 – 25 de março de 1963), e, como anotou CEMIN (2010, p.4), “[...] através de entrevistas publicadas em jornais, ele mesmo [Brizola] deixa claro que acreditava que as suas propostas vinculadas à educação tiveram papel preponderante na vitória eleitoral”, vitória esta onde suas principais bandeiras de luta seriam acentuadas nas questões educacionais e na conquista da tão desejada reforma agrária, “na lei ou na marra” (FERREIRA e GOMES, 2014).

De acordo com CÁNEPA (Apud FLACH e CARDOSO, 2007, p.75), o governo de Brizola pode ser dividido em dois momentos:

[...] num primeiro momento, que vai da posse em 1959 até agosto de 61, as ações de seu governo apresentam dinamismo, com desenvolvimento significativo em várias áreas, destacando-se a regularização de lotes rurais, a encampação de empresas de abastecimento de energia elétrica e os investimentos na área da educação, com construção do número elevado de escolas.

QUADROS (2001, p.01) nos diz que, “[...] neste período, o governo do estado implementou o projeto educacional ‘nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul’. Tal projeto resultou em significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público no estado”. Brizola ao assumir o governo cria o “**Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário**”, cujos objetivos gerais eram a escolarização das crianças em idade escolar e a erradicação do analfabetismo.

Esta política voltada para a educação ainda segundo QUADROS teria origem nas políticas de Pasqualini. O petebista e contemporâneo de Brizola, Alberto Pasqualini entendia que o PTB “[...] constituía instrumento fundamental de implantação de um projeto de reformas sociais [...]” as quais a educação era a base delas, pois, ainda no entendimento de Pasqualini “[...] não poderá haver um regime democrático ‘sem que lhe preparem as bases econômicas, sociais e educacionais’” (2001, p.06), ou seja, Brizola seguindo as diretrizes de Pasqualini coloca que a questão do oprimido e opressor, presente em seus discursos, só será detida no momento em que a educação fizer com que a consciência de um povo possa ser formada para que este lute por seus direitos, ideias e liberdade, para no fim acabar com a opressão das elites e terminar com os “governos das elites”, questões estas pautadas em seus discursos como o mais célebre da Central do Brasil⁹ e presentes no jornal partidário *Panfleto*.

⁸ Para saber mais ver: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/lideres/verdades-e-mentiras-sobre-o-subdesenvolvimento/vida-e-obra>.

⁹ *Panfleto*. O jornal do homem na rua. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, n. 5, p. 2-3.

A prática da aplicação das políticas educacionais na política de governo de Leonel Brizola pode ser entendida segundo FREITAG que nos mostra que:

Não é senão um caso particular das políticas sociais; ela assume, portanto, todas as características da política social global: dirige-se a populações que abrangem todas as classes sociais e não somente aos carentes, é um instrumento político-econômico que visa disciplinar, ideologizar, instrumentar e profissionalizar a futura força de trabalho, voltando-se essencialmente para populações ainda não absorvidas pelo mercado de trabalhos. Não consiste, necessariamente, em uma tentativa de atender e resolver as reivindicações das classes trabalhadoras, assalariadas ou não e sim em uma ação governamental que tende a preservar o sistema global e a assegurar para o modo de produção nele hegemônico e a força de trabalho necessária (FREITAG, 19, p.32 APUD QUADROS, S/D, p. 4).

Dentro deste quadro de raciocínio entendemos os dados que QUADROS (2001) nos trás quando cita que para executar seu plano político educacional, Brizola teve que em um período de 04 anos, reorganizar o sistema administrativo reestruturando a Secretaria de Educação e Cultura¹⁰, onde foram criadas três superintendências: ensino primário, médio e técnico.

1.2.2. Mariano de Freitas Beck, Justino Costa Quintana e João Batista Fico

Há outros três personagens atuantes que compõem a história das *brizoletas* e que não devem ser tratados ou entendidos como de menor importância, pois estão inseridos em outro contexto por conta do foco da pesquisa no Município de Bagé. Mariano de Freitas Beck, veterano na Secretaria da Educação e Cultura onde já havia atuado no governo Estadual de Ernesto Dornelles¹¹ retorna no governo Brizola onde além desta importante secretaria acumula a função de Presidente da CEPE agindo em cooperação com a Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul para por em prática a campanha educacional de Brizola.

Beck é duramente contestado durante o ano de 1959 pelo jornal Correio do Sul nesta segunda passagem pela SEC, incluindo graves acusações de corrupção por parte do jornal que faz questão de usar em suas publicações os autos do processo que investigou Beck no período de governo de Ildo Meneghetti¹². Também havia as cobranças quanto ao pagamento dos professores e das bolsas de estudo por parte do governo, além do que o fato de Mariano chefiar a CEPE dependia dele, depois do próprio governador, o cumprimento das promessas

¹⁰ Leia-se a partir de então como SEC.

¹¹ Eleito em 31 de janeiro de 1951 até 31 de janeiro de 1955 pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

¹² Eleito em 25 de março de 1955 à 25 de março de 1959 pelo Partido Social Democrático.

da campanha petebista em prol da educação, pois a CEPE seria o órgão que efetivamente coordenou o “*Plano de Expansão do Ensino Primário*”.

Logo no primeiro mês do ano de 1960 é empossado na Secretaria de Educação e Cultura o Deputado bajeense Justino Costa Quintana. A partir de então esta importante pasta teria teoricamente um conhecedor dos problemas e aflições de Bagé incluindo o setor educacional. De fato com a entrada de Justino Quintana na pasta da educação os bajeenses puderam notar a presença de um importante secretário no Município, pois Quintana fez inúmeras visitas oficiais à cidade com a intenção de levantar dados e firmar acordos.

Estes acordos firmados tiveram a presença da última e não menos importante figura política petebista que atuou para a execução do plano educacional em Bagé, o próprio Prefeito Municipal, Dr. João Batista Fico. Médico e bajeense, Fico já havia sido Prefeito entre os anos de 1951-1955 e retorna ao Executivo Municipal em 1959 permanecendo até a data de sua morte em 04 de março de 1962. Nos discursos de Fico ficava clara a sua intenção de agir em prol da educação marcando efetiva ação entre o Executivo Municipal e o Estadual, neste intermédio estava Quintana que ora o recebia no gabinete em Porto Alegre ora era recebido pelo na prefeitura de Bagé para traçar estratégias de execução da instalação das escolinhas do Leonel Brizola no pampa bajeense.

É importante salientarmos que há um processo que mostra o jornal Correio do Sul intimamente ligado às questões de cunho educacional em quaisquer níveis e formas a partir do momento em que um bajeense assume a pasta da SEC e se torna palpável o alinhamento do PTB favorecendo o trabalho de execução do plano educacional do Governo do Estado em Bagé. Esta análise ainda inconclusiva neste momento do texto se faz pensando na ideia de LUCA que nos alerta que

O pesquisador da imprensa periódica precisa ter a dimensão de que trabalha com aquilo que, por alguma razão, se tornou notícia. Portanto, deve considerar as motivações que levaram à decisão de se dar publicidade a alguma coisa, já que, certamente, muitos outros elementos que poderiam ser noticiados foram preteridos pelo periódico. (LUCA, 2006 In: TOLEDO e JÚNIOR, 2012, p. 262)

Neste sentido, buscamos identificar na sequência da exposição do trabalho que tipo de imprensa se fazia no jornal utilizado como fonte desta pesquisa, qual sua ideologia e de onde provém esta postura adotada no período abordado.

1.3. O jornal Correio do Sul

Fundado em 20 de Setembro de 1914, por João Fanfa Ribas, o jornal Correio do Sul atuava como um periódico de circulação diária, criado inicialmente para defender o Partido Federalista em Bagé. Em sua origem LEMIESZEK (2013, p.50) nos conta que o jornal “possuía as máquinas e equipamentos mais modernos na época de sua criação; sua impressora era movida a eletricidade, o que significava seu progresso”.

O jornal contava também com correspondentes dentro e fora do país, noticiando e se posicionando em inúmeros momentos delicados e decisivos, com relação a acontecimentos nacionais como internacionais.

A direção do Correio do Sul entre 1959 e 1963, passou de João A. Ribeiro, Diretor Geral para Waldomiro Reis que assumiu a Direção em 1960, esta mudança na direção não apresentou mudanças significativas quanto ao posicionamento político do jornal nem sua forma de demonstrá-la para seu público leitor. No que diz respeito à década de 60, o matutino não perdeu sua essência de manter um posicionamento político, apenas se reformulou politicamente acompanhando a transformação da forma como era conduzida a política naquele momento. O matutino fazia questão de lembrar e rememorar o motivo pelo qual fora fundado como mostra o artigo “Grito de Naufrago”, do dia 21 de maio de 1959, p.03 onde podemos ler que:

Nascido como jornal de oposição, em época em que havia um perfeito divisor de águas entre dois grandes grupos políticos que se degladiavam, o ‘Correio do Sul’ sempre se destacou na imprensa riograndense como um órgão de combate e, em diversas épocas tem usado linguagem que desagradou os ‘donos’ da situação dominante, não pela sua virulência verbal e irreal, mas por mostrar ao povo os prejuízos causados à coletividade pelos máus administradores. (Correio do Sul, 21/05/1959, p.03)

Podemos considerar a partir deste trecho que apesar das cinco décadas que se passaram da fundação do jornal até o momento pesquisado, o jornal em momento algum perdeu sua essência politizada, contudo, veremos a seguir que a “virulência verbal” utilizada pelos articulistas nas páginas do jornal preenche um caminho que vai da crítica ao deboche e do ataque a projetos aos ataques pessoais de forma no mínimo, enfática.

Primeiramente, é importante conhecermos a forma em que o jornal se apresentava, não com relação ao tamanho da folha ou o número de páginas, mas para entendermos a ordem em que as notícias apareciam e como estavam situadas, pois como nos apresenta TOLEDO e JÚNIOR (2012, p. 261), “a periodicidade, a apresentação física, bem como a estruturação e

a especialização do conteúdo são critérios fundamentais para a definição da modalidade do periódico e devem ser empregados pelo historiador a fim de caracterizar as fontes.” Na primeira folha (capa) continha as notícias dos correspondentes nacionais e internacionais, em raros momentos alguma notícia da capa estava relacionada ao próprio Município de Bagé. A segunda página era reservada para artigos de modo geral, passando por religião, medicina, artigos sobre o dia-a-dia e crônicas.

Na terceira folha podíamos percorrer aos fatos políticos, os de maior importância neste trabalho e que contém também as mais importantes informações coletadas. Esta terceira folha havia um artigo do próprio editor do jornal que normalmente tratava de assuntos que afetavam a população seja pelo viés político (eleições), econômico (reforma agrária), pela saúde (vacinações) e lida no campo (peste em lavouras ou vacinação de gados), por exemplo.

Neste mesmo espaço destinado normalmente ao editor (inúmeros artigos não continham o nome de quem o escrevia), entre 31 de janeiro de 1959 até meados de 1961, as críticas ao governo populista em nível Municipal, Estadual ou Federal eram acirradas e sistematizadas de modo que se passavam meses a fio sempre com um artigo criticando de alguma forma em algum aspecto os projetos, ações e discursos dos governos e políticos populistas.

A quarta página igualmente vital para nossa pesquisa se concentravam o chamado “*FATOS DIVERSOS*”, que compreendia em pequenos textos com um título de chamada e um texto onde resumidamente eram escritas notícias rápidas e resumidas ou avisos para a população. Neste pequeno espaço encontramos diversas chamadas para inauguração de escolas ou ações do poder público Estadual e/ou Municipal que tem importância monumental para se entender e identificar as ações conjuntas ou individuais destes governos. Logo percebemos que a filosofia do jornal quanto à publicação de alguma notícia em prol da oposição (envio de verbas do Estado para o município ou inauguração de escola) era apenas emitir uma pequena nota sem esclarecimentos ou maiores informações de modo que cumpra apenas o papel do jornal de noticiar e nada, além disto.

A quinta página encontramos as notícias esportivas ou notícias relacionadas ao campo. A sexta e última página continham artigos e informações a respeito do município sob os mais variados assuntos. Da mesma forma que a página 03 e 04, a página 06 nos forneceu muitas informações precisas e preciosas onde grandes matérias são publicadas juntamente com a página policial e os fatos mais marcantes daquele dia, desta vez reservados à rotina do município. Portanto salientamos que diante destas observações e levantamentos é de suma

importância entender como o jornal se apresentava para a população bajeense inclusive nos seus detalhes, pois a seção em que se encontra a notícia e o local onde está posicionado o debate, crítica ou a exposição da informação é um elemento crucial a ser considerado (TOLEDO e JÚNIOR, 2012).

Quanto à forma da escrita, assim como em 1914 ou 1923, quando as edições e seus articulistas não “poupavam tinta” para criticar, fiscalizar e até mesmo fazer deboche ou escárnio de seus opositores, o jornal entre 1959 e 1963, demonstrou de inúmeras formas que não compactuava com a política daquele partido que estava assumindo o poder do Executivo Estadual em 31 de Janeiro de 1959, seu adversário naquele momento: o PTB.

Podemos analisar este fato olhando primeiramente para a posse de Leonel de Moura Brizola, em 31 de Janeiro de 1959, onde apenas uma pequena e singela nota foi emitida. A partir de então as críticas ao Governador e toda a estrutura que o cerca é mostrada de diversas formas. O texto do dia 05 de março de 1959, p.03, “*A Impostura de Ontem e a Mesquinharia de Hoje*”, publicado pouco mais de um mês da posse já nos oferece uma ideia de como a oposição seria tratada e retratada através do jornal sem descanso:

O famoso Partido Trabalhista Brasileiro, o célebre partido de Getúlio Vargas e da ‘Carta-Testamento’, o PTB dos demagogos que choramingam com voz tremida e olhos umidos cada vez que falam nos ‘pobres’, nos ‘humildes’ e desafortunados, o PTB que é, segundo seus porta-vozes, necessariamente o partido dos trabalhadores e dos assalariados, este PTB de João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari está agora, depois de conquistar o governo, querendo negar aos servidores mais pobres, mais humildes e desafortunados. do Estado o pagamento do salário mínimo. (Correio do Sul, 05/03/1959, p.03)

Percebe-se que o artigo começa enfatizando o nome do partido para, após pontuar o objeto de suas críticas, começar a fazê-las de um modo que mistura sarcasmo e que faz questão de enumerar suas lideranças para serem associados a crítica. Neste mesmo artigo o jornal já mostra que será um poderoso instrumento de pressão fiscalizador das ações do governo.

A oposição ao governo Brizola também pode ser vista quando o jornal duvida das capacidades da liderança petebista na condução administrativa e política do Estado. Em artigo do dia 25 de março de 1959, p.03, intitulado “*Calvário do Trabalhismo*”:

O PTB conquistou o poder central e o poder estadual numa fase ingrátissima. Nem que os seus líderes não fossem, como são, homens pouco preparados para o exercício do poder, falhos de experiência e de tirocínio administrativo, verdes rebentos da fortuna política e do primarismo das massas eleitoras, o milagre não poderia ser feito. (Correio do Sul, 25/03/1959, p.03)

A certeza da falta de capacidade dos líderes petebistas relatada pelo jornal no artigo de Henrique Pongetti é apenas o ponto de partida para criticar todo o secretariado de Brizola. O primeiro a receber uma pesada crítica e a especulação de desvios de verba pública aconteceu justamente naquela secretaria que Brizola considerava “das mais importantes”: a Secretaria de Educação e Cultura. Na época chefiada por Mariano de Freitas Beck, o qual, segundo o artigo já havia ocupado a administração desta secretaria no governo de Ernesto Dornelles¹³. No dia 02 de julho de 1959, p.03, o artigo intitulado “*Novas Escolas e Novas Oportunidades*”, nos relata que:

Já no último ano do governo trabalhista do General Ernesto Dorneles, foi iniciado um grandioso plano de construção de prédios escolares por todo o interior do Estado [...].

Após iniciadas várias obras, já começaram a surgir no plenário da Assembléia Legislativa, através da palavra dos deputados da oposição da época, algumas denúncias de que o dinheiro público que deveria ser aplicado na construção dos prédios escolares, estava sendo malbaratado. [...]

[...] Após concluído, [o inquérito] foram os autos entregues ao Procurador do Estado que ofereceu denúncia contra algumas dezenas de pessoas envolvidas, inclusive contra o engenheiro que chefiava referido serviço.

Quem compulsou os autos do inquérito administrativo, teve a oportunidade de constatar a existência de vários delitos de peculato e de desvio de verbas. [...]

Era Secretario da Educação e Cultura o sr Mariano de Freitas Beck que, em face de sua inexperiência e por andar preocupado com a propaganda de sua candidatura à deputação estadual, não exerceu a necessária vigilância sobre as pessoas que estavam encarregadas da execução daquele plano.

Agora os jornais estão noticiando que S. Excia. o sr. Governador do Estado, assinou decreto dando recursos substanciais para a execução de um grandioso plano que tem por objetivo a construção de mil prédios escolares. [...]

Por coincidência está a frente da Secretaria de Educação e Cultura o mesmo sr. Mariano de Freitas Beck. Agora S. Excia. terá maior experiência dos homens e exercerá maior fiscalização sobre os executores do novo plano. [...]

Em face do que apontamos, temos a esperança, ao menos a esperança, de que os dinheiros públicos, desta vêz, sejam bem empregados.

Que as novas oportunidades referidas no título, sejam em benefício da infância rio-grandense que muito precisa de escolas, e não em benefício de peculatório que andam à espreita de uma oportunidade para encher seus bolsos ávidos de dinheiro. [...]. (Correio do Sul, 02/07/1959, p.03)

É nítida a crítica feita a partir da ligação do governo de Ernesto Dorneles do PTB e seu plano de escolarização que segundo o artigo terminou com esquemas de corrupção e o atual governo de Brizola, também do PTB com seu novo Plano de Escolarização. O jornal nesta matéria age como fiscalizador, fazendo o papel de levar ao povo a informação de que o Secretario de Educação e Cultura nas duas gestões é Mariano de Freitas Beck. O jornal mostra que está atento com relação a qualquer ação tomada com relação a projetos ou obras que

¹³ Governou o Estado do Rio Grande do Sul de 31 de janeiro de 1951 a 25 de março de 1955, sendo eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

provavelmente serão realizadas. A crítica aumenta ao passar do tempo chegando a englobar uma grande parcela do secretariado de Brizola que será alvo das mais duras críticas em outro artigo, “*Bilhete Branco*”, de 19 de novembro de 1959, p.03:

Dada a sua impetuosidade, a sua falta de tradição política, a sua inexperiência administrativa e falta de profundidade em sua formação cultural, a sua reconhecida tendência para o autoritarismo, todos que eram contrários à sua candidatura previam a completa transformação, para pior, dos métodos de administração e de condução política dos negócios do nosso Estado.

Apenas empossado e conhecida a formação do seu Secretariado, os vaticínios dos seus adversários, para infelicidade do nosso povo, já começaram a se realizar. Basta lêr os nomes dos seus Secretários, para se verificar que poucos escapam da mediocridade e a nomeação de alguns se constituiu até num ato de provocação a uma parcela do eleitorado [...] (Correio do Sul, 19/11/1959, p.03)

Não está especificamente clara a crítica ao Secretário de Educação e Cultura, contudo chamamos atenção para o fato de que o artigo mistura uma crítica ao Brizola pondo mais uma vez em cheque as capacidades administrativas e políticas de seu governo, e, mais que isso, fazendo referências pessoais de sua falta de preparação para o cargo de governador.

Quanto a falar que o governador tem uma “*tendência reconhecida para o autoritário*” como consta no artigo, pode passar despercebido pelo leitor, contudo, o jornal já havia tocado no assunto conforme o texto escrito no dia 05 de Abril de 1959, p.05, cujo título profético estampado em letras garrafais era “*TUDO ISTO ESTAVA PREVISTO*”, onde o artigo faz uma comparação das ações políticas de Brizola com Adolf Hitler, Benito Mussolini e Perón, que naquele momento do período da Guerra Fria eram considerados ditadores abomináveis:

Desde o tempo em que Jango estava no Ministério do Trabalho, denunciemos pela imprensa a linha peronista desse forte fazendeiro dos nossos pagos.

Utilizou sempre os mesmos métodos fascistas de Peron e de Mussolini: as mesmas manhas, o mesmo cunhadismo, o mesmo esbanjamento, o mesmo desperdício, a mesma preocupação de dar ordens em altas vozes, para que todos ouçam e vejam que é o tal.

Brizola, aqui no Rio Grande, cunhado de Jango, faz a mesma coisa; uma preocupação mórbida de gastar, de arrotar, de falar em milhões de planos de obras, enfim, aquele mesmo megalomanismo de Hitler, de Mussolini, de Peron e de Jango. (Correio do Sul, 05/04/1959, p.05)

Além da forte comparação para o contexto vivido naquele momento delicado de divisão do Planeta em dois blocos (capitalista e socialista), a extensão do ataque a Jango nos mostra a oposição em nível nacional.

Outras críticas em torno de Brizola serão feitas, contudo, desta vez são direcionadas a pessoa do Governador em transparentes ataques pessoais contando inclusive com xingamentos. Os dois artigos abaixo mostram uma oposição que passou dos limites políticos e

que poderiam ser colocadas em uma escala de progressão do nível dos ataques. O primeiro, intitulado “*Gramática Populista*”, do dia 7 de julho de 1959, p.03, o ataque se faz através do deboche alegando a falta de conhecimento da gramática por parte dos líderes do PTB:

[...] se um denunciou a existência de erros e se o outro esclareceu que estes eram de autoria do Executivo Municipal, foi porque ainda não se deram conta das regras da gramática populista. É que até 31 de janeiro do corrente ano, na correspondência oficial, como na particular, foram obedecidas as regras gramaticais tradicionais [...] Após 31 de janeiro do corrente ano, foi oficializada a gramática populista cujo autor é o Sr. Leonel de Moura Brizola e sendo trabalhista a administração municipal de Bagé, é natural e lógico que tenha adotado as regras da nova gramática, motivo pelo qual foi impertinente a reclamação formulada [...] Portanto, cuidem-se as senhoras professoras: se não estudarem as regras da gramática populista poderão cometer erros e estarão sujeitas a reprimendas, através da hora radiofônica das sextas-feiras, podendo, inclusive, não fazerem jus ao suspirado aumento dos vencimentos... (Correio do Sul, 07/07/1959, p.03)

Depois da clara demonstração de deboche em cima de supostos documentos do Executivo para o legislativo baiano escritos de forma incorreta, o jornal no próximo artigo eleva o tom definitivamente chegando ao auge do ataque à pessoa de Leonel Brizola. “*A Força do Hábito*”, publicado dia 8 de julho de 1959, p.03, traz em um trecho de seu texto citando a “*gramática populista*” em referência ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul que foge dos padrões “politicamente corretos”:

Tecemos, no editorial de ontem, considerações sobre o uso da Gramática populista [...] para mostrarmos que não é só nos projetos de lei, procedentes do Executivo municipal de Bagé e enviados à Câmara Municipal, que se encontram erros de português, mas, também, nos documentos que são elaborados no palácio Piratini, onde já trabalharam puristas da língua [...] Além disto, deve-se ressaltar que na Secretaria do Palácio sempre trabalharam funcionários versados em nossa idioma para os quais atropelar a gramática constituiria um crime contra a nacionalidade. Mas hoje o vetusto Palácio da Praça da Matriz foi varrido pelo vento populista e até um “Porquinho” já se movimentava lá dentro como oficial do gabinete... [...] A psiquiatria explica o linguajar errado do atual Governador. Quando se pretende combater certos comportamentos viciados das crianças, os psiquiatras aconselham gravar frases indicando o procedimento certo e, depois, fazer a criança dormir e acordar ouvindo as frases num toca discos. De tanto ouvir, a criança termina adquirida boas maneiras de comportamento. Assim aconteceu, mas inversamente, ao Sr. Leonel Brizola. Durante quatro anos ele ocupou o microfone da rádio falando errado para se fazer entender pelas massas, conforme tem explicado. De tanto falar errado, adquiriu o hábito. Agora, como Governador, continua falando e escrevendo errado como um gurí vadio do curso primário. É a força do hábito... (Correio do Sul, 08/07/1959, p.03)

Além da crítica à escrita supostamente fora da regra de português, chamar o Oficial do Gabinete de “*Porquinho*” é elevar o tom das críticas e mostrar que a oposição se fazia de todas as maneiras possíveis. No final do artigo quando o Governador é chamado de “*gurí vadio*” é o cume das críticas passando para o nível da ofensa através das páginas de um

jornal, que como visto anteriormente, diz combater seus opositores de maneira que não usa da “virulência verbal”, o que fica aqui provado e comprovado que o caminho usado poderia ser trilhado das mais diversas maneiras.

Outra maneira de criticar foi atacando a questão política, por exemplo, quando uma das principais bandeiras do PTB e da ideologia de Brizola é atacada. A política de ação com relação à reforma agrária não passou despercebida pelo jornal que teceu críticas pelo artigo de título bastante sugestivo: “*Reforma Agrária... (ou REFORMA AGARRA ELEITOR)*”, publicada no dia 28 de maio de 1959, p.03, por um dos mais ferrenhos críticos ao governo petebista, o político Herculano Gomes militante do Partido Libertador:

Pois, o grande Partido Trabalhista Brasileiro, por seus incontestes líderes no Congresso Brasileiro, falam tanto em reforma agrária e aos se reunir a CONVENÇÃO DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, justamente em BAGÉ, centro agropecuário por excelência, escolhem, como representantes desse mesmo Partido para as eleições municipais [...]

Mas, si na terra da ovelha, da vaca, do trigo, do milho, da aveia, nós iniciamos pecando criminalmente pela omissão dos elementos capazes e interessados no assunto, então nós estamos fazendo palhaçada, **não queremos nada com reforma agrária, queremos sim REFORMA PARA AGARRAR OS EMPRÊGOS E A RECEITA para botar fora, como está acontecendo nêstes malfadados últimos anos de administração municipal. (grifos meus)** (Correio do Sul, 28/05/1959, p.03)

A oposição formulada contra a campanha pela reforma agrária é totalmente aceitável, partindo do princípio de que vimos nítida oposição a todos as esferas políticas em relação ao PTB, contudo, esta não será a única vez em que no mesmo artigo uma das bandeiras de luta do PTB é atacada, e, aproveitando o ataque, se denuncia alguma tática para iludir o eleitor no entendimento do matutino.

Os projetos educacionais brizolistas são atacados com veemência e estendem-se da ação fiscalizadora do jornal até denúncias de que os políticos e cabos eleitorais do PTB iludem e compram votos através dos projetos da Secretaria de Educação e Cultura, a mais importante do Governo. Em uma sequência cronológica nos deparamos com os seguintes enfrentamentos a começar no dia 21 de abril de 1959, p.05, “*Professora Municipal, Essa Grande Esquecida*”:

Se o Govêrno do Estado tem como ponto básico o desenvolvimento da educação em todos os seus detores, perguntamos porque o Govêrno do Município, numa conjunção de esforços das duas esferas administrativas, não procura uma solução imediata e condizente com as necessidades atuais? (Correio do Sul, 21/04/1959, p.05)

O trecho final do texto que fala sobre o não pagamento dos vencimentos e a falta de professoras no Município de Bagé é assinada somente como “MARIE”, cujas letras garrafais não nos dão indícios de quem seja ou qual é seu posicionamento com relação à situação. Embora isto não seja motivo para concordarmos que agindo como fiscalizador, o jornal pressionou as duas esferas de poder alinhadas politicamente para que se resolvesse o impasse que é ligado à educação. Diversas vezes se verá tal atitude do periódico defendendo as ideias desta classe e cobrando medidas em prol da educação.

Capítulo 2 - O projeto educacional do Governo Brizola

Leonel de Moura Brizola ao ser eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul passou a cumprir com as promessas de campanha em prol da educação. Seu primeiro movimento foi promover a reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura, na época sob a chefia de Mariano de Freitas Beck.

Dentro da SEC foram criadas a subsecretaria do Ensino Primário, a subsecretaria do Ensino Médio e a subsecretaria do Ensino Técnico. Segundo QUADROS (2003), esta nova administração passou a trabalhar em um relatório completo sobre a situação primária no Rio Grande do Sul com a ajuda de técnicos e o empenho do próprio secretário. QUADROS nos apresenta os dados que foram coletados sendo distribuídos da seguinte forma:

Segundo dados contidos no documento, a população de 7 a 14 anos, residente no Rio Grande do Sul, em 1º de janeiro de 1959, era em número de 1.003.830; o número de alunos frequentando escolas primárias era de 730.735, assim distribuídos: 129.317 no ensino particular, 320.048 no ensino municipal e 281.370 no ensino estadual. Outra conclusão do relatório era de que levando em conta o número de crianças de 7 a 14 anos matriculadas em todos os ramos de ensino, haveria um déficit escolar de 273.095 matrículas. (2003, p. 52)

Diante deste quadro exposto ao governador foi traçado um plano de caráter emergencial para a educação gaúcha chamada: ***“Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário”***. Este grande projeto tinha como objetivos a escolarização das crianças em idade escolar (07 – 14 anos) e erradicar o analfabetismo do solo gaúcho, seu lema de certa forma já explicava todos os objetivos e prometia uma grande façanha: ***“Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”***.

Para desenvolver este grandioso projeto o governo Brizola partiu para a criação de outro plano de construção de escolas que seria chamado de ***“Plano das Duas Mil”***. O plano tinha como meta construir duas mil escolas no período de dois anos, começando em 1960 e terminando em 1961, ano que passou a ser chamado como ***“O ano da escolarização”***.

O governo Brizola entendia que o déficit escolar abrangia todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, portanto precisava contar com os municípios, secretários e a população gaúcha para desenvolver sua complicada tarefa, para isto passou a utilizar órgãos de vital importância que trabalhariam em eixos que dariam não só a sustentação com relação a informações e relatórios, mas que de fato executariam obras de todas as magnitudes em todo o Estado tornando o plano de expansão descentralizado.

- Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP)

Cabia ao SEDEP gerenciar o *“Programa de Expansão Descentralizada do Ensino Primário”*, cujo lema era *“Expandir Descentralizando”*. O SEDEP fazia convênios entre o Estado e os Municípios gaúchos de modo que o município encaminharia todas as necessidades de escolas e salas de aula para o Estado que fornecia meios técnicos e financeiros para a execução das obras. Para realizar as conexões entre a capital e os Municípios, estes contavam com um Coordenador Geral, um assistente e um oficial administrativo na parte do estado, enquanto os municípios tinham um Coordenador, o Supervisor e o representante da SEC.

- Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE)

Ao CEPE ficava a responsabilidade de superintender, estudar, planejar, projetar e executar as tarefas de conservação, reparo, adaptação, reconstrução e aparelhamento das unidades escolares. A SEC e a CEPE trabalhavam diretamente com a Secretaria de Obras Públicas e para realizar este montante de tarefas a CEPE contava com as Delegacias de Ensino. Em Bagé só tivemos uma Delegada de Ensino no governo Brizola a profa. Zita Ferrando Vargas. O cargo de presidência da CEPE era ocupado pelo secretário de educação e cultura, logo chamamos atenção para a mudança na gestão da SEC no ano de 1960 quando Justino Quintana assume a secretaria das mãos de Mariano de Freitas Beck.

Estes dois órgãos são de extrema importância nesta pesquisa, principalmente a CEPE considerada para QUADROS (2003, p.57) o *“órgão que efetivamente coordenou o Plano de Expansão do Ensino Primário”*. Contudo, mais outras três linhas de ação foram realizadas pelo governo Brizola.

A CEPE trabalhava com modelos de prédios escolares, QUADROS (2003) relata detalhadamente oito tipos de construção:

I - Prédio piloto: Após lançamento de edital para construção de seis prédios escolares em Porto Alegre, seis empresas se candidataram para executar as obras. Feita a fiscalização técnica nestas seis escolas os prédios foram aprovados, aprovando assim as construtoras Toigo, Asmuz, Woebeke, Gaúcha, Delta e Copepsa. Ficou acertado também que todos os convênios estabelecidos entre município e Estado caberiam ao primeiro escolher as empresas construtoras das obras mediante licitação.

II - Plano A: São todas aquelas unidades escolares completas, seja de alvenaria ou de madeira, com tamanho entre duas e oito salas de aula. Também eram dotados de local para administração, sanitários, pátios cobertos, construído nas sedes ou nos distritos. Estas

unidades poderiam ser novas atendendo um local onde não havia escolas ou poderiam vir a substituir prédios existentes ou ainda trabalharem como anexo a algum prédio escolar.

III - Plano B: São todas unidades escolares construídas pela CEPE. Em geral o material utilizado era a madeira havendo também de alvenaria, no mínimo duas salas de aula e local para administração e depósito, sendo localizadas próximas às zonas rurais ou locais de *“baixa densidade populacional, sendo também construídas como anexos para desafogar escolas já existentes e que apresentam excesso de matrículas”* (QUADROS, 2003, p.58).

IV - Projeto ou plano especial: Obras de alvenaria de até 17 salas de aula, contendo auditório, pavilhão de educação física. As demais dependências devem ser construídas através da CEPE ou concorrência pública. São *“obras de grande vulto”*, destinadas a serem *“grupos escolares de primeira categoria, escolas de ensino médio e escolas técnicas”* (QUADROS, 2003, p.59).

V - Retomadas: Conclusão de obras já iniciadas que estavam paralisadas.

VI - Plano F: Prédios de alvenaria contendo de três a oito salas de aula mais local para administração, moradia para o professor e demais dependência, todas construídas pela firma Toigo financiado em 18 meses.

VII - Plano FM: Prédios de alvenaria contendo de três a oito salas de aula mais local para administração, moradia para o professor e demais dependência, todas construídas pela firma Asmuz financiado em 18 meses.

VIII - Ampliações: Ampliações de prédios existentes.

- Contratação de professores

A contratação destes profissionais para lecionar no ensino primário não só nas escolas construídas por Brizola e seu governo, mas naquelas em que não havia o docente. Escolas rurais localizadas no interior também foram contempladas em todas as regiões do Estado. A qualidade da educação ficou em segundo plano, sendo prioridade preencher as vagas do magistério em caráter emergencial.

- Cedência de professores e bolsas de estudo

Duas práticas bastante habituais do governo petebista foram a distribuição das bolsas de estudo em escolas particulares para crianças com renda comprovadamente pobre. De acordo com o Decreto N. 10.598, de 14 de julho de 1959, estava autorizada a concessão de bolsas de estudo para o curso primário.

Sobre a cedência de professores QUADROS (2003, p. 70) nos explica que:

Foi prática comum, durante o governo Brizola, a cedência de professores ou o repasse de recursos destinados à construção ou aparelhamento de prédios para entidades mantenedoras de escolas particulares em troca de vagas para os alunos excedentes nas escolas públicas.

Ainda segundo o autor, publicações no *Diário Oficial do Estado* comprovam acertos e pagamentos do Estado para escolas particulares beneficiadas com o projeto e em troca estas instituições pagam o Estado com valor em bolsas de estudos.

- Intervenção no ensino médio e técnico

O ensino secundário, parte do ensino médio, o governo constatou um déficit de escolas ginasiais, por isso veio a criar o programa ***“Um ginásio para cada município”***.

Nas áreas de ensino técnico o ***“Plano de Emergência de Expansão do Ensino Técnico”*** reformulou o ensino trabalhando nos níveis, industrial, agrícola, comercial e elementar, tendo como objetivo aumentar o número de matrículas ao aumentar sua capacidade. Este plano serviu de base para o ***“Plano de Expansão do Ensino Técnico no Rio Grande do Sul”***.

Capítulo 3 - Os reflexos educacionais da campanha brizolista no Município de Bagé

Ao dar começo às análises abaixo, lembremos que estas são baseadas na perspectiva do jornal Correio do Sul através das publicações feitas em seus editoriais. Reforçamos que estas análises não irão sanar todas as discussões sobre esta temática proposta no Município de Bagé e tampouco dar a palavra final sobre o projeto político-educacional de Brizola, logo o embasamento metodológico da análise documental se fará na seguinte lógica, como citou VEYNE:

[...] a história não é uma ciência, tal como a física, ela se estrutura, ao fim e ao cabo, no campo epistemológico das ciências, por ser um conhecimento baseado nas evidências empíricas e, portanto, sujeito ao critério da prova, no caso, documental. (VEYNE apud DECCA In: SAVIANI, LOMBARDI e SANFELICE (Orgs.), 2000, p.19)

Procuramos na medida do possível tratar a análise dos artigos de forma sistemática obedecendo dentro do possível o sistema cronológico para melhor compreensão das ações e reações partilhadas nas páginas do jornal.

3.1. O início do Governo Brizola e o fim da gestão de Mariano Beck.

O ano de 1959, primeiro da administração do governo Brizola no Estado do Rio Grande do Sul foi retratada em Bagé através das páginas do jornal Correio do Sul sob severas críticas à máquina administrativa, cobranças com relação aos membros que compõem o governo e sob intensa fiscalização deste veículo de comunicação que além de informar, formava opiniões através de discursos e notícias impressas em seus editoriais.

Como apresentado e analisado no capítulo anterior, o jornal-fonte criticou sob todas as formas o governo, contudo, pouco falou sobre educação relacionada ao projeto do governo Estadual. De fato vieram críticas indiretas relativas ao setor educacional ou a SEC o que nos leva a refletir sobre duas perspectivas: ou a educação bajeense estava sendo conduzida de forma inquestionável ou não fornecia dados para serem analisados, e, por fim considerados por parte do jornal pelo fato de que a SEC estaria com seus trabalhos estagnados neste município.

Analisando profundamente as notícias escolhidas qualitativamente à cerca da temática abordada na pesquisa, observa-se que logo no início do ano de 1959 há uma cobrança por parte do Correio do Sul no artigo do dia 5 de março de 1959, p.3, “*A Impostura de Ontem e a*

Mesquinharia de Hoje”, com relação ao pagamento dos vencimentos do funcionalismo público municipal, que naturalmente, engloba-se nesta categoria a classe do magistério estadual. A resposta da situação é transmitida através da coluna “*FATOS DIVERSOS*”, publicada no dia 14 de março de 1959, p.04, “*Reassumiu Ontem suas Funções o Prefeito Municipal*”, onde em uma tímida nota informa que:

Em palestra com elemento de proa do partido situacionista e funcionário da Prefeitura, soube nossa reportagem que o edil bagêense [Luiz Maria Ferraz] havia conseguido o que pretendeu junto ao governador do Estado: uma verba destinada a saldar inúmeros compromissos assumidos, sendo que o primeiro são os servidores públicos, com vencimentos atrasados. (Correio do Sul, 14/03/1959, p.04)

Esta pequena nota noticiando uma ação do governo situacionista nos mostra como poderiam ser elencadas e apresentadas ao público às ações do governo petebista. Fato é que além de não se falar nos educadores municipais, em outro artigo “*Não Devem Perder a Oportunidade*”, do dia 15 de março de 1959, p.06, é dito que o Governador do Estado vêm à Bagé. A postura do jornal é obviamente a da cobrança, contudo analisando o “dito pelo não dito” é reivindicado que tragam ao governador “[...] *toda a papelada que é o gráfico da miseria, da anarquia, e de tudo quanto vai errado na administração [...]*”, e complementam com bastante ironia que devem mostrar ao governador “[...] *a Ponte Fincada, a Ponte do Arame, a Ponde das Pedras e a Ponte Inacabada – são alguns pontos pitorescos da cidade. Se houver qualquer receio, mostrem as praças – lindas praças – Duque de Caxias ou a João pessoa, bem limpas e arborizadas, não são?*”. No mesmo texto o jornal insere a realidade bajeense segundo seu locus alegando que “*Em Bagé existem muitos bairros pobres que merecem a visita do governador do Estado, talvez venha disposto a fazer um confronto sociológico, quem sabe?*”. Por fim apenas um pedido de cunho político e direto é feito a figura de Brizola, pedem que “[...] *o sr. Leonel Brizola ajude a liquidar as dívidas da Prefeitura Municipal, começando por pagar os atrasados aos servidores publicos da comuna, para estes pagarem seus credores [...]*”. Nada é solicitado com relação direta à educação a não ser como já analisado, o pagamento do magistério municipal que faz parte do grupo do funcionalismo público municipal.

No dia 21 de abril de 1959, p.05, encontramos pela primeira vez na pauta do artigo a educação, mais precisamente relacionado aos professores municipais no título “*Professôra Municipal, Essa Grande Esquecida*”. Novamente é feita a cobrança do pagamento dos salários atrasados, com a novidade do artigo tratar especificamente da classe das professoras “*E, enquanto isso, o professorado vem conseguindo heroicamente subsistir a esse atraso de*

quasi um ano e recebendo (quando recebe) seu limitado salário de Cr \$3.700,00 que não condiz de maneira alguma com as altas responsabilidades de sua missão”, este trecho nos leva a crer que havia uma real preocupação com a educação que está sendo exibida em forma de artigo. Na sua sequência não faltam às críticas ao Governador Brizola que segundo o jornal:

E mesmo assim, com esta situação revoltante, vai-se para as rádios contar e contestar fatos, chorar mitos, renegando entanto, ao esquecimento cousas como esta, de tão transcendental importância, porque sabemos que nesta contingência não mais é possível cumprir com os deveres de bom professor e assim temos o prejuízo enorme refletido nessas dezenas de criança bagêenses. (Correio do Sul, 21/04/1959, p.05)

Seguindo o assunto do atraso do salário dos professores municipais, no artigo do dia 05 de junho de 1959, p.03, *“Professorado ou Magistério e Funcionalismo Público”*, aparece a figura de um árduo contestador e ferrenho fiscalizador das ações do Governo de Leonel Brizola, sobretudo no setor educacional, o advogado Herculano Gomes. Gomes através das páginas do jornal alega que *“[...] tem sido uma verdadeira miséria, tal o descaso com as professoras e mesmo com o funcionalismo em geral [...]”*, e complementa associando as promessas de campanha de Brizola com a situação da classe das professoras e faz uma observação clara aos leitores eleitores:

[...] o homem que foi eleito justamente pela sua propaganda PEITUDA junto ao elemento que precisava melhorar a sua situação.
Que o povo de Bagé, sem preocupação partidária, procure VOTAR BEM, evitando novas misérias e novas catástrofes financeiras. (Correio do Sul, 05/06/1959, p.03)

Novamente o jornal age como formador de opinião e procura elencar fatores de seu ponto de vista para instruir o voto do eleitorado. Mais importante ainda, Herculano é o primeiro a agir cobrando promessas da campanha de Brizola que como já vimos, disse ter vencido as eleições graças aos professores e suas promessas para a melhoria da educação.

Seguindo de Herculano Gomes, temos a publicação da solicitação em Plenário feita pelo Vereador João Batista Loguércio (PSD) que cobra o pagamento por parte do Estado das concedidas bolsas de estudo ao Colégio Espírito Santo. A manchete da mensagem é alarmante, *“Bolsistas do Colégio Espírito Santo Não Entrarão em Exames se o Govêrno Não Pagar Imediatamente ao Estabelecimento um Milhão de Cruzeiros de Que é Devedor”*, segue destaque de meia página no dia 18 de junho de 1959, p.03:

REQUERIMENTO DO SR. JOÃO BATISTA LOGUÉRCIO

Denunciando ao plenário a situação em que se encontram as bolsistas do govêrno no Colégio Espírito Santo, o vereador João Batista Loguércio **clamou contra a falta imperdoável do primeiro mandatário do Estado**, e apresentou a consideração dos seus pares o seguinte requerimento: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores – Requeiro a V. Excía., nos termos regimentais, seja enviado um urgente apêlo, através de telegrama, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, para que providencie no imediato atendimento de pagamento das Bolsas de Estudo, concedidas pela respectiva Secretaria do Estado, à inúmeras alunas no Colégio Espírito Santo desta cidade, visto imprender sôbre essas estudantes a séria ameaça de não realizarem seus exames pela falta de pagamento das referidas bolsas do aludido educandário – Sala das sessões, 12 de junho de 1959 – João Batista Lohuércio, vereador do PSD”. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 18/06/1959, p.03)

A caracterização do documento tratado como “denúncia” diretamente ao “primeiro mandatário do Estado” nos fornece elementos suficientes para entendermos o nível da oposição que, como visto no capítulo anterior, discorreu de forma controversia quanto à concessão das bolsas de estudo fornecidas pelo governo sobre grave denúncia de compra de voto. Agora, passado a aprovação da concessão das bolsas sobre o Decreto n. 10.400, de 18 de março de 1959 e já tendo sido publicado no *Diário Oficial do Estado*, cabe a oposição a tarefa de agir como órgão fiscalizador da regularidade do pagamento das bolsas às instituições devidamente favorecidas sob os tramites da Lei. O jornal Correio do Sul faz esta primeira publicação também atuando como fiscalizador na cobrança do cumprimento e da transparência da Lei.

Por outro lado, imediatamente a situação age para sanar este problema, contudo a publicação que se segue por parte do jornal a respeito do pagamento das bolsas não deixa de evitar novas críticas como nos mostra o artigo do dia 21 de junho de 1959, p.08, “*Vem aí o Pagamento das Bôlsas de Estudos*”:

Telegrama do Deputado Justino Quintana comunicando a atitude do Secretário da Fazenda

Não é a primeira vez que o govêrno do Estado e o do Municipio se atrazam nos pagamentos de Bolsas de Estudos aos diversos educandários desta cidade, dando motivo a que os poderes competentes e os representantes do povo se movimentem apelando para que a verba seja remetida ou entregue quanto antes à tesouraria das casas de ensino, a fim de evitar que alguns estudantes deixem de fazer exames devido a falta daquele pagamento.

Ainda êste mês tivemos um apêlo do sr. João Batista Loguércio ao presidente da Câmara de Vereadores no sentido que fosse telegrafado ao Secretario de Educação, solicitando a liberação da verba destinada ao pagamento das Bolsas de Estudos do Colégio Espírito Santo, sob pena de várias alunas não entrarem em exame. (Correio do Sul, 21/06/1959, p.08)

Chamamos atenção para o reforço nas críticas às ações ou a falta delas com relação ao cumprimento de um projeto implantado sob duras críticas pela oposição, representado pelo

jornal Correio do Sul o qual transcreveu diversas mensagens e veio a publicar artigos mostrando sua posição contrária a ideia da concessão das bolsas de estudo, assim como se observa um clima de “ameaça” cuja penalidade quem sofrerá são as alunas que não prestarão seus exames. Na sequência da mensagem:

Todavia um telegrama enviado ontem pelo deputado Justino Quintana ao “Correio do Sul” traz notícias alentadoras, conforme poderá senti-las o proprio leitor: “Correio do Sul” – Bagé Comunico que Secretario da Fazenda determinou nesta data pagamento atrasado Bolsas de Estudos Colegio Espirito Santo no valor trezentos e nove mil cruzeiro, o mesmo ocorrendo Ginasio Auxiliadora e Perseverança essa cidade. (Correio do Sul, 21/06/1959, p.08)

Neste trecho observamos que apesar do apelo de Loguércio ser dirigido ao Secretario de Educação e Cultura, Mariano de Freitas Beck, quem resolve a situação é o Deputado Justino Costa Quintana com a presteza do Secretario da Fazenda que prontamente libera a verba não só para a escola solicitada pelo vereador, mas cumpre o pagamento com os educandários particulares que fazem parte do sistema da concessão das bolsas de estudo. Esta é a primeira vez em que há uma notícia da ação do deputado bajeense com relação à educação e, mais precisamente, realiza uma ação que está inserida no plano de educação do Governo Brizola. Tecnicamente acabamos de encontrar o primeiro elemento de que a política do Plano de Expansão do Ensino Primário contemplou o Município de Bagé.

A participação de Bagé no Plano Educacional de Brizola vem a aumentar diante de uma notícia publicada no dia 16 de julho de 1959, p.04, na coluna dos “*FATOS DIVERSOS*” cuja reportagem traz no título “*O Secretário de Obras Públicas em Bagé no Próximo dia 17*”, por sinal, a notícia é maior do que as demais encontradas com frequência naquela página específica para notícias de caráter de informe. Podemos ler:

Estêve ontem em nossa redação, acompanhado da professora Zita Ferrando de Vargas, titular da Delegacia Regional de Ensino com sede nesta cidade, o engenheiro das Obras Públicas, o dr. Willy Maltz, que será o engenheiro-residente da Comissão Estadual de Prédios Escolares, nesta região, órgão da Secretaria de Obras Públicas.

[...] o dr. Willy Maltz veio convidar a direção do “Correio do Sul” para participar da recepção ao dr. Mário Maestri, Secretário de Obras Públicas do Govêrno Estadual [...] (Correio do Sul, 16/07/1959, p.04)

Nestes dois primeiros parágrafos notamos que há sob a ótica do jornal um primeiro envolvimento de algumas personagens pontuais para a execução do plano brizolista no município. Primeiro a Delegada Regional de Ensino, Zita Vargas que trabalhará na fiscalização e construção das obras e na prestação de assistência às escolas no que diz respeito

à conservação e melhoramento destas. Nota-se também a presença da figura responsável pelas obras da CEPE em Bagé, Willy Maltz, que supervisionará a construção de novos prédios escolares na região da Delegacia de Ensino a partir do momento em que de fato estiver realizada a instalação de uma unidade da CEPE nesta cidade. É importante também observarmos que o Engenheiro Mario Maestri Secretário de Obras Públicas do Estado vem à Bagé para a inauguração do órgão, que segundo QUADROS (2003), definitivamente veio a executar as obras do Plano Educacional de Brizola no Estado.

Como relatado no jornal, no dia 18 de julho de 1959, p.06, é emitida a notícia da instalação da CEPE em Bagé que como chamada teve “*Visita do Secretário de Obras Públicas*”, fazendo-nos pensar que já no título é omitida a principal na chamada para a leitura do texto da principal causa desta “visita” que na realidade era oficial, contando com autoridades do Governo do Estado cujo objetivo era a inauguração de um importante órgão vinculado ao projeto maior de um governo. No transcorrer da mensagem ainda analisando o que foi ou não foi dito lê-se:

Falaram [...] os drs. João Batista Fico pelo PTB e Aristides Milano, representando o sr. Secretário de Agricultura. Agradecendo a saudação que lhe fôra dirigida, falou o engenheiro **Mário Maestri que discorreu sobre os planos do atual Governo Estadual, principalmente no setor de conservação de novos prédios e construção de novos prédios escolares**, referindo-se à importância do serviço que estava instalando junto à Delegacia Regional de Ensino, desta cidade. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 18/07/1959, p.06)

Entendemos que apesar de ter sido realizada a fala do Dr. João Batista Fico, um dos expoentes do PTB bajeense o jornal não a publicou como está acostumado a fazer com discursos da oposição do PTB e como já foi mostrado em outras análises. Notamos agora um ponto crucial na reportagem, o fato do Engenheiro Mário Maestri expor as intenções da CEPE em Bagé, falando em “*conservação de novos prédios*”, que fazia parte das diretrizes do Governo e da “*construção de novos prédios escolares*”. Neste momento então contamos com o avanço, ainda tímido, mas vertical das ações do Governo Estadual em Bagé sob a análise das notícias publicadas pelo jornal opositor: fornecimento de bolsas de estudo, instalação da CEPE e planos para execução de conservação e obras em prédios escolares. Resta saber se de fato a CEPE irá entrar em ação, de que forma, por meio de quem e se será devidamente noticiada algum avanço por parte do jornal.

Avanços na educação de fato vieram e foram noticiadas, todavia não partiram da CEPE. Segundo publicado no jornal dia 23 de agosto de 1959, p.06, no quadro a “*HORA DO MUNICIPIO*” com o título destacado em letras garrafais “*FAIXA DE FRONTEIRAS*”, foi

realizado um novo pedido para o envio de uma verba destinada à Bagé, verba proveniente do plano da Comissão Especial da Faixa de Fronteira. Bagé sendo município fronteiro teve aprovado seu projeto de 5,5 milhões de cruzeiros, entretanto o dinheiro não havia sido pago e foi solicitado seu pagamento através do Deputado Rui Ramos. De acordo com a publicação “*A verba solicitada destina-se à construção de grupos escolares modelos e de construção de pontes*”. A partir do momento em que a verba não foi paga é realizado, segundo o mesmo artigo um novo plano:

O novo plano enviado para a Comissão Especial da Faixa de Fronteira, organizado pelo ilustre Dr. Luiz Maria Ferraz, quando à testa do govêrno municipal, e complementado nesta administração, compreende as seguintes rubricas solicitadas:
Para um Grupo Escolar modelo a ser construído na Vila Ipiranga 1.000.000,00
para pavimentação 4.000.000,00
para a Ponte do Passo do Tigre 1.000.000,00
para construção de 1 reservatório elevado, tipo (sic.) 1.500.000,00
total solicitado 7 e meio milhões de cruzeiros, correspondentes a 50% do valor dos serviços. [...]
Construir-se-á imediatamente a Escola Modelo da Vila Ipiranga, um dos maiores núcleos suburbanos, e onde é enorme a densidade escolar, fazendo falta um grupo escolar que abrigue a infância estudantil da zona. (Correio do Sul, 23/08/1959, p.03)

A partir deste recorte observa-se que tanto o antigo plano da gestão de Hugo de Almeida Souza¹⁴ como o novo plano realizado por Luiz Maria Ferraz¹⁵, ambos petebistas, estava como item incluso o Grupo Escolar modelo da Vila Ipiranga. Isto nos leva a pensar que antes do projeto do Brizola já havia uma preocupação com a educação exibida em forma de demanda por verba onde parte desta seria destinada à construção de uma unidade escolar da forma de um Grupo Escolar, então não era novidade no município a tentativa de avanço e ampliação do sistema escolar por parte do Poder Executivo, poder este composto por líderes do PTB.

Pela primeira vez encontramos o jornal publicando um artigo o qual faz referência à campanha de Brizola em prol da educação, “*Vencimentos dos Professores*”, publicado dia 24 de setembro de 1959, p.03, traz alguns aspectos dignos de uma análise mais detalhada, pois mistura a primeira notícia do Plano Educacional sendo divulgada:

O atual Governador tem dado grande ênfase ao seu programa educacional e raro é o dia que a imprensa não publique notícias ou reportagens sôbre o assunto. Até

¹⁴ Prefeito Municipal de Bagé entre 31 de Dezembro de 1955 à 02 de Janeiro de 1958 (TABORDA, T. A. C. Governos e Governantes de Bajé, p.96-98).

¹⁵ Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé entre 1957-1958, assumindo o Poder Executivo Municipal em decorrência do fato de que o Vice-Prefeito de Bagé eleito Justino Costa Quintana que não assume a Prefeitura Municipal em vista de seu cargo como Deputado. Sendo assim, Luiz Maria Ferraz assume o Executivo Municipal de 15/04/57 à 29/04/57; 07/07/57 à 18/07/57; 06/08/57 à 12/08/57 e de 02/01/58 à 01/04/59. (Idem)

filmados têm sido as solenidades de assinatura de atos, abrindo créditos extraordinário para a contratação de novos professores, construção de mil prédios escolares e de abertura de concorrência pública para a construção de tais prédios. (Correio do Sul, 24/09/1959, p.03)

Eis que podemos observar a abstração do jornal com relação aos movimentos realizados pelo governador com o intuito de executar suas promessas de campanha e sua divulgação por parte do jornal mostra que há algo para ser dito sobre estas ações. Segue o artigo:

Por outro lado, como não há número de professores formados para preencherem os claros [cargos] abertos com a criação de novas unidades escolares, estão sendo contratados elementos que além de não possuírem instrução especializada, nem mesmo o curso primário completo, não têm o necessário traquejo para ensinar nossa juventude. (Correio do Sul, 24/09/1959, p.03)

Segundo o jornal há de fato a criação de novas unidades escolares. Não é especificado onde estas unidades foram implantadas, tendo em vista que poderá nem mesmo ser no Município de Bagé, já que o Plano de Expansão se faz de forma descentralizada pelos seus órgãos de ação (SEDEP e CEPE) e nada com relação à instalação de escolas em Bagé pela CEPE com parceria da 13ª Delegacia Regional de Ensino foi publicada. Estaria o matutino omitindo informações sobre criação/instalação de alguma escola? Podemos pensar que estes cargos abertos com unidades escolares podem estar espalhados pelos arrabaldes da cidade?

Ainda no mesmo trecho encontramos um problema que também é relacionado pela primeira vez e terá um forte acompanhamento pelo jornal: a qualidade dos professores contratados. Este problema não foi analisado de forma profícua por nenhum pesquisador, todavia a falta de material científico específico acerca do tema gera questões. QUADROS (2003, p. 102) nos relata em suas “*Considerações Finais*” que:

[...] a seletividade no ensino público do Rio Grande do Sul, tanto estadual quanto municipal, impressiona. Entre 1959 e 1961, em média, 58,84% dos alunos matriculados no primeiro ano primário chegavam à quarta série. Não há dúvida que esses altos índices de seletividade escolar deveram-se tanto a fatores endógenos quanto a fatores exógenos à escola. Nesse sentido, possivelmente, um dos fatores que contribuiu de forma significativa para a situação foi a **precária qualificação do magistério. (grifos meus)**

Então de fato a análise do jornal estava correta quando critica a qualidade dos contratados. Outra instância em que as ações da política-educacional de Brizola são atacadas no mesmo artigo vem precedida de uma denúncia:

Por outro lado, segundo discursos que têm sido proferidos na Assembléa Legislativa, referido plano educacional tem servido de meio para proselitismo político e coação eleitoral. Elementos pertencentes aos partidos que dirigem a administração pública estadual, em vários municípios do interior, principalmente candidatos a cargos eletivos, têm usado e abusado do mencionado programa educacional para conseguirem eleitores. Para tal, conseguem contratar pessoas desprovidas de preparo para o exercício do magistério, desde que tais pessoas tenham em sua retaguarda uma meia dúzia de eleitores. (Correio do Sul, 24/09/1959, p.03)

A grave denúncia de compra de votos exibida no artigo fala em municípios do interior, seria Bagé uma das afetadas? Se sim, significa que o jornal está cumprindo seu papel como fiscalizador das ações do Governo Estadual e divulgando-as para a sociedade formar sua própria opinião de acordo com estas denúncias que procedem da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, podemos pensar que mais uma vez é registrada a ideia de que se de fato procede esta denúncia no município pesquisado, sinal de que já foram instaladas escolas que precisaram de professores novos e, portanto, Bagé já teria sido contemplada com alguma unidade escolar.

O próximo trecho nos dá explicações maiores desta denúncia ao informar:

Mas, em face da grandiosidade do plano implicando o seu funcionamento num enorme aumento do serviço burocrático nas repartições competentes, os professores efetivos do Estado estão sendo prejudicados quanto ao recebimento dos seus vencimentos. Assim, chegou ao nosso conhecimento que **os mestres lotados no Colégio Estadual de Bagé** até o momento não receberam seus vencimentos correspondentes ao mês de agosto e já estamos no dia 24 de setembro. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 24/09/1959, p.03)

Não está no texto que professores foram contratados em Bagé, mas a luta do jornal contra esta prática quando se trata de compra de votos é em prol dos professores bajeenses devidamente formados que estão sendo prejudicados, segundo o jornal por um “*enorme aumento do serviço burocrático*”. Interessante se avaliarmos que o não pagamento já havia sido denunciado pelo jornal em um momento em que não se falava em inchaço da máquina administrativa, seria outra forma do jornal atuar como fiscalizador do pagamento dos professores ou teria acontecido sim a contratação de pessoas não aptas para ministrar aulas em Bagé?

Avançando um pouco mais no texto lê-se que:

Na Mesa de Rendas local não há crédito para o pagamento de tais vencimentos. A direção do estabelecimento e os professores, já telegrafaram à autoridade competente, mas nada conseguiram. Falta de recursos não é porque a repartição coletora de impostos estaduais desta cidade tem batido, nestes últimos meses, todos os recordes no que se refere as ordens de arrecadação de tributos. O que há é falha

no setor que prepara as ordens de empenho de verbas e a remessa de crédito para atender despesas normais e certas da administração pública. (Correio do Sul, 24/09/1959, p.03)

De uma denúncia na Assembleia o artigo começa a focar na administração Pública Municipal nos passando a ideia de que realmente contratação de professores em Bagé parece não ter ocorrido. E mais um parágrafo o texto nos explica de forma contundente o problema que se passa com outros professores:

Mas em outras unidades escolares desta cidade, há professores que há mais de três meses não recebem seus vencimentos. E, quando se trata de transferências é expedida com rapidez, mas o processamento da ordem de pagamento de vencimentos é demorado e, às vezes, até chegar à repartição pagadora, sua marcha prolonga-se por quase um ano. (Correio do Sul, 24/09/1959, p.03)

Descartada a ideia de contratação de professores no parágrafo anterior, a novidade de uma política de ação da campanha educacional de Brizola torna a aparecer no parágrafo seguinte. A prática de transferir professores lotados em algumas escolas, principalmente no centro da cidade, como o caso do Colégio Estadual de Bagé para escolas mais afastadas com defasagem de mestres foi realizada. E, se foi descartada a ideia de contratação de professores não se descarta a ideia de criação de escolas se pensarmos para que unidades escolares foram designados estes professores? Seriam unidades instaladas já pela CEPE ou escolas em defasagem de professores? Fato é que mais uma ação do governo Brizola foi identificada segundo suas diretrizes educacionais.

O magistério estadual volta a ser pauta de debates por parte do jornal no artigo “*Conspiração Contra o Magistério Primário do Estado*”, publicado dia 01 de novembro de 1959, p.05, onde o matutino fala logo em seu título sobre “conspiração”, segundo o jornal:

[...] os atuais responsáveis pela condução dos negócios públicos do Estado, estão tramando uma verdadeira conspiração contra o magistério rio-grandense.

E, a ação nefasta dos poderosos do dia, contra a nossa atual estrutura educacional, vai tornar-se efetiva, justamente agora, em que mais imperiosa se faz mister a sistematização do trabalho da professora primária, como fator decisivo na valorização do nosso potencial demográfico. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 01/11/1959, p.05)

Tal conspiração tem endereço segundo o artigo que não faz mistério e divulga a lista de escolas em que a “conspiração” se efetiva contra as professoras lá lotadas:

Estas conspirações têm endereço certo. Destinam-se à professoras pertencentes ao magistério do Estado, lotados nos grupos desta cidade e interior do Município, isto

é, do “Silveira Martins”, “Quinze de Novembro”, Instituto “São Pedro”, “Mestre Pôrto”, “Julinha Taborda”, “Mario Suñe”, “Ibajé”, “Cidade dos Meninos”, “Manuel Lucas de Oliveira”, “Joaquim Pedro Soares”, “Seival”, “Barão de Aceguá” e tantas outras unidades escolares, que integram a rede educacional, supervisionada pela Secretaria da Educação e Cultura em face dos novos rumos que sr. Governador pretende imprimir à política de alfabetização, no Rio Grande do Sul. (Correio do Sul, 01/11/1959, p.05)

Por parte do jornal, o recado estava dado e percebe-se que o leitor já havia sido escolhido: a classe de professoras. Haveria mudanças segundo a publicação e as professoras seriam afetadas, logo as mudanças seriam estruturais. Mas que mudanças seriam? Remanejamento de professores para locais longínquos para preencher a falta de material humano em escolas rurais? Esta prática foi realidade no Governo Brizola e constava na sua política educacional, todavia já estava explícito no artigo que professoras das escolas do interior também seriam afetadas, resta analisar o trecho seguinte da publicação:

Todos sabem que, **apesar dêsse imenso vendaval, que está varrendo e destruindo o Rio Grande, de encadeado pela situação dominante**, uma das melhores organizações, em matéria de serviço público, que, ainda, não foi esboroadada, é, indiscutivelmente, o ensino primário, obra gigantesca de Coelho de Souza, quando Secretário da Educação. [...]

Agora, em sua ânsia de notoriedade, **o sr. Governador do Estado, sob o fundamento de descentralização**, pretende inocular a sua política desagregadora e demagógica, na vida cultural do Rio Grande, através daquilo que sua tremenda campanha publicitária denomina de **municipalização do ensino primário**. (grifos meus) (Correio do Sul, 01/11/1959, p.05)

Eis que é apresentado o grande problema o qual o jornal discute em um texto de quase meia folha do jornal destinado a criticar esta operação da municipalização do ensino primário. Esta ideia de municipalização do ensino de 1º grau “*são muito antigas no Brasil*”, segundo AZANHA (1991, p.01) que ainda nos conta que “*podemos tomar como um marco nessa trajetória o pensamento de Anísio Teixeira*”, o qual vai até o Congresso Nacional em 1957 apresentando suas ideias com relação à municipalização do ensino primário¹⁶.

Já no Rio Grande do Sul a ideia de municipalização só veio a ser gerida em 1967 com o Plano Estadual de Educação¹⁷ o qual pretendia descentralizar o ensino, esta ação foi ampliada nos anos 70 pela Secretaria da Educação em virtude da nova LDB. De qualquer forma não é encontrada nas bases e fundamentos da política educacional de Leonel Brizola

¹⁶ Para saber mais sobre o assunto, ver: AZANHA, José Mário Pires. *Uma idéia sobre a municipalização do ensino*. Palestra feita pelo autor em agosto de 1990 na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). ESTUDOS AVANÇADOS, p. 61-68, 1991.

¹⁷ Para saber mais sobre este Plano e a municipalização do ensino primário no Rio Grande do Sul, ver: RELATÓRIO FINAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: *COMISSÃO ESPECIAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL*. Capítulo 1 e 2, p. 08-29, 2006.

quais quer argumentos em prol da municipalização do ensino primário. Resta-nos saber o motivo da publicação no jornal seguindo o artigo:

De maneira geral, não constitui segredo para ninguém, a completa desorganização da vida municipal do Rio Grande nos dias que correra, principalmente em se tratando de Bagé, em cuja atualidade administrativa desapareceu, há muito, a mais elementar noção de decência.

Em consequência de tão alarmante perspectiva, o pleito de 8 de novembro próximo reveste-se da mais alta significação e importância. (grifos meus) (Correio do Sul, 01/11/1959, p.05)

Fica clara a real intenção do matutino: chegar àquele grupo, no caso de professoras que compõem uma numerosa classe, sendo todos eleitores, e fazê-los com que destinem seu voto à oposição da chapa petebista em Bagé encabeçada pelo médico João Batista Fico. Fica evidente a manobra, pois como já relatado, Brizola na Revista do Ensino segundo QUADROS (1999) é eleito graças à classe do magistério. Ainda na sequência do texto esta assertiva fica como que escancarada:

De seus resultados positivos, vão, não há dúvida, depender a estabilidade da atual estrutura educacional do Rio Grande.

Será que o magistério público estadual já examinou a gravidade de sua possível situação, uma vez sob o comando de uma Prefeitura, como a de Bagé, onde desaparecem todos os vestígios de dignidade administrativa?

Uma Prefeitura, que, por ausência de bom-senso e absoluta falta de capacidade de seus dirigentes, atrasa em 8 e 10 meses os vencimentos de seu magistério, estará em condições morais para assumir novos encargos, como os decorrentes da projetada municipalização do ensino primário estadual? **(grifos meus)** (Correio do Sul, 01/11/1959, p.05)

Para finalizar, dois outros parágrafos em meio ao texto inflamado complementam a ideia de que o artigo em si tem uma finalidade e foi redigido para determinado público partindo de sua perspectiva sobre as ações ou planejamentos do governo:

Não tenho dúvidas, os 20% (vinte por cento), de sua renda tributária, que o Estado entregará, anualmente, aos municípios, em decorrência das novas diretrizes educacionais, isto é, da municipalização do ensino, em Bagé **serão malbaratados, sem em 8 de novembro for eleito o candidato da situação, ou seja, o P.T.B., ao cargo de Prefeito.**

A parte do magistério do Estado, que, por infelicidade, passar para a órbita da Prefeitura de Bagé, terá, infalivelmente, a mesma sorte do professorado municipal: **ficará, também, entre 8 e 10 meses de atraso, à mênção da munificência das figuras mais sinistras e despudoradas, que integram o “staff” do candidato do P.T.B., ao cargo de administrador do Município. (grifos meus)** (Correio do Sul, 01/11/1959, p.05)

Ainda é válida a análise de que o texto fala em 20% de repasse do Estado para o município e que esta verba será “malbaratada”, já não é presente a ideia de que as contas do Estado estão cheias de cargos ocorrendo “inchaço da máquina administrativa” como já retratado em outro artigo.

Em uma tímida nota no canto inferior da última página o jornal publica “Sabatina do dr. João Batista Fico Com os Estudantes”, do dia 01 de Novembro de 1959, p.08, onde há uma riquíssima informação passada pelo matutino:

[...] Entre os diversos assuntos abordados, destacamos os seguintes: <Uma vez concluída a Usina de Candiota qual o ponto de vista do candidato quanto a industrialização?> e que recebeu a resposta do dr. Fico de oferecer as maiores facilidades para possibilitar a implantação do maior número de novas indústrias em nosso município; o problema do saneamento, águas e esgotos e ensino municipal. **Sobre este último tópico, é pensamento do candidato, uma vez eleito, instalar grupos escolares no maior número possível, em nossa campanha. (grifos meus)** (Correio do Sul, 01/11/1959, p.08)

A partir deste momento percebemos através do próprio jornal que há um alinhamento ideológico e uma linha de ação por parte da liderança local do P.T.B., o candidato ao Poder Executivo Municipal, com as diretrizes político-educacionais de Brizola. Está explícito na transcrição da fala do candidato que o “Plano de Expansão do Ensino Primário” será contemplado pelo candidato em sua linha de ação se eleito, possibilitando o cumprimento dos objetivos e promessas de Leonel Brizola quando candidato ao Executivo Estadual e fazendo com que se realize por definitivo a tão almejada “expansão descentralizada” do ensino.

A análise dos dois próximos textos desobedece à ordem cronológica reinante até o presente momento, pois ambos tratam do mesmo assunto e diz respeito diretamente a educação. No dia 23 de dezembro de 1959, na página 03, foi publicado um artigo cujo título traz uma questão “Será má Vontade?”, o jornal com esta questão começa a traçar uma forte crítica que mistura a questão da falta de investimentos do setor da industrialização na região, críticas ao governo petebista e à situação em que se encontra a educação. Segundo a análise descrita nas páginas do jornal:

[...] Parece que tudo conspira contra os anseios de progresso dos municípios de nossa zona. Para os municípios de maior densidade eleitoral, os governos chegam a procurar o que eles desejam, quais são as suas aspirações. **Mas para os municípios da Fronteira Agreste, onde há um coeficiente predominante de analfabetos** e de mortalidade infantil, por culpa dos próprios governos, tudo é difícil. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 23/12/1959, p.03)

O texto se mostra desolador ao chamar a região da campanha de “*Fronteira Agreste*”, ou seja, desolada, abandonada, sem rumo e, da uma conotação perniciososa quando fala que o governo situacionista não investe aqui por conta dos analfabetos. Lembremos que a Constituição vigente não permitia o sufrágio universal daqueles que eram classificados como analfabetos. Ainda na sequência do texto vem uma queixa com relação a outras localidades que recebem tais investimentos e ainda explica, porque não há investimentos do governo, segundo a ótica do jornal, na “*Fronteira Agreste*”:

Mas o eleitorado da zôna colonial é mais flutuante, não está arrematado nos quadros partidários, ao contrário do nosso eleitorado de “pêlo duro” que é mais leal aos seus quadros partidários. Daí esta falta de atenção dos govêrnos para com os problemas da zona da campanha. **Sabe o partido que está administrando que, fazendo ou não fazendo, não perde nem conquista eleitores.** Procura atender os contingentes eleitorais onde não há arrematamento. (grifos meus) (Correio do Sul, 23/12/1959, p.03)

Ora, se forem realmente instaladas escolas no município pelo governo Estadual chefiado pelo PTB esta linha de pensamento do matutino se quebrará em pedaços, tendo em vista que o aumento do número de escolas não é garantia de diminuição do analfabetismo, todavia é uma das ferramentas básicas para se enfrentar o problema.

De qualquer forma é interessante analisar o fragmento do texto em que denuncia o analfabetismo na região e este tema voltará às páginas do jornal novamente no dia 24 de dezembro de 1959, p.03, “*Em Plano Secundário*”:

Vimos comentando o desinteresse dos govêrnos pelos problemas da região fronteirista e mostrando que os partidos que assumem a responsabilidade da administração estadual, têm voltado suas vistas para as regiões de maior densidade eleitoral, onde de duzentos em duzentos metros há um casa com cinco ou mais eleitores; enquanto na zona da campanha, caminha-se mais de uma légua para encontrarmos uma casa com um ou dois eleitores, pois em nossas estâncias, geralmente as esposas e filhos do estancieiro não são eleitoras. (Correio do Sul, 24/12/1959, p.03)

Percebe-se que novamente há uma crítica ao Governo Estadual mesclado com uma análise sobre o panorama educacional de Bagé, que nesta época contava com cerca de 72.600 habitantes, segundo notícia do próprio Correio do Sul do dia 05 de dezembro de 1959, p.03. Com estes números podemos findar as análises do ano de 1959, com o último texto deslocado da ordem cronológica que da a notícia de uma ação do Estado com relação à educação publicada em 23 de dezembro de 1959, p.06, “*Reunião de Professôres no Colégio Estadual de Bagé*”:

[...] Diversos assuntos relativos ao final do ano letivo e condizentes com o próximo de 1960 foram abordados, tendo os entes do educandário oficial trocado idéias e opiniões, democraticamente, sobre o andamento da vida do colégio. **O sr. Diretor, prof. Petrucci, expôs os planos do Governo Estadual de, para o ano vindouro, aumentar a capacidade do educandário, erigindo novo pavilhões.** (grifos meus) (Correio do Sul, 23/12/1959, p.06)

Não está especificada a origem destes planos, mas é mais uma notícia esperançosa de que a CEPE ou algum outro dispositivo do governo trabalhe em virtude da execução do projeto político-educacional de Brizola que após a análise do ano de 1959, baseado nas notícias coletadas de forma qualitativa observamos que através das páginas do jornal não foram realizados de fato nenhuma obra de quais quer espécie no Município de Bagé apesar de algumas ações terem sido realizadas dentro das prerrogativas educacionais do Executivo Estadual.

3.2. Um “filho de Bagé” é contemplado no Governo Estadual

Logo no final do ano de 1959, o Correio do Sul queixava-se em uma matéria publicada no dia 24 de dezembro de 1959, p.03, “*Em Plano Secundário*”, que nenhum filho da Fronteira havia sido agraciado com um cargo de secretário no Governo de Leonel de Moura Brizola ficando assim a fronteira sem investimentos e sem um olhar de quem conhece os problemas destas terras. Contudo, a boa notícia para quem mora nesta região foi publicada pelo mesmo jornal nos primeiros dias de 1960. Em 06 de janeiro de 1960, p.03, sob o auspicioso título de “*Reivindicação Atendida*”, o periódico publica com sentimento de satisfação o seguinte trecho:

[...] hoje temos a satisfação de registrar que, enfim, graças à derrota eleitoral que o atual Governador sofreu, nos principais redutos eleitorais do Estado, inclusive em Bagé, onde o resultado da última eleição municipal constituiu em derrota para o PTB, foi feita uma “reformulação” no Secretariado e a Fronteira – particularmente o município de Bagé – foi contemplado com uma Secretaria. (Correio do Sul, 06/01/1960, p.03)

Compreendemos que aquele importante meio de comunicação e formador de opiniões explica sob sua análise o motivo da troca atribuindo uma “dupla vitória” consagrada pelo jornal através da publicação. A diante encontramos mais detalhes da mudança bem vinda para a fronteira segundo o jornal:

No dia 31 de dezembro foi noticiada pela imprensa da Capital do Estado nova modificação no Secretariado, o que acarretou a substituição de Mariano Beck, então Secretário de Educação e Cultura, por Justino Quintana, líder do Governo populista na Assembléia Legislativa e deputado eleito pelo trabalhismo bagêense, seu principal reduto eleitoral. (Correio do Sul, 06/01/1960, p.03)

Observamos também que há além de toda euforia textual ligeiro clima de incerteza e dúvida quanto à figura do deputado para o cargo, mas que logo se transforma em expectativa de melhora na situação que avaliada pelo jornal, não é boa:

Naturalmente que podem haver restrições ao nome do novo Secretário de Educação e Cultura quanto à sua bagagem cultural para o exercício da importante pasta governamental, mas a sua nomeação, entretanto, deve constituir-se em motivo de real expectativa para esta zona e no fato de que, enfim, a Fronteira foi contemplada com um representante seu no Governo rio-grandense, o que já é alguma coisa. (Correio do Sul, 06/01/1960, p.03)

E realmente “já seria alguma coisa” tendo em vista que a notícia seguinte “*Chega Hoje à Tarde o Novo Secretário de Educação e Cultura*”, publicada logo no dia 08 de janeiro de 1960, ocupando boa parte da página 06, já fala o roteiro do novo secretário em Bagé onde fará visita oficial onde segundo reportagem:

Logo após seu desembarque no Aeropôrto Comandant Kramer, o deputado Justino Quintana visitará a Escola Artesanal, o Colégio Santo Antônio, o Orfanato Bidart e o Orfanato São Benedito.

A's 20,30 horas aquele homem público bagêense será recepcionado pelo prefeito João Batista Fico, em seu gabinete de trabalho, estando convidados para esta solenidade autoridades civis, militares e eclesiásticas, líderes e membros de partidos políticos, representantes das entidades sociais e de classe, recreativas e o povo em geral desta cidade.

Amanhã, sábado, às 9 horas da manhã, o Secretário de Educação, acompanhado de sua comitiva, visitará a Escola Assis Brasil, juntamente com o sr. Dalton Tubino, diretor daquele estabelecimento. Ao regressar às 10 horas, o deputado Justino Quintana visitará o Colégio Estadual de Bagé, Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, o Colégio Espírito Santo, o Grupo Escolar 15 de Novembro e o Grupo Escolar Silveira Martins.

A' tarde de sábado, amanhã, completando seu programa, o Secretário de Educação visitará o Instituto São Pedro de Educação e Assistência, a Cidade dos Meninos, o Instituto de Menores, o Colégio Mélanie Granier, a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Econômicas.

A's 18 horas o ilustre visitante será alvo de uma recepção na sede da 13ª Delegacia Regional de Ensino Primário.

Domingo, às 10 horas, haverá uma reunião no gabonete do prefeito municipal, com a presença do chefe do Poder Executivo local, durante a qual será ajustado o convênio do ensino primário com o Governo do Estado e o plano de desenvolvimento do ensino no município. (Correio do Sul, 08/01/1960, p.06)

Diante de todo este roteiro muito bem esmiuçado pelo jornal observamos que Justino Quintana empossado Secretário de Educação e Cultura logo vem à Bagé priorizando o olhar

sob a sua cidade natal. A visita incansável aos estabelecimentos de ensino público e particular mostra interesse do novo detentor da pasta mais importante do governo estadual petebista, sugerindo que ao final de sua excursão pelas instituições de ensino e pela visita na 13ª acabando com uma reunião para traçar o “plano de desenvolvimento do município”, mostra que ao menos na teoria, mais uma vez, o Plano de Expansão do Ensino Primário está mais próximo de ser efetivado de vez em todos os níveis em Bagé.

Alguns pensam que este Plano de Expansão já deveria ter sido implantado e que deveria sair do papel logo, é o que mostra a publicação do artigo de José Oliveira Rosa no dia 26 de janeiro de 1960, p.03, “*Educação das Massas Rurais*”. Este artigo bem fundamentado e voltado para o meio rural diz que:

A Revista do Conselho Nacional de Economia, em seu número 3 referente ao mês de maio/junho do ano de 1959, traz um interessante editorial intitulado “Política de renovação agrícola” com o sub-título de “Educação das massas rurais”, em que seu autor defende a tese que antes de procurar intensificar a mecanização de nossa lavoura, o Governo deveria erradicar do nosso meio rural o analfabetismo, dando ao nosso rurícola uma educação que deve ter como objetivo a criação de uma mentalidade moderna, com a aprendizagem de novos processos e método de trabalho, afirmando que “a tecnificação da agricultura tem pois de começar pelo homem e não pela máquina”. (Correio do Sul, 26/01/1960, p.03)

Interessante observarmos que o texto traz que a publicação veio no mês de maio/junho, contudo o artigo é publicado somente no primeiro mês do ano seguinte no jornal e trata sobre educação do meio rural, justamente no momento em que temos um bajeense assumindo a pasta da SEC no mesmo mês em que secretário visita Bagé oficialmente. No último parágrafo o redator do artigo clama por escolas da aprendizagem rurais:

Portanto, ao invés de facilitar a criação de novas Faculdades de Direito, como tem acontecido em nosso Estado, o nosso Governo deveria intensificar a criação de Faculdades de Agronomia e escolas de aprendizagem agrícola como, também, criar condições para que a nossa mocidade dirija suas vistas para a Agricultura, cujo aumento de produtividade é ainda a grande meta a ser atingida em nosso país [...] (Correio do Sul, 26/01/1960, p.03)

Textos que abordam a educação ganham especial atenção a partir do momento em que Justino Quintana assume a pasta da educação. Da mesma forma se tornam mais frequentes por parte do jornal Correio do Sul que vem a publicar um grande volume de reportagens e artigos relacionados à temática da educação, o que não se via com regularidade no ano de 1959. Por pressão política ou aproveitando as “facilidades”, teoricamente falando, de se ter um

secretario bajeense, o jornal visivelmente aplicará muito de seu tempo e disponibilizará bastante de seu espaço para falar de educação.

Mas como fazer pela educação bajeense se o jornal defende que a administração pública Municipal e Estadual está em estado caótico? A publicação do dia 28 de janeiro de 1960, p.01, traz no título a importância de estar na capa do jornal “*Camilo Gomes Falou ao Correio do Sul Como Prefeito de Bagé*”, eleito pela Frente Popular (PL-PSD-UDN), o jornal publicou o panorama da econômica de Bagé pela ótica do vice-prefeito:

PONTO CAPITAL

O ponto capital da administração – prossegue o prefeito Camilo Gomes – é o assunto financeiro, **mas esta viagem do prefeito João Batista Fico, a Pôrto Alegre, é oportuna e necessária ao nosso município, porque sendo êle elemento de destaque do Partido Trabalhista Brasileiro**, que atualmente governa o Rio Grande do Sul, naturalmente em Pôrto Alegre, **se baterá por auxílios substanciais do govêrno para solucionar a conjuntura dos cofres municipais. (grifos meus)** (Correio do Sul, 28/01/1960, p.01)

Entendemos por este trecho que houve uma ligeira crítica quanto à viagem do Prefeito Municipal a Porto Alegre, defendida pelo vice-prefeito como “*necessária*”. Com relação aos problemas que enfrentam os cofres públicos, a sequência do artigo nos revela com certa riqueza de detalhes:

Problemas como pagamento dos credores da Municipalidade, funcionalismo, fornecedores e o abastecimento de água, são assuntos que estão a exigir imediata solução, não admitindo mais protelação e temos esperanças de que o prefeito titular, com seu prestígio junto às altas autoridades do Estado, possa resolvê-los satisfatoriamente. (Correio do Sul, 28/01/1960, p.01)

Como bem podemos ver nada se fala sobre o Prefeito ter ido de encontro ao Governador para solicitar algum avanço no setor educacional, isto significa que não era prioridade naquele momento, como defendeu Camilo Gomes ou estava tudo bem com o setor em Bagé? A resposta vem de forma animadora para o setor e para o município em entrevista do próprio Prefeito Municipal Fico no retorno de sua viagem oficial.

Publicada em 14 de fevereiro de 1960, ocupando mais da metade da página 02, o título chama atenção de todos bajeenses: “*Dr. João Batista Fico, Prefeito de Bagé, Expõe ao Correio do Sul os Resultados de Sua Viagem a Pôrto Alegre*”. Em meio a grande extensão da notícia e dos detalhes oferecidos pelo Prefeito logo que chegou, atendendo ao pedido de uma entrevista informal ao jornal, restaram à educação três parágrafos de sua atenção que, de forma precisa nos informam:

Apesar de estar cercado de funcionário, correlegionários e amigos o Prefeito Municipal, não se fêz de rogado para responder algumas perguntas que lhe foram formuladas sôbre o acordo firmado para maior número de professôras no magistério municipal. **Disse o dr. João Batista Fico que Bagé passará a ter 43 escolas, conforme o acôrdo e uma por fora – a Escola Centenário – pela verba especial, oferecida pelo deputado Justino Quintana.** Informou também que **as novas professôras terão o curso ginasial e as nomeações serão feitas pelo município e pagas pelo Estado,** com os vencimentos estabelecidos pela Prefeitura de Bagé. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 14/02/1960, p.02)

O anúncio do acordo de instalação de 43 escolas em Bagé pode-se dizer que supera qualquer expectativa com relação ao mais otimista cidadão bajeense. Mais que isto, surge um marco divisório neste momento, pois mostra que o alinhamento da ideologia petebista para a instalação de escolas de modo descentralizado em todo Estado está se consolidando, em tese, no município. Ficou comprovado também o prestígio político de João Batista Fico, para com o Governador do Estado aproveitando a presença do novo secretário que esteve presente na reunião e vem a oferecer uma “verba especial”. Resta-nos saber onde seria estas escolas, qual seu tamanho, de que material seriam construídas e quando entrariam em funcionamento, já que nenhuma data foi prevista.

Outro ponto importante para se analisar é a medida da SEC de contratação de professores que está diretamente relacionada às políticas-educacionais de Brizola. Desta vez de acordo com a publicação da entrevista fica bem claro que as professoras serão devidamente habilitadas, o que nos mostra uma reação de mudança com relação à qualidade do magistério municipal, qualidade esta rigidamente fiscalizada e solicitada por parte do Correio do Sul.

Outro ponto abordado e de extrema importância foi à situação do Colégio 15 de Novembro:

COLÉGIO 15 DE NOVEMBRO

Outro ponto abordado pelo chefe do Executivo municipal, em sua palestra com o CORREIO DO SUL, foi o problema da construção do Colégio 15 de Novembro, a qual motivou tantas celeumas na Câmara de Vereadores.

Afirmou o dr. Joao batista Fico que a construção daquele educandário será iniciada brevemente, aproveitando o interesse do Secretário de Educação e Cultura, deputado Justino Quintana, que se encontra bem introzado do assunto e julga mesmo necessário o levantamento do prédio já que o atual não mais satisfaz as exigências pelo número de alunos cada vez maior. (Correio do Sul, 14/02/1960, p.02)

O tal “*problema da construção do Colégio 15 de Novembro*” relatado no jornal é relativo ao fato de ter sido proposto por técnicos e pelo Poder Executivo Municipal que o novo prédio do educandário deveria ser construído no local onde havia uma praça. Esta escolha de ordem técnica, segundo os técnicos da SEC, gerou discussões entre a população que não deixou na época de usar o jornal como meio para se manifestar e abriu um dilema

com relação ao futuro da escola. Apesar de não ser pauta da pesquisa esta situação foi relatada diversas vezes no matutino apresentando os dois pontos de vista em uma série de reportagens que também irá aflorar novamente ao longo do trabalho.

Como bem relatou a reportagem, pelo fato de o secretário da SEC ser bajeense e ter feito recente visita ao Município, este se “encontra bem entrozado com o assunto”, logo percebemos que de fato a mudança de chefia na pasta da educação promoveu à Bagé novas perspectivas com relação à educação. Basta agora acompanhar o cumprimento ou não deste acordo até porque, segundo artigos e reportagens do jornal visto anteriormente a máquina administrativa do Estado e do Município encontrava-se um caos, assim como já fora denunciado que o Tesouro não cumpria com o seu dever de pagar por conta da má administração.

Ainda sobre as 43 escolas é importante pensarmos que estas escolas surgindo do acordo entre Estado e Município mostra que a CEPE em Bagé entraria “em campo” e que outro dispositivo da SEC, o SEDEP estava atuando, segundo a lógica do Plano de Expansão do Ensino Primário, seria o SEDEP o órgão traçar estes acordos/convênios. A SEDEP teria atuado em algum ponto informando ao Estado as necessidades de escolas e salas de aula em Bagé para o Estado fornecer meios técnicos e financeiros como previsto? Se sim, não foi encontrada nenhuma reportagem relatando sobre, a não ser que pensemos que o próprio Justino Quintana levantou estas informações em sua passagem já como secretário por Bagé ou que o próprio Prefeito Fico tenha lhe passado quando reunidos. Podemos entender que até o presente momento Bagé parece estar perto de ser agraciada com o dispositivo principal do plano educacional de Brizola, a instalação das Brizoletas, mas podemos fazer a leitura de que até o momento SEDEP e CEPE não atuaram como estava previsto nas diretrizes do governo estadual segundo a ótica do jornal.

Chama atenção também o número de escolas. São 43 escolas para Bagé que, segundo o censo da Fundação de Economia e Estatística publicada em Porto Alegre no ano de 1981, traz como dados mais atualizados o ano de 1950 onde encontramos Bagé com uma área de 7.036 Km² com densidade demográfica de 9,23 hab./km² (p.167), onde a distribuição de população por zonas se dava da seguinte forma (p.169):

Tabela 1- População presente, por localização e sexo, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 1950

URBANA		SUBURBANA		RURAL		TOTAL		
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total Geral
9744	11836	7425	7320	15117	13481	32286	32537	64923

Fonte: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: **Censos do RS: 1803-1950**, 1981.

Esmiuçando esta tabela de dados temos mais a frente no censo também do ano de 1950, os dados populacionais divididos por “*peças de 5 anos e mais por grau de instrução, segundo os município do Rio Grande do Sul*”, aqui especificados no Município de Bagé (p.174):

Tabela 2 - Pessoas de 5 anos e mais por grau de instrução, segundo os município do Rio Grande do Sul

TOTAL	SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
55846	16320	16603	11261	11662

Fonte: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: **Censos do RS: 1803-1950**, 1981.

Quantitativamente falando o número total de homens e mulheres que sabem ler e escrever é de 32.923 pessoas entre homens e mulheres e quanto aos que não sabem ler e escrever contabilizam 22.923 pessoas totalizando 41,04% de homens e mulheres que não sabiam ler nem escrever, porcentagem que quando confrontada com os dados do Estado:

Tabela 3 – Total de homens e mulheres por grau de instrução no Estado do Rio Grande do Sul

TOTAL	SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
3488824	1055854	988977	681982	762011

Fonte: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: **Censos do RS: 1803-1950**, 1981.

Onde o total de homens e mulheres que sabem ler e escrever são 2.044.831 enquanto os que não sabem ler e escrever de ambos os sexos contam 1.443.993, fechando 41,38% de homens e mulheres que não sabem ler e escrever, logo se percebe que Bagé ainda encontra-se com situação de melhores números educacionais do que a porcentagem estadual entre homens e mulheres que não sabem ler e escrever.

Dando sequencia a análise dos artigos publicados pelo jornal Correio do Sul, encontramos outro artigo que trata da educação como tema central. “*A Educação e as Metas do Govêrno*”, de Alcino Pinheiro, publicado dia 16 de fevereiro de 1960, p. 03, já indica que será feita uma análise das metas do governo, neste caso, Federal, com relação à educação, no qual o articulista desenvolve a seguinte linha de acordo com recortes de seu texto:

[...] Visa, o Govêrno, com esses programas de desenvolvimento a longo-prazo, a dar ao país a autonomia econômica capaz de assegurar o equilíbrio financeiro.

Entretanto, não se concebe evolução sem educação. Os núcleos populacionais aumentam, as cidades crescem, a indústria é acelerada e o comércio se desenvolve. Enquanto isso, o homem é desamparado, tanto no seu trabalho quanto na sua formação educacional. [...]

Atenha-se o govêrno à sua tarefa, que já é bem grande e deixe a responsabilidade do ensino aos pais, de quem é dever natural. **Crie, no poder público, escolas onde não há escolas;** renove os sistemas e métodos do ensino; ampare o magistério; facilite a formação de bons professôres; oriente a educação família! Êsse, sim, é o dever do Estado. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 16/02/1960, p.03)

O artigo clama por educação, ao mesmo tempo traça que educação na maneira de educar, cabe aos pais, mas educar de maneira científica cabe às escolas. Contudo, segundo o texto, faltam escolas e é neste ponto que o artigo chama atenção. Está expresso de maneira direta que se precisa de mais escolas onde não há, portanto podemos entender que a partir da publicação deste artigo o jornal Correio do Sul também concorda que não há escolas em número suficiente, assim como Leonel Brizola observou. É a primeira vez que encontramos um alinhamento entre o jornal opositor e a linha de raciocínio de Brizola.

Por isso foi criado pelo Governador o Plano de Expansão do Ensino Primário, por isso foi criado o “Plano das Duas Mil”, o SEDEP e a CEPE, mas quanto a forma em que estas escolas serão implantadas, irá jornal e políticos petebistas entrarem em acordo? Se analisarmos pela publicação “*Bolsas de estudos*”, do dia 11 de março de 1960, p.03, até diríamos que sim, as linhas de ação do petebismo em prol da educação fecham com o que o jornal pensa que deva ser feito de acordo com trecho do texto:

[...] E como a única herança segura que se pode deixar aos filhos é a educação, todos fazem sacrifícios inauditos para que não falte a êles o preparo necessário à conquista dos bens materiais e morais. Para suprir as deficiências dos orçamentos domésticos e a falta de estabelecimentos públicos suficientes para atender a todos que pretendem continuar estudando após o curso primário, **em bôa hora o Estado resolveu criar as chamadas bolsas de estudos.** Pelo sistema de bolsas de estudos, o Tesouro estadual paga o valor das matrículas e as mensalidades e, ainda, a manutenção do aluno quando se tratar de internato, aos respectivos estabelecimentos de ensino particular. Mas, segundo seu regulamento só têm direito a tais bolsas alunos de pais comprovadamente pobres, pois o número delas é limitado. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 11/03/1960, p.03)

Em outra reportagem já havíamos visto que o sistema de bolsas de estudo não era novidade, além do que o jornal tinha combatido de modo ferrenho o sistema de bolsas alegando “proselitismo político” e outras acusações. Neste trecho o quadro se reverte, primeiro para o elogio à iniciativa e depois sim, o jornal volta a atuar como profícuo fiscalizador e não mais um mero crítico:

Quando o atual Governador assumiu o govêrno e mandou expedir novas instruções para a concessão de tais bolsas, todos que conhecem os métodos inextruculosos usados pelo PTB, logo perceberam a exploração que viria. E, com a aproximação das últimas eleições, tais prognósticos se confirmaram totalmente.

Conforme denúncia dos representantes da oposição, agora confirmadas pelos próprios elementos do govêrno, durante a última campanha política foram distribuídos pelos candidatos populistas em todo Estado, profusamente, formulários de inscrição a tais bolsas. Os candidatos petebistas convenciam aos interessados que bastava o preenchimento dos formulários para estar garantida a concessão de bolsas, mas o voto de cada interessado e de tôda a família, e até dos vizinhos, tinha de ser dado aos candidatos petebistas. Assim aproximadamente 45 mil candidatos se inscreveram para 4.065 bolsas. O resultado é que cerca de 38 mil foram ludibriados em sua bôa fé. (Correio do Sul, 11/03/1960, p.03)

A denúncia é grave como o foi da outra vez, contudo agora segundo o jornal há provas, há membros do próprio PTB que admitem tal prática e isto rendeu a vitória eleitoral do partido trabalhista nas últimas eleições. Por fim, a culpa recai sobre o novo Secretario de Educação e Cultura que é alvo das críticas mais de forma nada cordial:

Tais fatos não são inventados por nós, conforme já nos disse certa ocasião um missivista danônimo quando comentamos outras patifaria praticadas por elementos do PTB, porque, como o tiro saiu pela culatra, estão sendo confessados públicamente pelos próprios petebistas para se justificarem perante a opinião pública, e o **deputado Justino Quintana está mesmo que meretriz querendo bancar família: não esconde o seu desapontamento pelos rumos dos acontecimentos. Êle como líder do seu Chefe, conhecia tôda a “marmelada” e dela deve ter participado e agora vem se confessar arrependido. (grifos meus)** (Correio do Sul, 11/03/1960, p.03)

O acesso a tais documentos oriundos de políticos do PTB arrependidos não foi publicado, pois como o jornal falou, um “anônimo” deu as informações. Fato é que sobrou para Justino Quintana, além de ser agora secretário de Brizola, foi líder do PTB.

Esta denúncia é reforçada quando o jornal publica um texto publicado em outro jornal em outro município, mas que serve para salientar as mesmas críticas e as mesmas questões que o Correio do Sul aborda em seus editoriais. Até mesmo o título mostra que a pauta do texto serve para enfatizar um problema que está ocorrendo, na visão do jornal, “*Ainda as bolsas de estudo*”, 12 de março de 1960, p.06:

Ainda as bôlsas de estudo. **O tema vem sendo manchete obrigatória dos jornais, e apresenta uma das mostras dolorosas dos escândalos a que a política-partidária da mais baixa qualidade jogou a sorte de centenas de crianças e de jovens rio grandenses.** E não é só isso: aponta a degradação de pessoas e de entidades.

Deviam ser um benefício, mas são – como tantas vezes temos frisado – motivo de perversão de caracteres, de corrupção e de crime. Para vergonha nossa. No fundo, outro mar de lama que atinge, nos respingos letais, a melhor esperança do futuro, as crianças e a juventude. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 12/03/1960, p.06)

O próprio artigo enfatiza que o tema das bolsas vem sendo manchete, sendo assim acreditamos que todos os jornais (oposicionistas) têm inserido como pauta de seus artigos de modo sistemático, corriqueiro e enfático a denuncia da má condução por parte do Estado do dispositivo da concessão das bolsas de estudo pagas pelo Estado.

O artigo traz uma nova denúncia fora as já registradas pelo Correio do Sul:

De tôdas as últimas notícias, porém, dois aspectos são por demais chocantes, e expressam o cúmulo das misérias: professôres falsificaram atestados; uma escola (ou mais de uma) cobrava preço de internato, fornecia externato e embolsava, sem remorso, o dinheiro do povo contribuinte. Assim, pois, de um lado conhecemos a fraude; de outro, o roubo. E, quando tais formas de crime são praticadas por professôres e por escolas, chegamos ao fim do mundo. (Correio do Sul, 12/03/1960, p.06)

Realizando uma análise nas críticas pontuais deste último parágrafo podemos aliar a crítica do sistema defasado criado pelo governo para ajudar a educação, mas que oferece falhas. Outro ponto que podemos considerar é que quando o texto fala que professores e escolas roubam nos remete àqueles artigos publicados em torno da qualidade do professor contratado pelo Estado. Além do que, o Correio do Sul dificilmente publicaria um texto oriundo de outro município apenas para denunciar fatos já relatados com detalhes pelo próprio jornal.

No artigo seguinte o alvo torna a ser o Secretário de Educação e Cultura: “*Só promessas*”, publicado dia 16 de março de 1960, p.03. O texto faz referência a outro publicado no dia anterior (15) de autoria de George Teixeira Giorgis que fala do conserto do Colégio Estadual de Bagé:

Através de um artigo do nosso colaborador, George Teixeira Giorgis, publicado em nossa edição de ontem, ficamos sabendo que o professor Petrucci tem conseguido realizar vários melhoramentos no Colégio estadual, eficientemente por êle dirigido. Assim suas paredes foram pintadas, principalmente as das salas de aulas, vidros quebrados foram repostos e até empredrado foi em parte o pátio do estabelecimento. (Correio do Sul, 16/03/1960, p.03)

Diante do fato de que foi realizada uma reforma em uma escola Estadual em Bagé, podemos entender que a CEPE entrou de fato em ação em Bagé, pois este órgão já devidamente instalado é o responsável pelo conserto nas escolas em parceria com a Secretaria de Obras Públicas. Não é o que defende o jornal:

Entretanto, S. S. não recebeu recurso da Secretaria de Educação e Cultura para custear tais despesas. Seu prestígio político de antigo lutador das hostes trabalhistas locais, não foi decisivo junto ao atual Secretário, eleito deputado por Bagé, sua terra

natal e conhecedor das necessidades locais; mas o alto conceito em que é tido como educador e o prestígio pessoal que desfruta em nosso meio foram armas que possibilitaram aos professor Petrucci conseguir recursos de particulares, inclusive dos seus próprios adversários políticos, para custear referidas das pesas, tendo ainda obtido a cooperação da Prefeitura local quanto ao calçamento. (Correio do Sul, 16/03/1960, p.03)

Conforme ficou claro no texto, nem a CEPE e nem Justino Quintana ajudaram de qualquer maneira no conserto e manutenção da escola, mesmo Petrucci, como registrado, ser membro do PTB, apenas a Prefeitura Municipal se disponibilizou para arrumar o calçamento da escola. Diante disto não foram poupadas cobranças com relação á figura do Secretário:

Tal falta de recursos para dar “bossa nova” ao importante estabelecimento de ensino do Estado nos surpreendeu, porque quando estêve nesta cidade, após ter assumido a importante função que atualmente ocupa, o deputado Justino Quintana declarou que faria tudo para atender as reivindicações de sua terra natal.

Mas a ação não sucedeu às palavras proferidas e, ao que nos consta, apenas algumas colocações em função pública estadual foram conseguidas por intermédio de S. Excia.

Ora, o que recomenda os homens públicos não é o fato de resolver o problema individual de cada protegido seu, mas o de dar solução a problemas que interessam a tóda coletividade.

E até agora não chegou ao nosso conhecimento de que o atual Secretário de Educação e Cultura tenha usado de sua influência para solucionar problemas que interessam a tóda a coletividade bagéense, como o caso, por exemplo do fornecimento de água à população urbana e suburbana.

Se nem meia dúzia de dezenas de milhares de cruzeiros S. Excia. Não mandou para melhorar as condições do Colégio Estadual, não se pode esperar sua assistência à solução de problemas mais importantes. (Correio do Sul, 16/03/1960, p.03)

A cobrança foi feita de maneira pontual e objetiva, desta vez sem ataques à figura pessoal do Secretário. O jornal mais uma vez atua como um meio ou instrumento de cobrança em prol de toda a sociedade, como pede que sejam as ações de Justino Quintana. Podemos entender que Quintana falhou no seu primeiro “teste” ou na primeira oportunidade que teve como Secretário em sua terra natal? Teria falhado antes de Quintana a própria CEPE que se omitiu em solicitar ajuda de custo para tais consertos no Colégio Estadual?

Desta vez, segundo publicação no próprio jornal alguns pontos são desmentidos na coluna “*FARPAS*” do articulista RAMALHO DAS ORTIGAS do dia 03 de abril de 1960, p.03:

O meu colega Geroge Teixeira Giorgis anda elogiando muito o professor Petrucci, diretor do Colégio Estadual e chefe de gabinete do prefeito local. Em um dos seus artigos louvaminheiros, o George, para ressaltar o trabalho do seu diretor – êle é professor no mesmo Colégio – chegou afirmar que, para fazer melhoramentos, nada recebera da Secretaria de Educação, onde o Justino brinca de secretário. CORREIO DO SUL não perdeu tempo e já lançou um editorial metendo o pau no Justino. Entretanto, tomei conhecimento, ouvindo uma palestra do meu leitor professor

Petrucci, que o Justino conseguiu remeter um caminhão de material. (Correio do Sul, 03/04/1960, p.03)

O texto confirma que o jornal aproveita para segundo o redator “sentar o pau no Justino”, mas desmente que este nada tenha feito ou enviado para os consertos daquele educandário, o que nos leva a repensar a postura de Justino e sua atuação por Bagé. Esta é a primeira notícia em que o Secretário Quintana presta auxílios à Bagé de forma efetiva, tendo em vista que na teoria ficou acertado a instalação de 43 escolas primárias em Bagé que até o momento não foram realizadas, segundo a ótica do jornal.

Se de um lado o projeto da instalação das escolas ainda é está só no papel, o jornal torna a combater outra idealização do Brizola com relação à educação. Retornando a um artigo publicado dia 29 de março de 1960, p.03, cujo título “*Erradicação do Analfabetismo*” já nos mostra que mais um artigo em torno da pauta da educação é publicado, este traz uma nova questão para ser analisada:

[...] Aqui no Rio Grande do Sul – e não poderia deixar de ser, uma vez que o Governador Leonel Brizola se esmerou em fundamentar seu “plano” na educação – falou-se demais em “esforço de educação”. Nessa finalidade, **criou-se a “taxa de educação”, cujo destino sempre tememos**. E não foram poucas as vezes que daqui expusemos nosso temor, vendo tanto dinheiro à mercê de quem privado de sensibilidade para educar, não apresentava condições para usar dêle com resultados satisfatórios. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 29/03/1960, p.03)

A perspectiva de aplicação correta desta taxa pelo olhar do jornal não é boa como fica claramente descrito no texto. Mais uma vez uma ação de Brizola é combatida e o jornal já se mostra atento para as “novidades” e atua como órgão que debate, discute e apresenta com recursos sua incerteza. O texto segue de maneira interessante quando relatam que:

Não foi em vão nosso temor.
Construíram-se casa por todos os lados – escolas e escolas (talvez a única construção “sólida” originada de tantos recursos); admitiram-se milhares de professores; ampliou-se o ensino supletivo; pagavam-se tantos cruzeiros por cabeça alfabetizada. Um mundo de providências, em nome da educação, tal como conceitua o atual Govêrno. (Correio do Sul, 29/03/1960, p.03)

Aqui estabelecemos outro marco por assim dizer com relação às políticas-educacionais de Brizola de construção de escolas de modo descentralizado, como desejava o governador petebista. No parágrafo acima o jornal publica que escolas foram construídas, mesmo sob críticas da mesma forma publica que “milhares” de professores foram contratados, mesmo

pontuando em outros artigos falhas nestas contratações e diz que o ensino supletivo foi ampliado, combatendo assim o analfabetismo.

Em nenhum momento fala quem estas ações foram ou afetaram Bagé, sabemos de algumas ações por recortes de textos, mas no projeto assinado entre Fico-Quintana-Brizola citava tanto contratação de professores quanto instalação de escolas, estaria então Bagé sendo já agraciada com alguma ação neste sentido? A sequência do texto é recheada de denúncias, porém não nos fornece detalhes sobre ações no município de Bagé:

Paralelamente a tal “esforço” material, sabíamos da parte moral, legal, humana na questão: a quase totalidade dos professores não era habilitada, alguns até nenhuma credenciais possuíam, para a missão; serventes em uma escola lecionavam em outra; empregados de forno e fogão abandonavam – por um magistério desvirtuado – o seu labor honesto; as admissões dependiam do mérito dos cartões de recomendação – verdadeiro escândalo, coisa jamais vista no Rio Grande, e maior ainda no interior que na capital. (Correio do Sul, 29/03/1960, p.03)

Após o reforço as já comentadas e criticadas ações de planejamento das políticas-educacionais de Brizola o jornal finca sua estaca de órgão fiscalizador onde fala no próximo parágrafo:

Após um ano de descalabro governamental, declarava este jornal seu interesse em conhecer o relatório, o balanço desse esforço de educação, a que o magistério rio-grandense, representado pelas entidades de classe assistiu impassível, salvo alguma intervenção da novel Federação de Professores. (grifos meus) (Correio do Sul, 29/03/1960, p.03)

E por fim declara que segundo os resultados do “esforço” educacional do Governo:

Calou-se o Governo, quanto aos resultados gerais. Mas uma medida sua à vista, responde a alguma coisa da nossa natural e sã curiosidade: **consta que não funcionarão este ano os cursos noturnos supletivos. É a declaração do fracasso desses cursos, sob a batuta petebista.**

E não era para menos. Toda a exigência feita a eles, anteriormente ao petebismo, foi relegada; **proliferaram os cursos mal orientados; as indicações de professores (salvo exceções até inexplicáveis) eram à base do “cartão” político; muitos professores “emprestavam” o nome, figurando nas listas docentes, percebendo vencimentos e entregando-os a elementos descredenciado que era, realmente, quem lecionava;** testemunhou-se, nesse trabalho supletivo, completo descaso pelos verdadeiros fins da educação; desmoralizou-se o serviço que teve ponto alto no governo Meneghetti, e o final se está vendo. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 29/03/1960, p.03)

Diante desta visão as ações executadas por Leonel Brizola em torno da educação foram todas combatidas, primeiramente pelo jornal e depois fiscalizadas ponto a ponto para,

com argumentos sólidos, o periódico apontar através de denúncias o motivo pelo qual aplicava descrédito nas atitudes do Governo Estadual.

Se havia falhas por parte do Executivo Estadual com relação à educação, como estaria a situação da educação no Município de Bagé? Segundo foi a publicação “*Vereador Álvaro Dias: Escolas do Município abandonadas – Ilegal as sub-prefeituras fazerem arrecadações*”, publicado no dia 31 de março de 1960, p.01, segundo discurso proferido na Câmara Municipal de Vereadores de Bagé:

Em Explicação Pessoal falou o vereador Álvaro Silveira Dias que comunicou o **abandono das escolas do município** criticando o Poder Executivo e exigindo uma providência severa do Prefeito Municipal para que sejam restabelecidas por completo as escolas de nosso município. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 31/03/1960, p.01)

Esta denúncia de abandono por parte do Executivo Municipal mostra que mais uma vez, agora por outro meio que o CEPE em Bagé não cumpre com aquilo que lhe é de sua competência, segundo o que foi proferido na Câmara de Vereadores de Bagé. Esta denúncia de situação de abandono só piora quando passamos para a publicação do dia 17 de abril de 1960, p.03, novamente com a coluna “*FARPAS*”, onde diz:

Informaram-me que, com exceção da Escola Artesanal Secretário Vieira da Cunha, os demais prédios escolares do Estado, em nosso Município, apresentam aspecto de abandono. **Vidros quebrados, por cujos buracos penetra chuva que ocasiona o apodrecimento da madeira das janelas e, quando estas estão abertas, por êles penetra vento e água, em dia de chuva, obrigadno os professores fechar os postigos, o que dificulta a visão de alunos e professôres; rebôco caíndo; assoalho e fôrro apodrecendo em consequência das goteiras no telhado. Se o prédio possui pátio, o muro que o cerca está caíndo, como estão apodrecendo as cêrcas de madeira, ou de arame.** Tudo é abandono, embora a bôa vontade dos seus dirigentes, ou de outras instituições que neles funcionam, como no caso do prédio Grupo Escolar Silveira Martins, onde funciona a Escola Técnica de Comércio, cujos dirigentes têm mandado recolocar nas janelas do prédio os vidros quebrados. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 17/03/1960, p.03)

A situação degradante com que foi detalhada os aspectos em que se encontram as escolas de Bagé é preocupante. Apesar de terem sido citadas o nome de escolas onde alguma atitude foi tomada o texto não dá nomes nem locais de onde se encontram as que estão sem manutenção. Desta forma definitivamente a CEPE não estava agindo no que diz respeito aos reparos, consertos, conservação, melhoramento e reconstrução, ações de sua competência, assim como incluímos aqui a ausência da Delegada Regional de Ensino, Zita Ferrando Vargas que também deveria prestar assistência às escolas sobre conservação e melhoria na estrutura. Do outro lado, Justino Quintana também parece não ter agido de forma rápida e precisa para

dar suporte de ordem financeira e promover as devidas ações para manter e melhorar a estrutura dos prédios escolares. Com relação ao Secretario de Educação e Cultura, no final do texto do jornal o escritor ainda faz um deboche:

Há dias alguém telefonou ao Justino indagando se êle não vinha a Bagé dar um jeito em tal situação e, êle, informou que não voltaria à sua cidade natal enquanto não conseguisse recursos, nem mesmo durante a folga da Semana Santa. Pelo visto, enquanto estiver na Secretaria de Educação e Cultura, o homem do charuto não dará com os seus costados por aqui. (Correio do Sul, 17/03/1960, p.03)

Para piorar a situação do Governo Estadual petebista com o leitor bajeense do jornal Correio do Sul um artigo é publicado no dia 04 de maio de 1960, p.03, no qual o título já nos dá uma perspectiva do conteúdo e para quem está sendo endereçado: “*Fracasso previsto*”. Neste texto há nos dois primeiros parágrafos a afirmação por parte do artigo de que, resumidamente, Brizola tinha apoio na Assembleia Legislativa, contudo a aprovação de criação de Secretarias e cargos públicos implicou em aumento enorme da despesa pública. Esta prerrogativa por parte do jornal já não era novidade, contudo, o ápice da análise deste texto está em torno da crítica ao Plano de Obras do governador:

Na mesma ocasião [da aprovação na Assembleia do aumento de Secretarias], foi aprovado o segundo Plano de Obras, verdadeiro sorvedouro de dinheiro do Tesouro estadual. Há também o astronômico gasto com a reforma interna do Palácio Piratini. Despesas enormes são realizadas com viagens semanais ao Rio e algumas ao exterior. Há uma vasta propaganda oficial através dos jornais e das rádios. Sabe-se que o gasto com comissões pagas a funcionários protegidos é grande. (Correio do Sul, 04/05/1960, p.03)

Este Plano de Obras está intimamente ligado à forma com que Brizola pretende instalar suas escolas primárias municipais, pois a SEC solicita segundo ordem técnica as unidades escolares e cabe à Secretaria de Obras Públicas realizar através de todos meios legais (tramitações burocráticas, de empenho, licitação, fiscalização e outros) a execução de fato das unidades. Sem o Plano de Obras cujos recursos iriam parte para a área escolar ficaria complicado executar tão sonhado e ambicioso Plano de Expansão do Ensino Primário.

Os problemas segundo o jornal não estavam somente em Porto Alegre. Em Bagé George Teixeira Giorgis publicou no caderno “*Opinando*” no dia 17 de maio de 1960. P.03, sob o título de “*Coisas & Fatos*”, um texto no qual faz uma reclamação quanto a um problema já resolvido, no papel, por parte do Poder Executivo Municipal:

1- Moradores da Vila Seival têm-nos procurado para nos pôr ao par de uma irregularidade, que vem ocorrendo no Grupo Escolar Estadual dali. Não conhecemos

o problema “in loco”. De sorte que nos limitamos a transcrever e comentar o que ditos senhores nos relataram.

O Grupo Escolar em questão conta com a frequência de 82 alunos. E **para atender esses 82 alunos, nos 5 anos em que se ditribui o currículo primário, há apenas duas professôras!** Ora, essas duas pessoas, por mais que se esforcem (e a população dali lhes é reconhecida) não conseguem dar conta do recado. **Os alunos estão tendo 2 horas somente de aula, por dia.** Na pior das hipóteses, deveriam ter quatro horas. As professôras se desdobram e não sabem como atender a manutenção do Grupo. **Os resultados são os esperados, totalmente desesperançosos.** Consta que **as crianças vem logrando péssimos graus nas sabatinas mensais,** especialmente pela deficiência de horário. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 17/05/1960, p.03)

Com este quadro extremamente preocupante exposto no artigo precedendo de uma reclamação por parte de moradores locais, nos perguntamos se estes mesmos moradores não teriam reclamado às autoridades competentes sobre este degradante fato que afeta 82 jovens estudantes. Giorgis nos relata que:

E as reclamações dos habitantes da zona têm-se acumulado, com mensagens, telegramas, visitas, etc. sem que nada de positivo tenha sido conseguido. Segundo ainda nos narraram tanto a exma. Sra. Delegada Regional de Ensino como o deputado Justino Quintana, Secretário de Educação e Cultura, já foram postos ao par da grave questão. As providências estão sendo aguardadas. Ora, num Govêrno, que diz ser a erradicação do analfabetismo a sua preocupação mais sagrada – e, sejamos francos, não há dúvida que a luta vem sendo encetada -, num Govêrno assim não se compreende que o problema da escola de Seival ainda não tenha sofrido solução de continuidade. Esta coluna, por conseguinte, indo ao encontro dos desejos dos moradores daquela simpática vila, endereça cáldido apêlo à dinâmica Delegada Regional de Ensino, pessoas aliás, de nossa melhor amizade, e a à própria Secretaria de Educação e Cultura, para que as reivindicações justíssimas de Seival, no setor aludido repercutam e tenham guarida na alta compreensão dos que devem atendelas. (Correio do Sul, 17/05/1960, p.03)

Segundo o texto, se há ainda falta de professores em uma escola do interior do Município de Bagé, no Distrito de Seival, isto significa que o acordo firmado por Fico, Quintana e Brizola em Porto Alegre publicada no dia 14 de fevereiro deste ano de 1960, não teve efeito algum na educação bajeense, tendo em vista que mais um problema é apontado e mais uma vez uma das ações a serem postas no plano não foram devidamente cumpridas, isto é o que nos mostra os artigos publicados.

Sobre este acordo e os motivos para que ainda não tivessem sido posto em ação, o próprio Poder Legislativo de Bagé formado por uma comissão vai até autoridades do Governo Estadual para saber o motivo do atraso das medidas anunciadas na educação e em outros setores. “*Comissão Interpartidária da Câmara de Vereadores de Bagé Manteve Contacto com Diversas Autoridades do Govêrno Estadual*”, publicada no dia 29 de maio de 1960, p.05, traz à tona para os leitores do Correio do Sul as explicações começando pelo setor da educação:

[...] Iniciamos nossa primeira visita ao Sr. Secretário da Educação, fazendo um amplo relato das reivindicações deste município no setor educacional, indagando ponto por ponto dos assuntos constantes de quatro itens da agenda com relação aquela Secretaria, sendo prontamente respondido o item abordado pela Comissão a seu titular Deputado Justino Costa Quintana, fornecendo com abundância de detalhe sobre todos os assuntos interrogados.

Quanto ao primeiro item da agenda: Plano de Expansão do Ensino, disse que o município de Bagé seria contemplado nesse plano com sete milhões e duzentos mil cruzeiros, sento que quatro milhões e duzentos e setenta mil cruzeiros, já havia sido liberado pelo Tribunal de Contas do Estado, para ser empregado dentro de poucos dias na construção de escolas. (Correio do Sul, 29/05/1960, p.05)

Neste segundo parágrafo observamos que mesmo com todas as críticas feitas pelo jornal com relação à forma em que eram administrados os cofres públicos do Estado, verba não faltou para ser enviada para a construção das escolas, basta seguir o rastro o ver se elas realmente se efetivaram. Seguindo o texto:

Quanto ao segundo item: Grupo Escolar 15 de Novembro colheu a Comissão a seguinte informação do Sr. Secretário, que o município havia doado sómente o centro da Praça Duque de Caxias, mas que o Estado necessitava da doação de toda a Praça, pois a construção do Grupo Escolar 15 de Novembro abrange toda aquela área com o ajardinamento, recreio livre e coberto, sendo o referido grupo de construção modelar, dentro da técnica para ressalvar a saúde das crianças, inclusive, evitando o percurso de subida de longas escadas. Mostrou o Sr. Secretario a planta do que vae ser o Grupo Escolar 15 de Novembro, entrando em minucias com a Comissão que aplaudiu a iniciativa do Sr. Secretario. (Correio do Sul, 29/05/1960, p.05)

Como já havia sido relatado anteriormente, o caso da construção no novo prédio do Grupo Escolar 15 de Novembro gerou muita discussão dentro da Casa Legislativa e fora, através das páginas do Correio do Sul, inclusive. Fica claro agora que o problema, segundo publicação da fala de Quintana, era que o Estado por ordem técnica necessitava da doação de toda a praça, o que não havia sido realizado pelo Executivo bajeense. O próximo item não deixa de ter ligação com o primeiro, já que a verba disponível era para a construção das 43 escolas:

Quanto ao item terceiro: 43 unidades escolares, disse que duas dessas escolas deveriam ser construídas imediatamente, cada uma com 5 à 6 salas de aulas, seriam os grupos escolares Getúlio Vargas na Vila Ipiranga e Leonel Brizola na Vila São João. Solicitou o sr. Secretario à Comissão para conseguir a doação de um terreno com o sr. Waldemar Mendonça, no aeroporto, para construção de uma escola dentro do mesmo esquema, mas frizou que o terreno deveria ter cinco mil metros quadrados. (Correio do Sul, 29/05/1960, p.05)

A clara solicitação de doação de um terreno para construção da unidade escolar é um ponto de extrema importância neste trecho. Percebe-se que o Secretario inclusive indica a

Comissão a falar com determinada pessoa, alertando quanto ao tamanho do terreno, mesmo sem especificar o tamanho da escola e o número de aulas. Esta solicitação de doação é interessante se traçarmos uma nova relação entre Município e Estado, antes cabia ao primeiro apenas informar a necessidade de escolas e salas para o segundo que forneceria meios técnicos e financeiros, contudo acrescenta-se a este ciclo de ação a necessidade do Executivo Municipal de ter o terreno onde a escola seria construída. Podemos pensar também que os órgãos criados pelo Governo Brizola não poderiam então sozinhos executar o Plano de Expansão do Ensino Primário sem que a população não realizasse a parte mais básica do projeto: doar o terreno que será contemplado com a escola. E se não houvesse doadores de 43 terrenos, teria sido em vão o acordo entre Fico, Quintana e Brizola? Faria a 13ª Delegacia Regional, o CEPE em Bagé, o Poder Executivo ou membros do PTB pedidos ou até mesmo campanha para que fossem doados terrenos?

No próximo trecho encontramos outra ação dentro das diretrizes do projeto político-educacional de Brizola sendo abordado:

Adiantou o Sr. Secretário da Educação que seria construída três peças nos fundos do Colégio Estadual desta cidade, a fim de ampliar aquele educandário que está superlotado. Também comunicou a esta Comissão que já foi aberto o crédito de cinco milhões de cruzeiros para a Escola Agrícola Assis Brasil, neste município. (Correio do Sul, 29/05/1960, p.05)

As ampliações seriam postas em ação e uma solicitação já publicada no Correio do Sul, como vimos anteriormente, iria contemplar a educação agrícola rural com uma Escola Agrícola já batizada, porém não localizada. No último parágrafo em que a educação fora contemplada, esta teve como pauta o quadro de professores:

Quanto ao item quarto, referente ao quadro de professoras no interior do município, informou o Sr. Secretário que esse quadro de professoras seria pago pelo Estado, sob a orientação do Departamento de Ensino Primário, dizendo que já havia ordem de classificação para 42 professoras, - finalmente disse o Sr. Secretário da Educação que ficava a nossa disposição para outra qualquer pergunta, ficando a Comissão satisfeita com as respostas constantes na agenda. (Correio do Sul, 29/05/1960, p.05)

O encerramento não poderia acontecer sem que o problema do quadro de professores fosse abordado. Não se falou como visto no texto, na qualidade destas 42 professoras, nem sua formação, todavia a “ordem de classificação” poderia ser por intermédio de um processo seletivo. As tais professoras seriam subsidiadas pelo Estado, item importante, tendo em vista que estas escolas primárias municipais financiadas pelo Estado deixariam as professoras sob a

responsabilidade do Município que decidiria pelos destinos das professoras nas unidades escolares.

Apesar de pequena e suscita a notícia do dia 10 de junho de 1960, na capa do jornal, mostrou certa eficiência e agilidade no cumprimento da palavra de Quintana: *“Mais dois Grupos Escolares para Bagé”*:

PÔRTO ALEGRE, 9 (CS) – O Secretário de Educação, esteve longo tempo na Comissão de Prédios Escolares, que funciona junto à Secretaria das Obras Públicas, examinando as plantas de vários prédios escolares, inclusive a do **Grupo Escolar 15 de Novembro, de Bagé, estabelecimento a ser construído no centro daquela cidade, com capacidade para 1.000 alunos e dispondo de 17 salas.** Concordou o titular da Educação, na ocasião, também, com **início da construção de mais 2 grupos escolares, para a referida cidade; um de alvenaria, à Vila Ipiranga, com seis salas; e outro, de madeira, à Vila São João, com cinco salas, para mais de 600 alunos. (grifos meus)** (Correio do Sul, 10/06/1960, p.01)

Temos então a informação detalhada da construção de 03 Grupos Escolares de acordo com a publicação da nota no Município de Porto Alegre. Os dados são bem precisos quanto à capacidade e número de salas de aula e estão de acordo com os dados publicados oficialmente no relatório da CEPE em Porto Alegre. Segundo o relatório da *“Comissão Estadual de Prédios Escolares - Adendo nº 1 ao relatório do período de 1959 até 30/11/62”*, no Município de Bagé item *“A- Obras concluídas”* o G.E. Vila Ipiranga aparece como *“Plano A- Alvenaria”* e com 06 salas conforme descrito na notícia do jornal e com a capacidade de *“420 alunos”* enquanto o G. E. Vila São João aparece descrita como *“Plano A- madeira”*, com a divergência de 05 e não 06 salas como mostra a notícia e com capacidade para *“260 alunos”*.

Logo podemos compreender que o plano firmado por Quintana enquanto Secretário de Educação e Cultura com a Secretaria de Obras Públicas do Estado somado ao registro no relatório oficial da CEPE mostra que pelo menos estas duas unidades de fato foram erguidas no Município de Bagé.

Na notícia seguinte publicada na coluna *“FATOS DIVERSOS”* no dia 30 de junho de 1960, p.04, a manchete traz novidades para a educação: *“VERBAS DESTINADAS A EDUCANDÁRIOS DE BAGÉ”*:

O deputado Justino Quintana endereçou ao CORREIO DO SUL, o seguinte fonograma: *“Tenho a satisfação de comunicar que o governador Leonel Brizola, em despacho que tive hoje, assinou decretos abrindo créditos de **6 milhões para a Escola Artesanal e 3 milhões para a Escola Assis Brasil de Bagé, para prosseguimento das obras da Escola Assis Brasil e equipamento da Escola**”*

Artesanal. – Saudações – Deputado Justino Quintana – Secretário de Educação e Cultura”. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 30/06/1960, p.04)

A verba para o prosseguimento da construção da Escola Assis Brasil mostra que Quintana está cumprindo com sua palavra com relação à instalação desta nova unidade escolar já em fase obras pela análise dos textos que tratam sobre esta unidade. Já a verba para a Escola Artesanal mostra o cumprimento de outro dispositivo da CEPE, o aparelhamento das escolas que pela primeira vez se faz presente nas páginas do jornal Correio do Sul.

Na capa da edição do dia 23 de julho de 1960, outra reportagem oriunda do resumo dos debates na Câmara Municipal de Bagé intitulada “*Crítica a Altos Funcionários da Prefeitura*”, encontramos um ofício do Poder Executivo respondendo informações de vereadores daquela tribuna e “*comunicando a abertura de uma escola em Trigolândia foi citada no plano de expansão do ensino*”. Seria contemplado também o 5º Distrito de Hulha Negra com uma brizoleta?

O próximo artigo também é oriundo de uma sessão da Câmara de Vereadores de Bagé publicada dia 30 de julho de 1960, na capa do jornal dando atenção às tão discutidas bolsas de estudo com a manchete: “*Poder Executivo respondeu pedido de informações sobre as Bolsas de Estudos*”. Podemos fazer um recorte deste artigo no que diz respeito somente às bolsas de estudo que trará alguns detalhes:

[...] Respondendo a um pedido de informações solicitado pelo Vereador José Osvaldo Jardim o Poder Executivo comunicou a Câmara que foram concedidas 166 Bolsas de Estudos assim discriminadas; Escola Normal Espírito Santo 30 bolsas; Escola Técnica do Comércio 58 bolsas; Ginásio Profa. Mélanie Granier 77 bolsas e Colégio Nossa Senhora Auxiliadora 1 bolsa. (Correio do Sul, 30/06/1960, p.01)

Além de o jornal agir como fiscalizador das bolsas de estudo, vereadores como Osvaldo Jardim (PL), também fiscalizavam a concessão das bolsas, bem como o número destas e quais educandários agraciados com mais esta diretriz do Governo Brizola. Após as críticas do próprio Correio do Sul feitas anteriormente, observamos que de fato as bolsas de estudo seguiram com vida no Município de Bagé, todavia a fiscalização não foi só da parte do Vereador do PL. Na última coluna da reportagem o Vereador Álvaro Silveira Dias também do PL “[...] *teceu considerações em torno do relatório e relação dos alunos matriculados com Bolsas de Estudos, dizendo que o Prefeito solicitou a suplementação de uma verba de 500 mil cruzeiros e no relatório diz necessitar somente de 300 mil.*”. Tal relatório não foi apresentado na publicação da notícia, mas nos mostra que a fiscalização do jornal Correio do Sul não foi

em vão da mesma forma que não foi uma ação isolada, além do que, tanto o Correio do Sul quanto os Vereadores citados militam no mesmo partido.

Mais uma vez um relatório de sessão da Câmara de Vereadores é publicado na capa do jornal no dia 06 de agosto de 1960, com a chamada alentadora para a educação bajeense: *“Mais dois grupos escolares serão construídos pelo estado”*. Nesta notícia o recorte sobre a educação novamente é feito e diz:

[...] da Secretaria de Obras Públicas, respondendo ao ofício 66/60 que trata sobre a **conservação do prédio onde funciona o Grupo Escolar Silveira Martins, devendo estar concluídos até o dia 15 deste**; [...]

[...] telegramas do Secretário de Educação e Cultura, comunicando que foi **aberta concorrência para a construção de mais dois Grupos Escolares** nesta cidade, além dos Grupos Escolares Julinha Taborda e Sepé Tiaraju; [...] (Correio do Sul, 06/08/1960, p.01)

O primeiro trecho diz respeito a um projeto de conservação estava em andamento, desta vez no Grupo Escolar Silveira Martins onde até o momento não haviam sido encontrados relatos desta ação naquele educandário. Inclusive consta também no relatório da *“Comissão de Prédios Escolares”*, item *“E- Conservação”*, o nome do Grupo Escolar Silveira Martins e a verba a que foi aplicada somava *“1.781.866,50”*. Chamamos atenção para o fato de que este valor consta em um relatório que data de 1959 até 30/11/62, podendo assim, o valor não ter sido aplicado no conserto de uma única vez.

No segundo recorte do texto Quintana anuncia a abertura de concorrência para mais dois Grupos Escolares que segundo relatório da *“Comissão Estadual de Prédios Escolares – Adendo nº1 ao relatório do período de 1959 até 30/11/62”* consta no item *“A- Obras concluídas”* o G. E. Prof. Julinha Taborda com a seguinte descrição: *“Plano F – Alvenaria”*, o número de salas seria de 06 e a capacidade *“420 alunos”*. Mais uma escola então que consta na lista da CEPE e que de fato teve sua obra executada.

Apesar da promessa de novos Grupos Escolares, o Vereador Álvaro Silveira Dias em discurso proferido na Câmara de Vereadores e publicado dia 17 de setembro de 1960, na capa da edição, ainda cobrava medidas para as escolas bajeenses que estavam em funcionamento onde *“referiu-se as escolas municipais, dizendo que se encontram completamente abandonadas”*. Este pequeno trecho sobre a educação em meio aos discursos na Câmara nos fornecem pontos de vistas, pois havia projetos de instalação de novas escolas primárias municipais e Grupos Escolares, mas não era a primeira vez que se falava que as escolas de Bagé estavam *“abandonadas”*.

Por outro lado Bagé chega cada vez mais perto de ter dois Grupos Escolares prometidos por Quintana. No mesmo dia 17 de setembro de 1960, na página 06, uma nota é lançada: “*ESPERADO HOJE EM BAGÉ O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO*”. Na nota fala que:

Está sendo esperado em Bagé, vindo de Pôrto Alegre, o secretário da Educação, deputado Justino Quintana. O objetivo da vinda do titular da pasta da saúde a Bagé, é lançar as pedras fundamentais dos novos edifícios dos grupos escolares, 15 de Novembro e Julinha Taborda, cerimônias que deverão ter lugar hoje. (Correio do Sul, 17/09/1960, p.06)

Apesar do equívoco da notícia em chamar Justino Quintana de titular da “*pasta da saúde*”, a publicação se torna importante pelo fato de parte do acordo firmado entre Fico, Quintana e Brizola estarem sendo paulatinamente cumpridos. Já vimos o tamanho e o a capacidade das novas unidades, assim como o material de que seriam feitas e apesar destas duas grandes obras serem de alvenaria tinha pessoas que combatiam ferozmente a ideia de escolas de madeira.

Herculano Gomes era uma destas pessoas. O jornal já havia publicado em 03 de setembro de 1960, um artigo que deixava claro que era contra as unidades escolares serem construídas de madeira, mas devido à repercussão, outra publicação mais detalhada foi feita com o título “*Esclarecimentos de Herculano Gomes*” no dia 23 de setembro de 1960, p.01:

Tendo sido classificada como “*CRÍTICA INFUNDADA*” o nosso artigo de 3 de Setembro corrente e, para que não parem dúvidas sôbre o conteúdo, resolvemos editá-lo novamente.

Como é fácil de vêr, nada tem de crítica infundada e êle foi escrito com a objetividade e serenidade com que costumamos tratar dos assuntos administrativos, pois não somos filiados a qualquer corrente partidária.

Nas minhas afirmações que destacar:

1º) Construção de escolas roubando as praças do município (a praça Duque de Caxias e êste foi sempre o ponto de vista que defendi em Bagge);

2º) Construção de escolas de madeira – pré-fabricadas – em pleno centro de OLARIAS e de GRANDES PEDRAS – Porque fazem isso? Porque tiram a mão-de-obra ao trabalhador local (o colégio de madeira é na Vila São João – continuação da Avenida Tupy Silveira). O bairro é operário e dos melhores, pois todo êle é constituído de gente do trabalho, em sua grande maioria pedreiros, carpinteiros, mecânicos, pintores, etc. e todos com casa de material feitas com sacrifício, nas horas vagas e nos domingos);

3º) Nomeiam professôras semi-analfabetas (a confirmação encontrará qualquer um nos Anais de nossa Assembléia Legislativa – discurso do Deputado Heitor Galant, um dos grandes valores moral e intelectual da terra gaúcha). O discurso referido foi pronunciado em fins de Agôsto e não faço referência à data, para evitar demora ao buscar a comprovação).

“*LÓGICA DO ABSURDO OU PLANIFICAÇÃO ELEITOREIRA*”

Escreve: HERCULANO GOMES (Correio do Sul, 23/09/1960, p.01)

Antes mesmo da análise das colocações de Herculano Gomes podemos pontuar aqui que há uma espécie de progressão nas críticas e manifestações publicadas pelo jornal e mais ainda, a educação aparece cada vez mais nestas pautas contra as ações do Governo Estadual e Municipal. Chegamos ao momento em que podemos tecer considerações de que se aproximando do final do ano de 1960 as reportagens com relação à educação são em análise quantitativa superiores com relação ao ano de 1959, logo podemos entender que as políticas-educacionais de Brizola fizeram com que fosse aberto um maior espaço para discussão da educação em Bagé.

O primeiro item já não era novidade tendo em vista que, como já foi falado a escolha da localização do novo prédio do 15 de Novembro na Praça Duque de Caxias veio por ordem técnica e como o próprio Quintana mostrou à Comissão Interpartidária que esteve com o Secretario em Porto Alegre, o projeto do novo ambiente da escola seria de uma capacidade de cerca de 1.000 alunos e com 16 salas de aula.

O segundo item em pauta pode ser relacionado com o primeiro se pensarmos no fato de que, se antes o jornal clamava por escolas, hoje ele faz considerações sobre sua localização, antes o jornal debatia a questão financeira de forma que não abordava o setor da educação alegando falta de verbas por parte do Tesouro Estadual, hoje o jornal debate a qualidade da estrutura física das escolas. Podemos considerar este recorte como um avanço no setor educacional provocado pelo rompimento da lógica de ação político-educacional promovida pelo Governo Brizola. Com relação à estrutura ser de madeira ou alvenaria e toda a estrutura em torno das escolinhas de madeira popularmente conhecidas como *brizoletas* ou *escolinhas do Brizola*, esta não será a última vez que este confronto de opiniões se fará presente no jornal.

Há também um breve, mas significativo avanço na questão dos professores, pois de um lado o Estado de fato se mobilizou para tentar resolver a questão da falta de professoras, contudo, de outro lado a qualidade destes contratados é extremamente discutida e, Justino Quintana havia prometido que a qualidade das novas professoras seria elevada e todas portariam diploma, mas esta medida será cumprida com as novas e prometidas 43 escolas primárias municipais.

O próprio Secretario de Educação e Cultura vai até o Legislativo bajeense falar sobre o projeto educacional de Brizola. Publicado na capa do dia 23 de setembro de 1960, a chamada do artigo "*Projeto aumentando vencimentos do funcionalismo municipal*" deixou de lado a

questão da educação abordada por Quintana, mas o recorte feito da fala do Secretário mostra que este deu ênfase ao projeto na sua fala:

[...] A Presidência nomeou os vereadores José Oswaldo Jardim, Wilson Tavares e Jorge Mansur para introduzirem no recinto o deputado Justino Quintana, sendo recepcionado pela numerosa assistência. Homenageado o Secretário de Educação e Cultura falaram os vereadores Wilson Tavares pelo PTB, Jorge Mansur pela bancada do PSD e José Oswaldo Jardim pela representação do PL.

Com a palavra o ilustre visitante **falou sôbre as atividades do govêrno com referência ao plano de desenvolvimento do ensino em nosso Estado**, tecendo considerações com **dados estatísticos sôbre as obras realizadas e as que se encontram em projeto a fim de que o govêrno do Estado**, possa **gradativamente ir aumentando o número de escolas** em todo o território riograndense.

O secretário de Educação e Cultura homenageou na ocasião os professores Waldemar Machado e Frederico Petrucci. Após o Secretário da Educação foi sabatinado pelos vereadores sôbre os problemas de ensino no Estado e no Município. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 23/09/1960, p.01)

Quintana foi pontual ao falar que “gradativamente” estava ampliando o número de escolas em todo Estado, e Bagé já estava sendo agraciada com algumas obras que “gradativamente” estavam saindo do papel. Por esta fala de Quintana reproduzida pelo jornal percebe-se que há de fato total alinhamento das medidas educacionais adotadas pelo Governo Estadual e o Secretário de Educação que começa sua palestra apresentando os dados do Plano de Expansão do Ensino Primário, retratado na reportagem como “plano de desenvolvimento do ensino”.

A “sabatina” não poderia deixar de acontecer tendo em vista as inúmeras e já analisadas reportagens sobre a educação bajeense onde dúvidas eram expostas, medidas e ações eram fiscalizadas e atitudes eram cobradas em todas as medidas em torno da pauta da educação.

O Secretário de Educação e Cultura dias depois enviou um telegrama ao próprio Correio do Sul aonde este veio a ser publicado dia 30 de setembro de 1960, p.04, nos “*FATOS DIVERSOS*” com o título em letras garrafais: “*DIVERSOS ACÔRDOS FIRMADOS PELO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO*”:

O deputado Justino Quintana, Secretário de Educação e Cultura, transmitiu ao CORREIO DO SUL o seguinte telegrama: “Tenho a satisfação de comunicar que assinei um convênio cm o Ginásio Perseverança, desta cidade, **concedendo auxílio de trezentos mil cruzeiros anuais, durante quatro anos, mediante a concessão de bolsas de estudo para estudantes pobres**. Comunico ainda que **assinei um acôrdo com o Padre Muraro do Instituto São Pedro de Educação e Assistência no valor de um milhão e meio de cruzeiros para conclusão das obras do prédio daquela entidade** localizada no Bairro Getúlio Vargas, dessa cidade. Informe também que **encontra-se à disposição da Comissão Estadual de Prédios Escolares quatrocentos mil cruzeiros destinados ao imediato início das obras do**

Grupo Escolar São Pedro. Cordiais Saudações.” (Correio do Sul, 30/09/1960, p.04)

Este importante telegrama de Justino Quintana mostra a ampliação do programa de concessão de bolsas de estudo em Bagé, sendo concedida a outra escola particular que passa a contar com uma verba do Estado na medida em que forem matriculando alunos declaradamente pobres.

A segunda parte do telegrama é que traz uma novidade a este trabalho, a ajuda que Quintana disponibiliza ao chamado ISPEA – Instituto São Pedro de Educação e Assistência, idealizado e efetuado pelo Padre Honório Muraro com a ajuda da população bajeense. Esta escola se localiza no antigo Povo Novo, bairro de extrema miséria e precariedade no que diz respeito à educação. Em outra reportagem publicada no jornal no dia 14 de agosto de 1960, p.08, havia uma indicação de que tal instituição contaria com uma ajuda do Governo Estadual, notícia que agora é confirmada pelo telegrama do próprio detentor da pasta da Educação.

Há também o importante fato de pela primeira vez aparecer o nome da CEPE – Comissão Estadual de Prédios Escolares no jornal. Vimos que Quintana deixa claro que há uma verba na CEPE em Bagé destinada ao início imediato das obras no ISPEA. Esta ajuda na conclusão das obras da instituição e a disponibilidade da verba na CEPE traz a ajuda do Governo Brizola também há instituições ligadas a ordens eclesiásticas como era o Instituto São Pedro dos padres devotos de Dom Bosco.

Como se fosse uma última tentativa de evitar o início das obras de construção do Colégio 15 de Novembro no local onde se localiza a Praça Duque de Caxias, o jornal publica um artigo chamado “*Sobre a Integridade das Praças*”, do dia 14 de outubro de 1960, na capa do jornal o qual se mostra determinantemente contra a doação daquele local público para a construção do novo educandário. No recorte do texto que usa como exemplo a doação de parte da Praça Carlos Gomes para a construção do Grupo Escolar Silveira Martins, destacamos o trecho que versa assim:

[...] O mesmo problema se levanta agora com relação à Praça Duque de Caxias, que a Prefeitura cogita ceder, boa parte, para o levantamento do Grupo Escolar 15 de Novembro, local aliás, onde já existe um prédio do Almoxarifado que, sem tem de sair dali, saia para não dar lugar a nenhuma construção, deixando a área da praça livre para que a cidade, que começa a atravancar-se de edifícios de 10 e mais andares não perca seus respiradouros. A política de sacrificar praças e logradouros públicos, sabe-se, é condenável, porque está fazendo desaparecer espaços livres citadinos que o futuro virá reclamar. (Correio do Sul, 14/10/1960, p.01)

Apesar da última queixa com relação a esta ideia de não doar parte ou toda a Praça Duque de Caxias, foi publicado dias depois pelo jornal uma nota no dia 30 de outubro de 1960, p.04, coluna dos *“FATOS DIVERSOS”*, cujo título por si só já adiantava a informação: *“LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO GRUPO ESCOLAR 15 DE NOVEMBRO”* que tinha como conteúdo a notícia seguinte:

Com a presença do deputado Justino Quintana, secretário de Educação e Cultura, teve lugar, ontem à tarde, na Praça Duque de Caxias, o lançamento da pedra fundamental do futuro prédio do Grupo Escolar 15 de Novembro.

Ao ato, que contou também com número de pessoas presentes, compareceram, além de outras pessoas gradadas, o dr. João Batista Fico, prefeito municipal, professora Zita Ferrando Vargas, delegada da 13ª Região de Ensino, autoridades da Secretaria de Educação, e o corpo docente do Grupo Escolar 15 de Novembro. (Correio do Sul, 30/10/1960, p.04)

Tendo sido lançada oficialmente a pedra fundamental do Colégio 15 de Novembro, podemos compreender que automaticamente estava oficialmente doada para o Estado a Praça Duque de Caxias. Esta situação também é nova no Município de Bagé, pois havíamos visto relatos através do jornal da doação e pedido de doação de terreno à particulares, agora outra modalidade estava sendo usada, a doação de local público para construção de um Grupo Escolar.

Aproveitando a vinda à Bagé, Quintana também inaugura outra unidade escolar, segundo a publicação *“INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DA VILA SÃO JOÃO”*, na coluna *“FATOS DIVERSOS”* do dia 01 de novembro de 1960, p.04 que nos traz a notícia de que:

Teve lugar, domingo pela manhã, na Vila São João, a inauguração do Grupo Escolar da Vila São João, ato que contou com a presença do deputado Justino Quintana, secretário de Educação e Cultura e o do dr. João Batista Fico, prefeito municipal, além de outras autoridades pessoas gradadas e magistério.

Na ocasião, vários oradores usaram da palavra destacando a importância da instalação de uma unidade escolar estadual no populoso bairro da Vila São João. (Correio do Sul, 01/11/1960, p.04)

Outro importante marco é estabelecido neste momento: a primeira unidade escolar devidamente instalada em Bagé pelo Governo Estadual. Esta unidade contou em sua origem com o projeto de Fico, Quintana e Brizola, onde alinhados politicamente e ideologicamente tornaram no penúltimo mês do ano de 1960, realidade para Bagé a efetivação da ideia de *“Expandir Descentralizando”* que Brizola tanto desejava. Todavia, ainda falta realizar a busca

pela efetivação da instalação das escolas primárias que até o momento ainda está restrita ao papel.

Talvez diante da “derrota” daqueles opositores à ideia de doação de locais públicos para construção de escolas foi publicado pela figura do Ramalho das Ortigas, na coluna “*FARPAS*” do dia 06 de novembro de 1960, p.03, um pequeno texto que traz uma crítica bem dura com relação à doação, na forma de deboche por parte do escritor:

Além da construção do referido grupo na Praça Duque de Caxias, fiquei sabendo que estão sendo construídos outros grupos nas vilas da periferia da cidade. Não sei se o secretário-deputado já pensou nos prejuízos futuros que irá causar ao seu partido. **Alfabetizados e instruídos os habitantes de nossas vilas, as possibilidades eleitorais do PTB diminuirão de muito.** E seus líderes têm certeza de tal possibilidade porque, de certa feita, um deles se negou a contribuir para os cofres do Pe. Muraro, quando estava iniciando a construção do Instituto São Pedro, sob o fundamento de que não iria contribuir para que fosse desfalcado seu reduto eleitoral. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 06/11/1960, p.03)

Afora o deboche com que foi retratada a construção do novo prédio do Colégio 15 de Novembro, é interessante quando o escritor fala que “fiquei sabendo que estão sendo construídos outros grupos nas vilas da periferia”, isto mostra de maneira clara que o Governo Estadual estava agindo em favor do crescimento quantitativo de unidades escolares em Bagé. Da mesma forma é perceptível que o ingresso de Justino Quintana na Secretaria de Educação e Cultura fez diferença nas ações e iniciativas de instalação de unidades escolares reveladas pela publicação do jornal através de um árduo crítico das ações e medidas do governo petebista tanto em âmbito Estadual como Municipal.

As ajudas fornecidas ao ISPEA retornam a acontecer, desta vez não apenas só no que diz respeito a envio de verbas. Publicado no Correio do Sul dia 15 de novembro de 1960, p.04 na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, com o nome de “*AUXÍLIO A VÁRIAS ENTIDADES DE BAGÉ*”, Justino Quintana envia mais recursos para esta entidade de educação e assistência, com uma novidade:

Comunica-nos o Secretário de Educação e Cultura, deputado Justino Quintana, que a Assembléia Legislativa autorizou a abertura de crédito à SEC no montante de 25 milhões de cruzeiros para auxílio a várias casas educacionais. Entre as contempladas encontram-se três entidades de Bagé: Faculdade de Ciências Econômicas, 500 mil cruzeiros, Faculdade de Filosofia, 1 milhão de cruzeiros e o **Instituto São Pedro de Educação e Assistência, 865 mil cruzeiros.** Também foi aprovado um convênio entre o Estado e o Instituto de Menores, desta cidade, no valor de 300 mil cruzeiros para auxiliar a referida obra social. **Estudos estão sendo realizados para o funcionamento duma Escola Normal Oficial,** em 1961, tendo em vista os diversos pedidos das autoridades, acrescenta a comunicação. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 15/11/1960, p.04)

O ISPEA é novamente ajudado com verbas para serem aplicadas no projeto de conclusão das obras da instituição. Mais tarde por intermédio do Ministério da Educação, o ISPEA conseguirá aprovação para a realização dos exames de admissão ao se tornar Ginásio São Pedro¹⁸.

Interessante notarmos na notícia acima que é a primeira vez que as Faculdades de Bagé também recebem verbas do Governo, e, para esta pesquisa, é mais importante à intenção manifesta na notícia da criação da Escola Normal Oficial em Bagé, seria esta em um novo prédio ou anexa a um já existente? A SEC trabalhava ativamente para expandir o sistema educacional de Bagé.

Mais verbas chegam à Bagé por intermédio de Justino Quintana, segundo a publicação do dia 29 de novembro de 1960, p.03, na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, com o título de “*VERBAS PARA BAGÉ*”:

Do deputado Justino Quintana, Secretário de Educação e Cultura, recebemos o seguinte telegrama: “Tenho a satisfação de comunicar-lhes que o Governador do Estado abriu crédito de 4 milhões e meio destinados à Escola Artesanal, bem como de 600 mil cruzeiros para a Escola Agrícola Assis Brasil, neste município.” (Correio do Sul, 29/11/1960, p.03)

Ambas as escolas citadas já haviam recebido auxílios anteriormente, a Escola Artesanal Salzanho Vieira da Cunha, mais tarde virá a sofrer ligeiras modificações segundo diretrizes do Governo do Estado e a Escola Agrícola Assis Brasil já havia recebido um grande repasse de 05 milhões de cruzeiros, onde não foi especificado como seria usada esta verba, agora novamente contava com a ajuda da SEC.

Definitivamente o contato entre Fico–Quintana–Brizola, permitiu que portas se abrissem para que verbas fossem destinadas ao Município, fato que não se via nos anos de 1959, quando Mariano de Freitas Beck estava à frente da SEC. Além do que, as poucas verbas destinadas à Bagé, vinha pelo próprio Deputado Justino Quintana.

Em meio a esta euforia provocada por Quintana e seus repasses para instituições educacionais de Bagé, o jornal publica outro boletim da Câmara de Vereadores no dia 30 de novembro de 1960, na capa do jornal que traz na chamada do artigo a polêmica: “*Não foram iniciadas as construções dos Grupos Escolares*”. A reportagem revela que “[...] O líder da bancada do P.L. solicitou informações ao Poder Executivo com referência a não construção

¹⁸ Conforme notícia publicada no Correio do Sul dia 22 de novembro de 1960, p.03, sob o título de “*Mais uma conquista*”.

dos Grupos Escolares conforme convênio firmado entre a Prefeitura e o Govêrno do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura”.

Este pedido de informação procede tendo em vista que não foi encontrado nenhuma publicação com relação ao Grupo Escolar na Vila Ipiranga, nem lançamento de pedra fundamental ou quaisquer outros repasses de verbas para continuar sua construção.

Quintana não fornece estes dados, mas envia outro telegrama que é publicado na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, no dia 04 de dezembro de 1960, p.04, com o vibrante título de “*GRUPO ESCOLAR EM CANDIOTA PARA 400 ALUNOS*”, onde diz:

Recebemos do deputado Justino Quintana, atualmente exercendo o cargo de Secretario de Educação e Cultura, o seguinte telegrama: “Tenho a satisfação de comunicar que autorizei ao engenheiro-residente da CEPE, dr. Jorge Abraão, bem como a professora Zita Vargas, delegada do Ensino Regional, autorizar o terreno para a construção dum grupo escolar, para 400 alunos na Usina de Candiota, a-fim-de atender a população e aos filhos dos trabalhadores da referida usina, partir de março próximo.” (Correio do Sul, 04/12/1960, p.04)

Notamos que há uma ligação entre Quintana e CEPE, retratada no jornal apenas de “cima para baixo”, ou seja, todas as notícias que ligam àquele órgão partem de Quintana liberando verbas ou autorizando construções, mas não há nenhuma notícia coletada que fale de algum auxílio solicitado pela CEPE ou pela Delegada Regional.

De certa forma o fato de Quintana ser natural de Bagé e possuir aqui alinhamento político e ideológico com o prefeito Municipal também petebista, pode fazer com que a CEPE não necessite trabalhar levando ao conhecimento do Secretário a situação educacional, já que este, em tese, conhece a realidade educacional do Município e suas necessidades. Findo o ano de 1960, com um balanço favorável entre ações e medidas tomadas pelo Governo Estadual em favor da educação bajeense representado pela figura do Secretário de Educação e Cultura.

3.3. Bagé comemoraria o “Ano da Escolarização”?

A análise do ano de 1961 começa com mais uma publicação de uma comunicação de Quintana publicada dia 17 de janeiro de 1961, p.04, na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, intitulada “*DIVERSOS AUXÍLIOS PARA ENTIDADES DE BAGÉ*”, onde listam diversas entidades assistidas pelo Governo do Estado. Segundo o que foi coletado no recorte da mensagem:

Recebemos do deputado Justino Quintana, Secretário de Educação e Cultura, comunicação de que o Governador do Estado atendendo solicitação sua, decretou os seguintes auxílios, para as entidades a seguir discriminadas: [...] Ginásio São Pedro, Cr\$ 100.000,00; Escola São Judas Tadeu, Cr\$ 100.000,00; Ginásio Mélanie Granier, Cr\$ 100.000,00; [...] Escola Técnica de Comércio “Dr. Antenor Gonçalves Pereira”, Cr\$ 25.000,00; Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé, Cr\$ 25.000,00; [...] Escola Santo Antônio de Bagé, Cr\$ 100.000,00; Instituto São Pedro de Bagé, Cr\$ 100.000,00; Cidade dos Meninos, Cr\$ 50.000,00. (Correio do Sul, 17/01/1961, p.04)

Não há discriminação de como se deve aplicar a verba liberada de Quintana através do Governador Leonel Brizola, mas percebemos que há colégios públicos e particulares, escola técnica e a faculdade de Bagé, ou seja, o trabalho realizado por Justino publicado nesta notícia nos mostra que o Secretário atuava para todas as instituições de Bagé sendo elas pertencentes ou não ao Estado e criadas ou não pelo PTB.

Novamente com muita atenção o Vereador Álvaro Silveira Dias volta a questionar a demora na construção de algumas escolas na Câmara Municipal de Bagé, que tem sua pauta resumidamente publicada no dia 28 de janeiro de 1961, p.01, sob o título de “*Vereador pede: Construção das escolas e limpeza nas ruas*”. O título coloca a pauta da educação como de maior importância tornando-se a manchete, mas dentro do texto apenas algumas palavras são escritas:

Na ordem do dia foram aprovados dois requerimentos do vereador Álvaro Silveira Dias, solicitando ao PE providências para a limpeza das ruas da cidade que se encontram abandonadas e **porque ainda não foram iniciadas as construções da escola, de acordo com o convênio da Secretaria de Educação.** (grifos meus) (Correio do Sul, 28/01/1961, p.01)

De fato, o plano das prometidas 43 escolas completam em janeiro de 1961, onze meses desde a publicação da entrevista do retorno de Porto Alegre por parte do Prefeito Municipal Dr. João Batista Fico. Neste período inteiro Justino Quintana atuou sem interrupções como Secretário de Educação e Cultura, mas de fato nada fez para que as 43 escolas primárias municipais fossem erguidas. Seriam problemas técnicos? Seria falta de terrenos? Ou o Estado não tinha recursos para efetuar tão grande empreendimento? Talvez, simplesmente as obras estariam atrasadas ou nem teria começado?

Segundo a declaração do Vereador José Oswaldo Jardim, líder do PL na Câmara de Vereadores o problema não era Quintana. A publicação de sua explicação pessoal na capa do Correio do Sul no dia 04 de fevereiro de 1961, defendeu Quintana, mas não poupou críticas ao Prefeito Municipal no artigo “*Líder do PL declarou: Govêrno do Município Está inativo*”:

A hora disponível para explicação pessoal, da sessão da Comissão Representativa, foi ocupada pelo líder do Partido Libertador, vereador José Oswaldo Jardim, analisando a atuação do governo municipal com relação às construções de novas escolas em nosso município. Declarou aquele vereador que era lamentável que o Prefeito não tomasse providências para o início dessas construções, de acordo com o convênio da Prefeitura com a Secretaria de Educação e Cultura, dizendo “Faço justiça ao Deputado Justino Quintana, que tudo tem feito para que sejam iniciadas essas construções o mais breve possível e em boa hora, aquele Secretário de Estado, mandou fazer um convênio que não permite a retirada de escolas municipais, onde está planejado para as construções de escolas pelo Governo do Estado”, acrescentando “As lutas se travam dentro dos próprios partidos”. Após fazer as mais diversas considerações em torno do caso, finalizou dizendo “Tudo tem feito o Secretário da Educação para a alfabetização de nosso povo, porém o governo do município está estático”. (Correio do Sul, 04/02/1961, p.01)

Através da publicação do discurso do líder do PL temos a perspectiva de um vereador da oposição ao PTB que com muita clareza e convicção elogia os esforços do Secretário de Educação e Cultura, Justino Quintana e cobra com severidade medidas para o início da construção das escolas.

É interessante observar que nada se fala com relação à CEPE, sendo que seria este órgão o responsável pela construção das escolas segundo as diretrizes do Governador do Estado, entretanto já vimos que em diversas situações este órgão não foi cobrado, fiscalizado e nem teve suas ações (ou a falta delas) cobradas por parte nem do Correio do Sul e nem de nenhuma outra autoridade.

A partir da próxima publicação analisada se verá uma série de reportagens com os vereadores de Bagé publicadas na capa do jornal Correio do Sul para saber destes os problemas e soluções de ações e medidas tomadas pelo Governo Executivo e Legislativo com relação a problemas diversos do município. Constatamos que diante do crescimento do espaço de discussão sobre a educação em Bagé no jornal Correio do Sul, diante da preocupação e cobrança quanto os serviços e obras realizados ou ainda por serem futuramente executadas pelo Município de Bagé, a série de reportagens teve em seus temas principais abordados pelos vereadores a situação da educação bajeense.

Começamos com o Líder do PL, Álvaro Silveira Dias no dia 08 de fevereiro de 1961, onde Dias falou o seguinte sobre a educação:

DAS ESCOLAS RURAIS

Outro assunto da administração pública que temos vezes chamado a atenção do poder municipal, é a situação das escolas da Prefeitura.

Os colégios na campanha estão praticamente fechados e o município vem de fazer convênio com o Estado para construção de 43 escolas em nosso município, que seriam para os distritos rurais, encontrando-se a importância destinada pelo Estado depositada numa casa bancária local.

Recebemos um dramático apelo do sr. Prefeito Municipal, pedindo que o ajudasse na construção das escolas, conseguindo terreno para as mesmas e, nós, os vereadores, tomamos o compromisso de auxiliá-lo obtendo em poucos dias, inúmeros locais, e o estranhável é que encontrando-se o dr. Fico com a importância, há meses, no banco, e tendo já obtido tantos terrenos para as referidas escolas, não tenha até hoje começado sequer uma nos distritos rurais. Ainda agora, através da Câmara, há uns 15 dias, pedimos informações à sua Excelência, das razões pela quais não tinha iniciado as escolas. O prefeito emudeceu, nada respondendo. É necessário que o povo saiba que **S. Excia. dizia que, em março, na abertura do ano letivo, as escolas estariam prontas para funcionamento.** Ainda há 5 dias passados um proprietário rural ofereceu um hectare de terra para os colégio, o que demonstra a disposição para auxiliar tão característica do povo bagêense. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 08/02/1961, p.01)

Esta primeira reportagem nos tira muitas dúvidas com relação ao plano afirmado no ano anterior entre Fico, Quintana e Brizola e, ainda não executado. As escolas então seriam construídas em distritos rurais, sendo então escolas primárias municipais rurais. O Prefeito Municipal tendo que fornecer ao Estado os terrenos para a construção das escolas solicitou ao Poder Legislativo, onde cada vereador, segundo a entrevista, tomou responsabilidades, e de fato vieram a conseguir terrenos, apenas não é mencionado se todos foram conseguidos. O povo de Bagé atuou como incentivador do projeto colaborando na doação dos terrenos, mas o Prefeito Municipal, com verba disponível em um banco da cidade não deu começo às obras. Novamente não temos nenhuma intervenção ou solicitação para que a CEPE ou a Delegada Regional entrem em ação ou tomem alguma medida, como que anulando estes dois órgãos que tem funções distintas, mas devem trabalhar juntos com o Município e a SEC de acordo com as diretrizes de Brizola.

Ainda há detalhes não revelados neste plano de instalação de escolas primárias municipais rurais em Bagé, como de que material seriam feitas, qual seu valor, tamanho, capacidade e localizações exatas.

Na reportagem seguinte publicada no dia 09 de fevereiro de 1961, Waldemar Machado do PSD também comentou, ainda que brevemente sobre a educação em Bagé no recorte exibido abaixo:

“SATURAR TODOS OS DISTRITOS DE ESCOLAS RURAIS”

Quanto às escolas, **o município não deve perder o momento para saturar todos os distritos de escolas rurais, aproveitando a boa vontade que se observa, nesse sentido, do secretário de Educação, que tudo está fazendo para atender as necessidades do ensino em Bagé.**

O problema das escolas preocupa bastante o prefeito municipal, o qual, estamos certos, tudo fará para resolvê-los. (Correio do Sul, 09/02/1961, p.01)

Sendo mais otimista, Machado da mesma forma pontua que Quintana tem “*boa vontade*” para trabalhar para a educação de Bagé e sinaliza que está de acordo com a expansão descentralizada das escolas municipais quando fala em “*saturara todos os distritos de escolas rurais*”.

João Torressassana do PL teve sua reportagem publicada no dia 10 de fevereiro de 1961, onde tomou uma pequena nota sobre a educação:

ESCOLAS

Nêsse setor parece que Bagé vai ser atendido. Como a edificação do Grupo Escolar 15 de Novembro, que tanta celeuma causou, Bagé vai ser dotado de um edifício que irá, sem dúvida, nos orgulhar. E aquê local, que jamais foi praça com edificação do referido educandário, vai ter uma praça ajardinada e iluminada e que irá embelezar o patrimônio de Bagé. (Correio do Sul, 10/02/1961, p.01)

Agindo também com bastante otimismo, o vereador da oposição à situação mostra que está satisfeito com o desfecho da “*novela*” do local que será erguido o Colégio 15 de Novembro que pela extensão da extinta Praça Duque de Caxias seria realmente imponente a edificação do novo prédio do Colégio e viria a dar “*orgulho*” ao povo de Bagé.

No dia seguinte, 11 de fevereiro de 1961, foi a vez de publicar a entrevista do Vereador Iolando Machado do PTB. O mais antigo Vereador da tribuna local também abordou o tema da educação:

ENSINO

Quanto ao ensino temos a dizer que **a Secretaria da Educação autorizou, por convênio, a construção de 42 escolas distribuídas pelo município. Tais escolas vão ser erguidas tôdas de uma só vez por uma construtora de Pôrto Alegre. Com isto o município economizará mais ou menos 4 milhões de cruzeiros, dado o caráter simultâneo da obras.** Já estão prontos os Grupos Escolares Getúlio Vargas, na Vila Ipiranga e Leonel Brizola, na Vila São João, sendo que deverá funcionar ainda êste ano, a Escola Normal do segundo ciclo no prédio do Grupo Silveira Martins. Já se acha iniciada, como todos sabem, a obra do Grupo Escolar 15 de Novembro na Praça de Caxias. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 11/02/1961, p.01)

O primeiro tópico que nos chama atenção é a divergência quanto o número de escolas que constavam no plano assinado, seriam 42 ou 43? A pergunta irá persistir tendo em vista que o número também irá variar algumas vezes dependendo de quem está falando sobre o plano, mas o que temos de ter em mente era que o plano existia e eram “*cerca de*” 43 unidades, o que já vimos anteriormente é um número bastante elevado no Município.

O ponto alto da entrevista do Vereador é quando ele justifica a demora no começa das obras das escolas. A justificativa de erguer todas de uma vez pela mesma construtora vinda da capital para se economizar dinheiro é válida, segundo QUADROS (2003, p.58) os prédios

construídos “*No caso dos convênios entre o Estado e os municípios, cabia às prefeituras escolher as empresas construtoras mediante licitação [...]*”, logo se a empresa viria de fora, teria de ter todos os terrenos disponíveis para a execução das obras.

A entrevista também nos mostra que mais um Grupo Escolar já havia sido construído, desta vez a Vila Ipiranga já podia contar com o Grupo Escolar Getúlio Vargas, assim como a sociedade bajeense já podia acompanhar as obras do novo prédio do Colégio 15 de Novembro.

Em meio às perguntas e justificativas do motivo que ainda não começou a obra das 43 escolas no Município de Bagé, o jornal Correio do Sul publicou no dia 11 de fevereiro de 1961, p.06, o resumo das pautas abordadas na Câmara de Vereadores de Bagé. Segundo ofício expedido pelo Executivo Municipal a reportagem “*Críticas ao Prefeito sobre pedidos de informações*”, teve como conteúdo:

[...] O Poder Executivo respondeu aos seguintes pedidos de informações todos de autoria do vereador Álvaro Silveira Dias: 1º - comunicando que o serviço para a construção de escolas foram iniciados no mês de dezembro; (Correio do Sul, 11/02/1961, p.06)

Se analisarmos pela visão de que os serviços de construção iniciados são os das 43 escolas municipais, há um grande equívoco acontecendo ou por parte do Executivo Municipal ou por parte daqueles vereadores que alegaram como justificativa para a demora no começo das obras ser a falta de terrenos e/ou que alegaram que as escolas seriam erguidas de uma vez só. Neste momento há um impasse que gira em torno de informações que não se encaixam, sobretudo oriundas do Executivo.

Retornando a série de reportagens oferecidas pelo Correio do Sul, temos a fala do Vereador Jorge Mansur do PSD, publicada dia 12 de fevereiro de 1961, e que disponibilizou ricos detalhes sobre o plano de Fico – Quintana – Brizola que tem gerado tantas polêmicas:

ENSINO MUNICIPAL

O secretário de Educação, deputado Justino Quintana, prometeu a construção de 43 escolas, parte comportando 35 alunos e parte comportando 70, a serem entregues no próximo mês, para funcionamento no ano letivo de 1961. Soube, de fonte segura, que o prefeito dispõe de 4 milhões e 650 mil cruzeiros para o início dessas obras. Informou-nos, no entanto, o dr. João Fico, que realizou tomada de preços para as construções há tempos. Domingo último o prefeito assegurou que já começara 20 escolas rurais, as quais devem estar prontas dentro de uns 40 dias. Creio que, se se concretizar o que nos adiantou o prefeito, o assunto deverá estar sanado dentro em breve. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 12/02/1961, p.01)

O Vereador Mansur traz então detalhes com relação à capacidade das escolas, mesmo sem descrever sua localização e o número discriminado das que teriam 35 e das que teriam 70 alunos. A verba como já havia sido comentada em outra entrevista, já estaria em Bagé, informação confirmada por Mansur. É importante que se avalie que Mansur alegando que das 43, 20 escolas ficarão prontas em torno de 40 dias, isto nos leva a crer que todas as unidades citadas seriam de madeira, calculando o tempo de construção. Estas unidades como é descrito na reportagem, mostram bem o símbolo das escolinhas do Leonel Brizola, escolinhas pequenas, rurais e de madeira.

A reportagem de Wilson Tavares do PTB publicada dia 14 de fevereiro de 1961, apenas reforça a de Mansur, ambas contém praticamente o mesmo conteúdo, sendo a de Mansur ainda mais rica em detalhes. Tavares também confirma o número de 43 escolas assim como confirma que a verba de 04 milhões e 20 mil cruzeiros fornecida por Quintana já está de posse do Prefeito Municipal confirmando também que a empresa empreiteira é oriunda de Porto Alegre.

Se Wilson Tavares não forneceu novidades, estas ficaram para o líder do PL, José Oswaldo Jardim, que na publicação do dia 17 de fevereiro de 1961, nos forneceu detalhes impressionantes sobre a situação da instalação destas 43 unidades em Bagé:

ESCOLAS RURAIS

O meu sub-líder, vereador Álvaro Silveira Dias, afirmou que não haviam sido tomadas providências algumas, até há pouco, sobre a construção das 43 escolas, que ficam localizadas, conforme informou o secretário de Educação, deputado Justino Quintana, em ofício à Câmara de Vereadores, sob o número 282/60, de 30 de maio do ano passado, nas Vilas Florença, Dois Irmãos, Santa Tecla, Forjaz, Brasil, Coll Leite, Passo das Tropas, Passo do Jordão, Vila Hípica, Vila Vicentina, Vila Operária, Banhado dos Carneiros, Estrada do Batalha, Estância do Feitosa, Pirai, Costa do Rio Negro, Coxilha do Haedo, Cerro das Caveiras, Piraizinho, mais uma no Haedo, Rodeio Colorado, Costa do Velhaco, Coxilha das Flores, Rincão do Inferno, Rincão da Catarina, Passo do Barracão, Passo do Cassão, Rincão das Traíras, Rincão do Alto Bonito, Passo da Alexandrina, Coxilha do Jaguarão, Passo do Marmeleiro, Banhado Grande, Planalto do Adail, Rincão dos Cravos, Zona da Lata, Zona da Chirca, Zona do Minuano, Sanga dos Vimes, Zona dos Barres, Serra da Hulha Negra, Estação do Quebracho, Estrada do Quebracho e Zona do Mileka. (Correio do Sul, 17/02/1961, p.01)

Pela primeira vez é descrito as localizações onde estas escolas primárias municipais rurais vão ser instaladas. Já estava na hora de ser publicada tal informação levando em conta que é do interesse de toda sociedade bajeense saber se seu distrito será contemplado e fiscalizar se a instalação destas projetadas escolas se daria de forma descentralizada.

No detalhe podemos contar 44 escolas em 43 localidades o que traz de volta a dúvida de quantas unidades seriam exatamente instaladas em Bagé. A dúvida entre o número de

escolas pode parecer ínfimo, mas não é se levarmos em conta o preço de cada uma que ainda não foi discriminado e o cálculo geral da verba oferecida para a execução do plano. Sobre esta verba, Jardim contou que:

O crédito destinado à Prefeitura foi registrado no Tribunal de Contas no mês de maio de 1960. Os recursos montam a 7 milhões e 100 mil cruzeiros para as obras, sendo pagos, de início e imediatamente 60 por cento e o restante, 40 por cento, deverá ser integralizado quando estiverem prontas as escolas. As professoras seriam pagas, para lecionar nas escolas mencionadas, pelo Estado. (Correio do Sul, 17/02/1961, p.01)

A cifra de 07 milhões e 100 mil cruzeiros é um montante considerável para se aplicado na instalação de escolas em um só Município, mesmo Bagé, na época contando com Candiota, Hulha Negra e Aceguá e seus Distritos, naquela ocasião, Sub-Distritos de Bagé que hoje já não pertencem mais à este Município em vista da emancipação destas localidades.

Com relação à dúvida de que o Executivo estava passando informações do começo das obras que não estavam de acordo com informações dos próprios vereadores da situação, o líder do PL também comentou e esclareceu as dúvidas em torno deste fato:

Por incrível que pareça esses colégios, até há poucos dias, não tinham sido iniciados, apesar de já ter o município recebido 4 milhões e uns quebrados há mais de 5 meses. Por tal motivo a bancada do Partido Libertador encaminhou um requerimento, por intermédio da Câmara, ao sr. Prefeito, solicitando informações dos motivos pelos quais vem sendo retardadas as construções das escolas. É bem verdade que não foram dados ainda os 43 terrenos. No entanto os vereadores de todos os partidos que integram a Câmara já obtiveram mais ou menos 20 terrenos, sendo que alguns há vários meses, ficando assim bem claro e de forma insofismável que já tais obras deveriam ter sido atacadas há muito tempo. (grifos meus) (Correio do Sul, 17/02/1961, p.01)

A segunda parte da entrevista mostra que a verba já havia a muito sido liberada, como sabemos, através do Secretário de Educação e Cultura, mas nos questionamos por que as obras não teriam ainda começado. Jardim então nos relata com detalhes que cerca de 20 terrenos já estariam de posse da Prefeitura de Bagé e declara que as obras já deveriam ter começado.

Então o Executivo tinha a verba e parte dos terrenos, mas não iniciara as obras até “poucos dias” como relatou o vereador. Contudo, a informação de Jardim desmente o ofício do Executivo quando respondeu o pedido de informações de Álvaro Dias alegando que as obras haviam começado em dezembro. Por outro lado, há a informação de que estaria o Prefeito Fico esperando obter todos terrenos para construir de uma vez só as escolas, como vimos anteriormente, a notícia fecha se levarmos em conta que Jardim disse que a Prefeitura

não tinha todos os terrenos, todavia, não bate com a informação da própria Prefeitura que disse já ter iniciado as obras em dezembro.

Dentro deste emaranhado de notícias muitas vezes imprecisas e outras detalhadas a ponto de provocarem novas dúvidas e questionamentos, a série de reportagens prossegue no dia 19 de fevereiro de 1961 com o Vereador Abib Ieffet do PTB. Ieffet não traçou muitas considerações sobre a educação, apenas reconheceu o trabalho de Quintana dentro do seu setor e se mostrou bem otimista ao falar que *“se concretizado o atual plano de disseminação de escolas, em breve alcançaremos uma grande vitória contra o analfabetismo”*.

Já Mário Mércio Silveira do PSD foi mais racional e soube avaliar o momento para retirar suas conclusões que vieram a ser publicada no dia 21 de fevereiro de 1961, pois falou:

ESCOLAS

Muito se tem falado na nossa Câmara de Vereadores sobre a construção das 43 escolas, com que foi contemplado o nosso município. Já 2 pedidos de informações foram feitos ao sr. Prefeito, por intermédio de meu colega, vereador Álvaro Silveira Dias, e ao que eu saiba, até hoje não recebeu resposta. Devo confessar que, nos debates processados na Câmara naquela oportunidade, defendi o Executivo porque entendia que deveriam existir motivos que justificassem o referido atraso. **Posteriormente, interroguei S. Excia., o Prefeito, quais os motivos da demora no início das obras. O edil contestou que motivos de ordem técnica estavam entrvando a construção das escolas. No entanto o tempo passa e só em Bagé, por ironia da sorte, digo ironia da sorte por ser a terra do sr. Secretário da Educação, deputado Justino Quintana, até hoje não foi iniciada nenhuma escola, ao contrário de outros municípios, onde a tarefa já foi atacada de há muito. (grifos meus)** (Correio do Sul, 21/02/1961, p.01)

Mário Mércio Silveira estava perdendo as esperanças e começavam a despertar dúvidas neste vereador do motivo real que as obras ainda não haviam começado. É importante notarmos que o vereador ainda cita que em outras regiões o plano educacional estava sendo realizado, mas Bagé, terra do Secretário Quintana, não havia começado as obras. Podemos considerar então que o alinhamento político-ideológico de Brizola, Quintana e Fico não garantiu a execução do projeto educacional do Governo do Estado? Tendo em vista que Bagé, na teoria tinha a ajuda incontestada, até o momento, de Quintana e a boa vontade na liberação de verbas por parte do Brizola, mas não tinha apoio do Executivo Municipal entrvando assim o início das obras das escolas primárias municipais. Restava saber do próprio Prefeito em entrevista exclusiva o que o chefe do Executivo tinha a dizer sobre esta demora no início das 43 unidades escolares cuja verba já havia sido liberada havia meses e já estava de posse da Prefeitura cerca de 20 terrenos para a instalação das escolas.

No dia 23 de fevereiro de 1960, p.06, segundo o título *“Prefeito João Batista Fico falou ao Correio do Sul sobre o assunto”*, estava ali o Prefeito Municipal tirando as dúvidas

da sociedade bajeense através da abertura que o Correio do Sul lhe oferecera, e Fico deu algumas explicações sobre o problema da execução do plano das 43 escolas:

ANO DA EDUCAÇÃO

No dia 1º de março, por iniciativa do Governador do Estado e do Secretário de Educação, o nosso conterrâneo deputado Justino Quintana, serão iniciadas as comemorações do Ano da Educação no Rio Grande do Sul, com a vigência do Plano de Descentralização do Ensino Primário. Nessa ocasião virão ao nosso Estado, os ministros de Educação do Brasil, Uruguai e Argentina, para tomar conhecimento do atual plano de difusão do ensino que impressiona todo o país. Bagé, como sede de uma Delegacia de Ensino, fará a sua comemoração, de que estão encarregadas as professoras Zita Ferrando Vargas, titular da referida Delegacia e Auta Sena Gularte, coordenadora do Plano de expansão e o prefeito municipal. **Embora nessa época nenhuma escola esteja concluída, pretendemos, até agosto próximo, conforme prometemos ao Governador e ao Secretário de Educação, dar prontas, pelo menos, 20 escolas. Envidarei os melhores esforços para que, no Ano da Educação, possamos ver acabadas as 48 escolas primárias que couberam a Bagé. (grifos meus)** (Correio do Sul, 23/02/1961, p.06)

O Prefeito Municipal se mostra inteirado das propostas do Governo Estadual, assim como mostra compreender a importância do ano de 1961, chamado o “*Ano da escolarização*”. Todavia, o próprio Prefeito reconhece não haver “*nenhuma*” escola pronta e estende o prazo de execução das 20 escolas para agosto, quando já havia prometido no ano de 1960 que inauguraria todas as unidades até março e depois em janeiro disse que faria imediatamente 20 escolas em 40 dias até o início das aulas. Nenhum prazo cumprido o Prefeito ainda falou em 48 unidades escolares, número diferente das 43 que o mesmo Prefeito Fico falou no retorno de sua viagem de Porto Alegre no ano anterior.

Como saldo então, Bagé comemoraria o Ano da Escolarização tendo um Governador que como vimos em reportagens anteriores oferecia verbas à Bagé, através do Secretário de Educação e Cultura que não media esforços para ajudar a educação bajeense e com um Prefeito petebista que, ao que tudo indica até o momento, não se empenhou o suficiente ou não executou as obras por motivos de “ordem técnica” como declarou a outro vereador.

Duas situações são interessantes de se analisar. O progresso que Bagé teve na discussão em torno da educação, além desta tomar a pauta de quase todos os vereadores entrevistados pelo Correio do Sul, estes estavam discutindo “como e quando” o plano seria de fato implantado em Bagé e não mais discutiam a vinda ou não de verbas para o Município ou atacando oposição e situação em torno de temas adversos. Passa a existir um tema, um foco e Bagé dá um salto na questão educacional.

Mais um avanço na questão educacional pode ser constatado através da publicação do dia 28 de fevereiro de 1961, p.6, onde se lê “*Wanda Coronel Martins na Direção da Escola Normal Oficial*”. A reportagem nos fornece algumas novidades quanto a esta escola:

[...] A professora Wanda Martins encontra-se agora á frente da Escola Normal Oficial, recentemente fundada em nossa cidade, e que funcionará junto ao Colégio Estadual. Disse-nos o seguinte: “Estou contente de tornar a Bagé e tudo farei para corresponder a atitude deferenciosa do sr. Secretário de Educação, deputado Justino Quintana. [...] (Correio do Sul, 28/02/1961, p.06)

A inserção da primeira Escola Normal no Município de Bagé através das políticas de expansão educacional promovida pelo PTB nos leva a outro marco, pois, as Escolas Normais tinham o objetivo de formar professoras qualificadas para lecionar e, diante do quadro exposto por vereadores bajeense sobre a duvidosa qualidade das professoras e/ou a falta destes profissionais ainda no início dos anos de 1959, faz com que a fundação desta Escola Normal se torne mais um importante avanço no setor educacional em Bagé.

A notícia seguinte publicada dia 11 de março de 1961, p.06, traz mais detalhes sobre o plano de expansão firmado pelo Prefeito Fico em Porto Alegre com o aval de Quintana e Brizola. Esta notícia que ocupa boa parte da última página do jornal tem uma chamada importante para os bajeenses: “*Dirigentes do ensino municipal falam sobre o plano da expansão descentralizada*”, ou seja, toca na pauta da educação bajeense que vem sendo motivo de discussão na cidade:

Em palestra que mantivemos, ontem, com os professores Boaventura Mielli da Rosa e Maria Auta Serena Gularte, respectivamente diretor do Ensino Primário Municipal e superintendente do Serviço Escolar de Descentralização do Ensino Primário, obtivemos as seguinte declarações:

“As escolas do plano de expansão vêm sendo executadas por 2 órgãos: CEPE, do Estado e SEDEP, órgão executivo do Plano de Expansão Municipal, com recurso econômico fornecido pelo Governo do Estado. O município de Bagé apresentou um plano para realização de uma rede escolar constituída de 43 escolas. O Prefeito recebeu recursos para as construções. **As escolas rurais, com uma única sala, estão orçadas em 100 mil cruzeiros e, escolas com sede de distritos ou povoado, com 2 salas, custarão 250 mil cruzeiros.** O sr. Prefeito já recebeu concorrência de diversas firmas locais, onde as propostas, para execução dessas obras, ultrapassam da verba enviada, no mínimo no seu triplo. Diante desse impasse o dr. João Batista Fico entrou em contato com firmas madeireiras que já tem realizado, com outras Prefeituras, semelhantes serviços, fabricando escolas em série, barateando, assim, a execução das obras. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 11/03/1961, p.06)

A palestra deixa bem clara a origem do dinheiro para a construção das escolas, assim como vem a deixar claro que existem dois modelos de unidades. O primeiro diz respeito a

escolas rurais, seu número não é discriminado dentre as 43, mas seu de uma sala e seu valor são detalhes interessantes. As escolas que serão instaladas em distritos ou povoados seguem outro modelo, um pouco maiores com duas salas e com valor um pouco maior. Todavia, o que ainda não ficou muito claro é se realmente alguma destas obras já começou e se o último prazo estipulado pelo Prefeito será cumprido ou não.

Seguindo o texto obtivemos outras importantes informações:

Foram iniciadas escolas na Vila Santa Tecla, terreno doado pelos Bairro São Bernardo, Bairro Castro Alves e na Serra do Quebracho. Isto no que diz respeito às fundações.

Explica-se a razão porque, na Serra, as escolas já estão prontas.

É que lá a madeira é mais abundante e existe no local. Aqui temos tôda a sorte de dificuldades, com transporte e outros fatores que encarecem o material e dificultam as construções. É isso o que está retardando as obras. (grifos meus) (Correio do Sul, 11/03/1961, p.06)

A explicação concedida procede diante daquilo que QUADROS (2003, p.57) citou em seu texto quando aborda a questão do motivo de as escolinhas do Brizola serem de madeira, segundo o autor:

A opção pela construção de prédios de madeira no interior decorreu de, pelo menos, quatro fatores: primeiro, **a disponibilidade de madeira no Estado**; segundo, o seu **menor custo em relação às construções de alvenaria**, que foram realizadas apenas nas cidades de maior porte; terceiro, a disponibilidade de mão-de-obra especializada em carpintaria e marcenaria e, quarto, **a dificuldade de transporte para o interior dos materiais necessários para a construção de prédios de alvenaria.** (grifos meus)

Estas escolas da Serra, feitas de madeira segundo, já estariam prontas, sendo então, as primeiras escolas primárias municipais que tiveram sua obra executada dentro do plano das 43 unidades que Bagé solicitou e firmou acordo com o Estado seguindo a lógica do Plano de Expansão do Ensino Primário. Então, constatamos neste momento que de fato foi executado pelo menos uma pequena parte do plano firmado em Porto Alegre, pois não fora discriminado quantas escolas estão sendo instaladas na região denominada Serra.

Na última parte da reportagem aparecem novamente as localizações de onde estas escolas serão instaladas, com a novidade da discriminação das capacidades de cada unidade:

É a seguinte a relação das escolas a serem construídas pelo Plano de Expansão Descentralização do Ensino:

Sede do município – Vila Florença (250 alunos); Vila Dois Irmãos (220 alunos); Vila Santa Tecla (200 alunos). Vila Brasil (140 alunos); Vila Coll Leite (120 alunos), Passo do Jordão (120 alunos), Vila Hípica, Tiaraju (100 alunos), Vila

Vicentina (100 alunos), Vila Operária (100 alunos), Banhado dos Carneiros (50 alunos) e Estrada do Batalha (30 alunos).
Distrito de José Otávio – Piraisinho (35 alunos), Coxilha do Haedo, (2 escolas com capacidade de 30 alunos cada uma), Rodeio Colorado (50 alunos).
Distrito do Pirai – Subprefeitura (20 alunos), Costa do Rio Negro (35 alunos) Coxilha do Haedo (40 alunos) e Cêrro das Caveiras (32 alunos).
Distrito de Palmas – Costa do velhaco (20 alunos), Coxilha das Flores (30 alunos), Rincão do Inferno (30 alunos), Rincão da Catarina (20 alunos), Passo do Barracão (20 alunos), Passo do Cassão (20 alunos).
Distrito de Olhos d'Água – Rincão dos Gomes (25 alunos), Rincão das Traíras (25 alunos), Rincão do Alto Bonito (20 alunos) e Passo da Alexandrina (20 alunos).
Distrito de Tupy Silveira – Banhado Grande (53 alunos), Planalto do Adail (45 alunos).
Distrito de Aceguá – Rincão dos Cravos (85 alunos), Zona da Lata (80 alunos), Zona da Chirca (40 alunos) e Zona do Minuano (75 alunos).
Distrito de Hulha Negra – Sanga dos Vimes (50 alunos), Zona do Barres (40 alunos), Serra da Hulha Negra (50 alunos), Estação do Quebracho (35 alunos), Estrada do Quebracho (50 alunos) e Zona dos Milelka (50 alunos).
Distrito do Seival – Coxilha do Jaguarão (50 alunos) e Passo do Marmeleiro (50 alunos). (Correio do Sul, 11/03/1961, p.06)

As 44 localidades descritas com suas respectivas capacidades, fazem parte do projeto de instalação de escolas primárias municipais de Bagé obedecendo a descentralização almejada por Brizola tanto em relação a construção de escolas em um Município do interior do Estado como da distribuição por várias zonas dentro do Município. Do total temos capacidade para 1.310 estudantes de 1º a 4º série do ensino fundamental somente na sede do Município e mais 1255 vagas de 1º a 4º série nos Distritos de Bagé, totalizando 2.565 novas vagas no ensino primário municipal. Seria realmente realidade falar que o lema “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*”, seria efetivamente aplicado em Bagé, partindo da lógica de que todas estas unidades seriam construídas, já que as da Serra que não constam aqui discriminadas já estavam com suas fundações prontas.

Diante da euforia que a educação bajeense passava naquele momento com o anúncio detalhado das novas escolas primárias na sede e nos distritos da cidade, em 12 de março de 1961, um artigo de Herculano Gomes é publicado na capa do jornal Correio do Sul. O título já traz um clima nada animador “*Escolas de Taboa... em Bagé...*”, mostrando que críticas iriam surgir daquele que foi o maior contestador do material usado nas *brizoletas*:

Quando da construção da escola no alto da Vila São João, protestei contra aquele atentado á administração pública, por êstes motivos:

- a) escola feita em cima da pedra de granito; especial, mas, construída de madeira;
- b) local todo cercado por mais de uma dúzia de olarias e até fábrica de tijoletas, mas, construída a escola de madeira,

Não sei se acabaram a construção, se fizeram instalação de esgotos, se fizeram instalação de água, enfim, eu lá não quis ir, pois não sou inspetor de higiene, nem fiscal de obras. Sei apenas que, pelas minhas mãos, nestes cinquenta anos de trabalho ininterrupto, tem sido carreado muito dinheiro de impostos, para govêrns e nem retribuição, quase nada tem sido feito.

E... quando o fazem é abaixo de solicitações, pedidos, propaganda política, como se os que estão em cima do poleiro fizessem favor em suplantar e construir e construir aquilo para o que se comprometeram.

Construir um galpão de madeira, dentro de uma vila, tôda de operários, que seriam até capazes de oferecerem a mão de obra gratis; mais ainda num local de pura pedra especial de granito e cercado de olarias, precisa que nenhuma planificação tivesse havido. [...] (grifos meus) (Correio do Sul, 12/03/1961, p.01)

Gomes trata de uma questão interessante em seu texto, quando fala que não sabe se construíram rede de água e esgoto, isto nos leva a pensar que era tarefa do Estado construir somente a “carcaça” da escola, enquanto que a rede de água e esgoto não era sua preocupação e nem função. De outra forma, quem mobiliava a escola, o Estado ou a Prefeitura? Havia questões pontuais ainda em aberto pela ótica das publicações do jornal Correio do Sul.

Em contrapartida a estas críticas bem pontuais de Herculano Gomes, é publicado no dia 12 de março de 1961, também na capa do jornal uma grande reportagem intitulada “*Delegada Regional de Ensino fala sôbre assuntos ligados à educação primária*”, cujos recortes da reportagem podemos analisar como estava o andamento do Plano de Expansão do Ensino Primário:

Em palestra que mantivemos ontem com a professôra Zita Ferrando de Vargas, titular da 13ª. Delegacia Regional de Ensino, informou-nos: **as atividades do <Ano da Escolarização de tôdas as Crianças Gaúchas>, realizadas no dia 7 do corrente foram da mais alta significação para o ensino riograndense.** [...]

Prosseguindo a solenidade o dr. João Batista Fico, Prefeito Municipal, proferiu significativa paléstra sôbre a educação da infância e o desenvolvimento da rêde do ensino primário em nosso Estado. **Nessa ocasião foi difundida parte do programa do Governador Leonel Brizola com relação ao ensino, através de uma programa radiofônico que transmitiu de tôdas as Delegacias de ensino as solenidades nelas realizadas, mencionando o trabalho elaborado pela Comissão Estadual de Prédios Escolares e pelo Serviço de Descentralização do Ensino Primário. Como se sabe as celebrações do “Ano da Educação” foram inauguradas duas mil escolas primárias localizadas por todos os rincões do Rio Grande do Sul.** [...] (grifos meus) (Correio do Sul, 12/03/1961, p.01)

A primeira parte do texto acima onde se fala das atividades simbólicas vem a retratar bem toda a imagem promovida em cima do Plano de Expansão do Ensino Primário no “*Ano da Escolarização*”, 1961. Sobre esta análise, CEMIN (2010), realizou uma excelente pesquisa analisando a forma como o Governo PTB no nível estadual trabalhou para que fosse usada a publicidade e propaganda em cima dos atos de inauguração de escolas, seja na própria unidade ou em ato simbólico.

O Governo petebista em Bagé já não pode utilizar das mesmas oportunidades, até porque não veio a inaugurar, como havia sido prometido primeiramente, nenhuma escola

antes do começo do ano letivo, apenas veio a inaugurar dois Grupos Escolares já mencionados na Vila São João e outro na Vila Ipiranga. Os Grupos Escolares também foram mencionados:

MOVIMENTO ESCOLAR

Os Grupos Escolares Estaduais, em Bagé, estão com um aumento considerável de matrículas, sendo que no perímetro urbano até o dia de hoje as inscrições elevam-se a quatro mil alunos. **Temos no corrente ano letivo, no município de Bagé 21 escolas primárias e 9 rurais, sendo que 2 novas unidades escolares, situadas uma na Vila S. João e outra a Vila Ipiranga, ambas com matrícula de 300 alunos cada uma. [...] (grifos meus) (Correio do Sul, 12/03/1961, p.01)**

Os dados expostos são interessantes. Se há 30 escolas primárias municipais em Bagé, quando as escolas do plano assinado por Fico em Porto Alegre ficarem prontas, Bagé terá nada menos que 73 escolas primárias municipais dando um salto quantitativo de 243,3% no número de unidades que abrangeram o ensino de 1º a 4º série.

Mais a frente é confirmado que haverá um novo zoneamento ordenado pela 13ª Delegacia de Ensino na região “[...] *determinando ainda um terceiro turno para os Grupos Escolares onde se fizesse necessário [...]*”. Ora, se já houve dois outros zoneamentos e Bagé construiu apenas dois Grupos Escolares desde a posse do Governo Brizola em 1959, algum órgão não estava trabalhando em prol da educação de Bagé, tendo em vista todas as manifestações publicadas e aqui analisadas sobre a falta de escolas em Bagé. É verdade que quando Justino Quintana assume a SEC o município de Bagé sente um avanço na educação, contudo não justifica acontecer um terceiro zoneamento com apenas dois Grupos Escolares erguidos em dois anos em um governo que prima pela expansão quantitativa de unidades escolares.

Por fim comenta-se novamente a autorização por Quintana do contato de 103 professoras, já relatado por Fico, que inclusive garantiu que estas novas educadoras seriam devidamente formadas no magistério, entretanto, o projeto ainda está só no papel, até porque as escolas ainda não foram construídas.

As notícias do dia 12 de março de 1961, publicadas na última página do jornal em pequena nota trazem boas notícias para a educação bajeense a começar pelo título: “*Reunião do Secretário da Educação com Prefeitos*”. Nesta reportagem como antecipado no seu título, Quintana se reúne no Gabinete do Prefeito de Bagé e todos os Prefeitos da região mais o sr. Ernesto Lavratti, diretor da firma “Madeira Encantado Ltda”, o engenheiro da CEPE, engº Jorge Abraão e o diretor da Secretaria do Município, Walter Conceição para acertar de vez os trâmites legais para dar início às obras das escolas municipais primárias na sede e nos distritos de Bagé:

Foi amplamente debatido pelos prefeitos com o Secretário da Educação, a proposta da firma Encantado, para a construção e instalação de escolas pré-fabricadas, neste município e circunvizinhos. Essas escolas variam no preço conforme o tamanho e a madeira usada para sua construção, porém, a firma exige 50% do seu valor total, em Letras do Tesouro, no ato do pedido e o restante em Apólices do Estado no ato da entrega. Essa foi a melhor proposta que a Secretaria de Educação havia recebido, porém o assunto depende da resolução dos Prefeitos, sendo de prever-se que irão estudar as propostas com seus assessores técnicos. **Quanto ao caso de Bagé, o dr. João Batista Fico, decidiu contratar com a firma Madeireira Encantado Ltda., a construção imediata de 40 unidades escolares a serem erguidas na área urbana e suburbana de Bagé. Essas unidades deverão estar ultimadas dentro de 6 meses, quando serão as novas escolas aberta às crianças. Integra-se assim o nosso município, no plano estadual de erradicação do analfabetismo. [...] (grifos meus)** (Correio do Sul, 12/03/1961, p.06)

Novamente podemos constatar pelas páginas do jornal Correio do Sul a publicação de uma nova data para que as escolas primárias municipais comecem de fato a funcionar. Da mesma forma observamos que se o plano assinado foi de 43 ou 44 escolas como pudemos acompanhar nas publicações anteriores em torno do assunto e Fico assina com a Madeireira Encantado para a construção de 40 unidades, isto que dizer que as outras já foram construídas, estão sendo construídas ou não sairão do papel? E se ainda não foram construídas qual seria o motivo? Falta de terrenos? E a verba está aonde e vai para onde?

A última frase do texto onde fala que o município irá com a construção destas escolas de fato integrar o plano educacional do Governo do Estado chega a ser um sonho para a sociedade bajeense que mais uma vez encontramos sendo prorrogadas as datas das inaugurações das unidades para agosto de 1961, data muito posterior ao início do ano letivo. Ainda estaria longe de terminar a delonga sobre as escolas primárias.

O próprio Secretário de Educação e Cultura, Justino Quintana concedeu entrevista ao jornal para dar explicações sobre as obras das escolas, trazendo inclusive novidades para o setor educacional de Bagé, como podemos ver na publicação de 14 de março de 1961, p.06, onde o recorte feito na reportagem *“Deputado Justino Quintana fala sobre assuntos de sua pasta ligados a Bagé”* diz:

[Fala de Quintana] “Devo dizer que, quanto à propalada demora na construção dos prédios das escolinhas do plano de escolarização, o fato deve-se a dificuldades que o Prefeito Fico vinha encontrando quanto ao preço do material. Agora **o assunto ficou resolvido, através de contrato com a firma Construtora Madeireira Ltda., para a construção de algumas escolas. Outras serão feitas de alvenaria e que já estão sendo planejadas para construção no município. Serão cinco escolas de três salas, vinte e quatro de duas, e dezesseis escolas de uma sala, todas na zona rural.** Sou favorável, em termos, às construções de alvenaria, mas, as de madeiras, mais rápidas e econômicas, devem ser levadas em conta.

Quanto à construção de prédios de escolas, por parte do Estado, faremos ainda este ano, dois prédios na usina de Candiota. Um na mina de carvão, e outro no local da termo-elétrica propriamente dita. **Um desses prédios já foi atacado pela firma Asmus, construtora de casas operárias e outra será começada, nesta semana. Vamos construir, ainda na Vila Dois Irmãos, no Minuano, na Lata, no Espantoso e mais ainda os Grupos Escolares Sepé Tiaraju, nas proximidades do aeroporto e Professora Julinha Taborda. (grifos meus)** (Correio do Sul, 14/03/1961, p.06)

As novidades que Quintana traz em sua fala são importantes, partindo do ponto de maior dúvida da sociedade bajeense, iria ser concretizado o plano das 43 escolas primárias municipais? Segundo o Secretário, estava resolvida, a firma empreiteira estava contratada e iria executar a obra. Ainda Quintana justifica pelo seu ponto de vista o motivo do material usado ser a madeira e não a alvenaria. O secretário ainda lista um total de 45 escolas descrevendo o tamanho e alegando que todas serão na zona rural, contradizendo dados colhidos anteriormente com o Prefeito e Vereadores que distribuíram as 45 escolas entre distritos e a sede do município.

Outras unidades de alvenaria ainda são anunciadas no texto da fala de Quintana, assim como o secretário afirma a construção de mais duas escolas na região de Candiota ressaltando que uma já está em fase de construção pela firma Asmus que segundo QUADROS (2003, p.57) é uma das firmas *“classificadas e habilitadas a construir os prédios escolares do Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário”*.

Por fim, anuncia a intenção de construir mais quatro unidades em determinados locais citado em sua fala, assim como volta a prometer, a construção dos dois Grupos Escolares para o Município, promessa que fizera dia 06 de agosto de 1960, quando na ocasião o jornal publicou que já havia sido aberta concorrência para estas obras.

Como saldo, o Secretário de Educação e Cultura reafirma o cumprimento da execução do plano assinado por ele com Brizola e Fico, promete mais outras unidades de alvenaria, algumas outras na zona rural e duas em Candiota, provavelmente todas estas de madeira, material utilizado para unidades que não são na sede dos Municípios e mais uma vez promete dois Grupos Escolares. Se o Correio do Sul através de seus editoriais e seu espaço para publicações diversas já atuava como fiscalizador juntamente com os Vereadores de Bagé (da situação e oposição), com este acréscimo de unidades no planejamento educacional, Bagé tornar-se-ia um verdadeiro polo no setor educacional seguindo o projeto de descentralização.

O secretário ainda comentou sobre as obras no Colégio 15 de Novembro cuja pedra fundamental havia sido lançada oficialmente em 30 de outubro de 1960:

Dentro de poucos dias terão início as obras do Grupo Escolar 15 de Novembro, com 17 salões de aula, no bloco principal e que deverão estar concluídas, o mais tardar, até maio de 1962. Já foi aberto crédito de 10 milhões de cruzeiros para o começo da tarefa. É plano do Governo do Estado transformar, de futuro, o Grupo Escolar 15 de Novembro, nos moldes dos Institutos de Educação Flores da Cunha, de Porto Alegre e Osvaldo Aranha, de Alegrete. Irá o estabelecimento, em Bagé, denominar-se Instituto Presidente Vargas, criado por decreto recente e com início de atividades previstos para este ano. Abrangerá um ginásio, curso primário e jardim de infância e ainda curso primário da Escola Normal e um pavilhão de artes industriais para o ensino de crianças com mais de 14 anos de idade. Dentro de poucos dias remeterei a maquete do prédio, para conhecimento geral da população. O projeto foi premiado pela Primeira Exposição de Arquitetura realizada em Pôrto Alegre, em 1960”. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 14/03/1961, p.06)

O próprio Secretário de Educação e Cultura alega que as obras ainda não começaram mesmo passados cinco meses desde o lançamento da pedra fundamental, já estando com verba liberada e com o terreno, logo, por que as obras ainda não haviam começado? A ideia de transformar o Grupo Escolar no maior educandário de Bagé, segundo as intenções descritas por Quintana não mais deixavam os bajeenses eufóricos ao lerem tais notícias publicadas, em especial havia uma pessoa que cada vez mais combatia os “ditos e não feitos” do Governo Brizola.

Herculano Gomes volta a escrever outro artigo com o título de “*ESCOLINHAS DE MADEIRA...EM BAGÉ!!!*”, publicado na capa do jornal dia 29 de março de 1961. Apesar do título Herculano atacou vários pontos da administração de Fico em Bagé e começou seu texto sobre a educação da mesma forma que já havia publicado, pontuando as razões que era contra as escolas de madeira, apenas acrescentou de diferente:

Dou os pezames a nossa Bagé, por mais essa conquista [as escolinhas de madeira] – ESCOLINHAS DE MADEIRA PRÉ-FABRICADAS na zona florestada do Estado – que fica desflorestada e com o dinheiro do suor do Povo na mão de outras gentes. Precisamos que a nossa Câmara Municipal, intervenha nesses assuntos com energia para que se evitem erros administrativos dessa natureza mesmo por que não desejo ficar na posição antipática de todo o dia estar citando pela imprensa os erros administrativos de Bagé [...] (Correio do Sul, 29/03/1961, p.01)

Gomes toca em um ponto bastante interessante quando denuncia a derrubada de árvores, provavelmente nativas da região para a construção das contestadas escolas de madeira pré-fabricadas, como citou o articulista.

A edição do Correio do Sul no dia 07 de abril de 1961, p.03, transcreve a mensagem do Prefeito Municipal dr. João Batista Fico na Câmara Municipal de Vereadores de Bagé, sob o título de “*Prefeitura Municipal de Bagé*”, abaixo contém o recorte da mensagem onde o Prefeito trata da pauta da educação:

[...] Estabeleci, como objetivação de meu govêrno, três metas: Educação, Estradas e reforma dos serviços de Saneamento (água e esgotos). Quanto à primeira, devemos dizer que, conforme é do conhecimento dos ilustres membros desta casa, apoiando em princípio o Plano de Descentralização do Ensino Primário elaborado pelo ilustre Governador do Estado, eng. Leonel Brizola, assinei contrato para a construção imediata de 41 escolas que serão dispostas por todo o Município no prazo de sete meses. (Correio do Sul, 07/04/1961, p.03)

Se um dos objetivos do Governo de Fico era realmente a educação baseado nos moldes do Plano do Governo Brizola, precisaria de um pouco mais de trabalho da parte do Executivo Municipal, mais colaboração da CEPE e da 13ª Delegacia Regional, até porque mais uma vez é dada outra data para a entrega das unidades escolares, desta vez no número de 41 a serem entregues no mês de outubro do ano de 1961. Bagé entraria tarde no Plano de Expansão do Ensino Primário idealizado por Brizola e apoiado por Quintana.

Na sequência da mensagem Fico declara:

Estas escolas irão levar às nossas crianças do interior, da zona rural o auxílio de que tanto necessitam: educação e cultura. Jamais, creio, na vida municipal tenha se realizado tão grandioso para benefício da infância bagéense. Digo, com grande satisfação, por que desde o meu anterior govêrno, quando construí cinco escolas rurais (Tamanduá – Aiedo – Chirca – Mir e Salso), até à presente data nada foi construído pelo Município em favor do desenvolvimento escolar.

Ressalta, portanto, êste ato como de magna importância para a nossa população escolar e, estou certo, como, também, os srs. Ilustres Representantes do Povo de Bagé, que resultados altamente significativos para um melhor porvir de nossas crianças não se farão demorar e que a nossa comuna seguirá o seu destino como uma dos mais eficientes municípios de nosso Estado.

O convênio firmado com a Secretaria de Educação e Cultura, a cuja testa se encontra o nosso distrito e ilustre conterrâneo, Deputado Justino Quintana, é desses atos que calarão profundamente na alma de nosso povo, principalmente nos habitantes da zona rural, de onde, diariamente, nos vem solicitações de reais aflitos pedindo uma escola ou, ao menos, uma professora para ministrar algum ensinamento aos seus filhos. Quero, nesta altura, deixar aqui consignados os meus agradecimentos a este Egrégio Poder pela maneira altamente cívica e decisiva, cooperando com o Poder Executivo na solução de tão auspicioso acontecimento.

Mas se tanto tenho procurado fazer em prol do ensino primário, devo, ainda consignar a atenção dada pelo meu govêrno ao ensino ginásial, técnico, científico e, mesmo, ao ensino superior. Devo trazer ao conhecimento desta Casa que importância superior a Cr\$ 1.250.000,00 foi empregada na distribuição de matrículas e que não tenho medido sacrifícios para atender a todos que acorrem à Prefeitura em busca de meios para estudar. Como geralmente acontece ocasiões muitas matrículas não figuram no relatório anexo ao Departamento Municipal de Ensino Primário que acompanha esta Mensagem, devido ao fato de terem sido requeridas tardiamente. Entretanto, verificadas as razões do atraso, não tive dúvidas em concedê-las. (Correio do Sul, 07/04/1961, p.03)

Deste último trecho do discurso de Fico podemos notar que o Prefeito diz já ter trabalhado em prol da educação quando esteve à testa da Prefeitura Municipal em seu outro

mandato¹⁹ e diz ter procurado fazer mais neste mandato, e utiliza o acordo firmado com Quintana e Brizola para salientar, segundo Fico, que este seria o maior plano de educação em Bagé jamais vira. Contudo, o plano estava feito, mas pela quarta vez a data de entrega das unidades era protelada sob mais uma justificativa.

Por outro lado, segundo a publicação do dia 30 de abril de 1961, p.04, a manchete da notícia traz um avanço: “*INAUGURAÇÃO DE GRUPO ESCOLAR*”. A pequena nota fala de um convite da coordenadora da Delegacia Regional, Zita Vargas para a “*inauguração do Grupo Escolar Senador Getúlio Vargas*”, localizada na Vila Ipiranga. Esta seria o segundo Grupo Escolar inaugurado que fora prometido junto com o já inaugurado Grupo Escolar da Vila São João e, ambas constam no Relatório da CEPE como “*Plano A – alvenaria*”, contendo 06 salas e capacidade para 420 alunos o Grupo Escolar da Vila Ipiranga e 04 salas e 260 alunos o Grupo Escolar da Vila São João.

Em uma análise mais demorada e uma leitura mais atenta se torna peculiar o caso da inauguração do Grupo Escolar Senador Getúlio Vargas na Vila Ipiranga, pois de acordo com a entrevista fornecida pelo Vereador Iolando Machado, no dia 11 de fevereiro de 1961, este já fala que os dois Grupos Escolares estão prontos, posteriormente se tornando mais interessante analisamos o fato de que em outra publicação do dia 12 de março de 1961, a própria Delegada Regional de Ensino também cita este Grupo Escolar na Vila Ipiranga como já em funcionamento e sua inauguração só é feita em 30 de abril de 1961.

Quintana também refaz sua promessa com relação à criação de uma Escola Normal em Bagé, segundo a nota publicada no dia 23 de maio de 1961, na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, p.04:

TELEGRAMA DO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Do Deputado Justino Quintana, secretário da Educação, recebemos o seguinte fonograma: “Tenho a satisfação de comunicar que tendo em vista a conveniência da formação de maior número de professores primários nessa região, determinei estudos no sentido do funcionamento no próximo ano da Escola Normal Regional dessa cidade. Deverá funcionar como dependência da Escola Normal segundo ciclo, presidente Vargas, recentemente criada que funcionará a partir de agosto próximo”. (Correio do Sul, 23/05/1961, p.04)

Novamente Quintana volta a prometer para o ano de 1962 a Escola Normal que ora aparece nas publicações como Regional ora como Estadual, fato é que como já comentado anteriormente, diante do plano de expansão das unidades escolares em Bagé, mesmo ainda

¹⁹ Governo este de 31 de dezembro de 1951 a 22 de novembro de 1954.

como projeto em amadurecimento, o Município deveria crescer também na formação de novas professoras primárias.

João Alberto Schaan, Diretor Executivo da SEPE também promete mais uma escola primária municipal para Bagé, através do telegrama publicado dia 05 de julho de 1961, na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, p.04 com o título positivo para a evolução da educação: “*VAI SER INICIADA A CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR RURAL DO ESPANTOSO*”:

O dr. João Batista Fico, prefeito municipal, acaba de receber do arquiteto João Alberto Schaan, Diretor Executivo do SEPE, o telegrama que transcrevemos abaixo: Prefeito Municipal – Bagé – Comunico haver autorizado nesta data firma ASMUZ início construção Grupo Escolar Rural Espantoso em Bagé. Saudações. Arquiteto João Alberto Schaan, Diretor Executivo. (Correio do Sul, 05/07/1961, p.03)

Este Grupo Escolar autorizado para início de construção, divulgado pelo Prefeito Fico através do Diretor da SEPE que podemos entender como “CEPE” é a primeira unidade que o matutino publica como sendo originário do trabalho da CEPE em Bagé apesar de a ordem de construção ser dado pelo Diretor deste órgão, ou seja, veio de Porto Alegre o comando e não da CEPE de Bagé. De qualquer forma, logo em seguida a CEPE mostra que vem a compensar seu trabalho, mesmo que tardiamente trabalhando de forma efetiva e auxiliando o Prefeito Municipal, sem intermédios, isto pela ótica das publicações do Correio do Sul. Em seguida, há o envio do telegrama ao Prefeito Municipal de Bagé, publicado dia 06 de julho de 1961, também na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, na página 04, sob o título “*CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR PROF. JULINHA TABORDA*”, onde lemos o telegrama enviado:

Por comunicação telegráfica do diretor executivo do SEPE, arquiteto João Alberto Schaan, foi cientificado o dr. João Batista Fico, prefeito municipal, que vai ser iniciada por estes dias, a construção do Grupo Escolar Professora Julinha Taborda, pela firma TOIGO. (Correio do Sul, 06/07/1961, p.04)

Esta firma também consta na relação que QUADROS (2003) traz como empresas habilitadas pelo Estado. Fico agilizou o cumprimento de sua palavra quando anunciou que faria este Grupo Escolar em 11 de março de 1961. Desta vez Fico agiu de plena eficiência a partir da autorização do Diretor Executivo da CEPE.

Após estas duas últimas notícias que elevaram ainda mais a importância da educação em Bagé assim como vieram a promover um crescimento quantitativo de unidades escolares, é publicada outra notícia referente à criação de escolas: “*Novas escolas para Bagé*”, no dia 29 de julho de 1961, p.02. Definitivamente “*O ano da escolarização*” seria devidamente comemorado em Bagé através da leitura das notícias que se seguem:

Pelo novo plano recentemente revisado e aprovado, Bagé terá ao invés de 47 escolas, 64 escolas novas, construídas em convênio entre o Estado, pela Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal.

As novas escolas estão assim distribuídas:

1- Distrito Sêde: Vila Vicentina, Vila Hípica, Vila Brasil, Vila Santa Tecla, Vila Dois Irmãos, Passo do Jordão, Passo das Tropas, Vila Forjaz, Vila Col. Leite, Vila Florença, Vila Operária, Banhado dos Carneiros, Bairro Bonito, Vila Mercedes, Vila Arejano, atraz do campos do Bagé e Estrada do Batalha. Ao todo 17 escolas; 2 – Distrito de José Otávio: Piraisinho, Coxilha do Haedo e Rodeio Colorado; 3 – Distrito de Tupy Silveira: Banhado Grande, Planalto do Adail, Jaguarão Chico e Passo dos Carros; 4 – Distrito de Pirai: Sub-Prefeitura, Costa do Rio Negro, Coxilha do Haedo, Cerro das Caveiras, Piraisinho e Vista Alegre; 5 – Distrito de Palmas: Costa do velhaco, Coxilha das Flores, Rincão do Inferno, Rincão da Catarina, Passo do Barracão, Passo do Cassão, Tunas, Dr. Feitosa, Pedra Grande, Passo da Areia, Passo dos Enforcados e Roseira. Ao todos 12 escolas; 6 – Distrito de Olhos D'água: Rincão dos Gomes, Rincão das Traíras, Rincão do Alto Bonito, Rincão de São José, Passo da Alexandrina, Passo de São Domingos e Vila de Olhos D'água; 7 – Distrito de Aceguá: Rincão dos Cravos, Zona da Lata, Zona da Chirca e Zona do Minuano; 8 – Distrito de Hulha Negra: Sanga dos Vimes, Zona dos Barres, Serra da Hulha Negra, Estação do Quebracho, Estrada do Quebracho, Zona dos Mielkes e Quebrachinho; 9 – Distrito de Seival: Coxilha de Jaguarão, Passo do Marmeleiro, Vila Duprat (Estação) e Bolena.

O plano anterior ora revisado e aumentado, previa uma despêsa de Cr\$ 7.100.000,00 (sete milhões e cem mil cruzeiros), com uma capacidade para 2.555 alunos.

Com o pagamento do magistério para estas novas escolas, uma vêz em funcionamento, o Estado dispenderá Cr\$ 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil cruzeiros) por ano o que somados aos Cr\$ 14.050.000,00 (quatorze milhões e cinquenta mil cruzeiros) das escolas representa a despêsa de Cr\$ 24.250.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil cruzeiros). (Correio do Sul, 29/07/1961, p.02)

Esta notícia, de suma importância traz para Bagé um dos maiores planos educacionais que a história do município conhece. A promessa de erguer 64 unidades escolares é a consolidação da política-educacional expansionista de Brizola em Bagé. Seria um marco insolúvel para a História da Educação bajeense a construção destas unidades de forma descentralizada, como mostra a relação dos locais onde projeta-se suas construções.

Ainda é relatada no final da reportagem a construção de Grupos Escolares:

Através da Comissão Estadual de Prédios Escolares, construiremos além dos dois Grupos Escolares construídos, Getúlio Vargas e Vila São João, Grupo Escolar 15 de Novembro em obras, e, dois também em obras na Uzina de Candiota, mais 6 escolas rurais isoladas, perfazendo um total mínimo de 75 novas escolas, além de reformas e ampliações nas Escolas Técnicas Assis Brasil e Salzano Vieira da Cunha e Colégio Estadual e outras obras como a reforma do Grupo Escolar Silveira Martins. (Correio do Sul, 29/07/1961, p.02)

Neste momento através do que foi publicado pelo jornal Correio do Sul, podemos constatar que a CEPE em Bagé foi acionada. Os objetivos que a Comissão Estadual de

Prédios Escolares tinha quando instalada em Bagé estão sendo cumpridos segundo a publicação.

Nota-se que mais uma vez o “*Plano de Emergência de Expansão do Ensino Técnico*” e o projeto “*Um ginásio para cada município*”, estão sendo devidamente cumpridos segundo aquilo que ficou acordado na revisão do plano de Fico-Quintana-Brizola.

Mas uma questão ainda pairava: se o projeto de construção de escolas anterior não foi cumprido em sua totalidade, qual sentido seria a ampliação de um segundo plano?

Por outro lado às críticas a construção das unidades escolares não cessava por parte dos opositores políticos. O Vereador Jaime Tavares argumenta na sua explicação pessoal na Câmara de Vereadores publicada dia 22 de outubro de 1961, na capa do jornal Correio do Sul onde falou que de nada adiantava construir escolas nas zonas rurais de Bagé se o Município não construía estradas. Aqui entendemos que o plano de Brizola de construção de escolas de modo centralizado começava no momento em que se constatava o déficit em número de matrículas e se construía escolas que funcionariam a partir da contratação das professoras, não se falava em transporte, materiais didáticos, redes de esgotos e água, isto vai ficando claro quando o Vereador Jardim contesta a questão do acesso.

Por outro lado o Vereador Álvaro Silveira Dias tem sua explicação pessoal do requerimento solicitado ao Poder Executivo, publicado dia 05 de novembro de 1961, “*Assuntos debatidos na sessão de sexta-feira último no Legislativo Municipal*”, também na capa do jornal, desta vez com relação a uma obra na sede do Município:

O sr. Álvaro Silveira Dias na explicação pessoal acusou o govêrno do Estado e a Secretaria de Educação e Cultura pela maneira como estavam desrespeitando o artigo 82 do nosso Código de Posturas, que proíbe a construção de prédios na zona urbana. Argumentou o orador que um particular não poderia construir, mas que o govêrno do Estado está desrespeitando a soberania do município e que isso era uma afronta para os bagéenses. Estava afirmou – correndo grande perigo um colégio de tábuas localizado em pleno páteo do Colégio Estadual de Bagé e que ainda mais estava tirando do recreio os alunos de um colégio em número superior a mil. Lembrou que o prédio aonde funciona o Colégio Estadual não é do govêrno do Estado, e sim do município que o emprestou ao Estado, pelo prazo de 20 anos. O sr. José Osvaldo Jardim perguntou se o diretor do colégio não teria visto tal irregularidade. Respondendo o aparte o sr. Álvaro Silveira disse que êle exercia cargo de confiança do secretário com certeza não tinha conveniência em dizer. Prosseguindo a acusação o sr. Alvaro Silveira disse que viria a tribuna todos os dias, se possível fôsse, porque não permitiria de maneira nenhuma que se processassem tais irregularidades e que se os seus colegas permitissem, seriam também responsabilizados, de vez que não era possível que um govêrno que gasta de 10 a 15 milhões em televisão, mentindo ao povo, não possa dispor de maior verba para construir uma escola à altura dos anseios dos bagéenses. O sr. José Osvaldo Hardim, líder do PL, aparteando o orador, disse que no dia seguinte se dirigiria aos líderes da bancada para que fosse resolvido tal assunto. (Correio do Sul, 05/11/1961, p.01)

Esta questão que Dias levanta sobre o “*desrespeito*” ao Código de Posturas não pode nem ser discutida, tendo em vista que se há o Código, este deve ser respeitado com soberania, pois afinal de contas, é um regimento de normas criado no Poder Legislativo bajeense. No que diz respeito à educação, observamos que uma das escolas na Sede do município corre o risco de não sair do papel.

A polêmica não estava encerrada, pois havia críticas ainda por vir. O título da reportagem publicado na capa do Correio do Sul no dia 10 de novembro de 1961, “*Veemente protesto da bancada libertadora contra afirmativa do secretário da educação*” diz respeito ao discurso do Vereador José Osvaldo Jardim:

[...] O sr. José Osvaldo Jardim fez severas críticas ao telegrama enviado pelo Secretário de Educação e Cultura deputado Justino Quintana onde fazia acusações à bancada libertadora, disse o orador que o PL, não tinha que dar satisfação e não estava sujeito a críticas de ninguém, e que o secretário havia desrespeitado a lei e que se fosse êle prefeito teria embargado a obra, pois não pode ser desrespeitado o Código de Posturas e se assim procedermos estamos atentando contra a própria soberania do município.

O Código de Posturas no seu artigo 166 proíbe a construção de prédios de madeira na zona urbana. Lembrou o orador que o secretário quando na oposição chamava de <baiucas> as escolas construídas de tábua e que agora estava construindo as mesmas baiucas. (Correio do Sul, 10/11/1961, p.01)

Sob tensa discussão terminava mais uma sessão da Câmara de Vereadores de Bagé que tinha como pauta principal a educação. Desta vez a oposição de fez presente com o Código de Posturas embaixo do braço. Não ficara nada decidido se a tal escola iria ter sua construção embargada ou não, da mesma forma que não fora encontrada outra notícia sobre este caso.

O que foi dito através das páginas do jornal Correio do Sul naquele final de ano tão badalado pelo Governo Brizola foi que, segundo reportagem do dia 26 de novembro de 1961, p.06, depois de muito tempo de espera, críticas, dúvidas e discussões o jornal anunciava: “*Entrega dos 44 prédios Escolares à Prefeitura Municipal*”.

A notícia tão aguardada pela sociedade bajeense finalmente chegara. Ocupando meia folha da última página com duas fotografias em preto e branco, estava anunciado o momento em que Bagé, de fato, entrava para o *hall* dos Municípios contemplados com o projeto expansionista e descentralizado do governo Brizola, sendo agraciado com 44 escolas primárias municipais, grande parte de madeira, símbolo do projeto político-educacional de Brizola. Abaixo a primeira parte da notícia da entrega das escolas:

Realizou-se na tarde de ontem na Prefeitura Municipal, no gabinete do dr. João Batista Fico, chefe do executivo bajeense, a solenidade de entrega, pela firma Madeireira Encantado Ltda. Dos 44 prédios escolares, construídos pela Prefeitura de Bagé, em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura, dentro do Plano de Escolarização do Estado.

A entrega dos prédios foi feita pelos diretores da referida firma srs. Ernesto e Hermelindo Lavrati, estando presente ao ato, além do prefeito municipal, os srs. Leão Gomes Saraiva, diretor da Fazenda Municipal, Jorge Cagiano, tesoureiro do município, prof. Boaventura da Rosa, superintendente do Ensino Primário Municipal, Valter Corrêa Conceição e Vilmar Monteiro, da Secretaria da Prefeitura, Paulo Vilamil Bazerque e Guaraci Leal, e os representantes da imprensa, sr. George Teixeira Giorgis, correspondente do Diário de Notícias e Mário Lopes.

Na ocasião foi efetuado um pagamento de 5 milhões e 500 mil cruzeiros a firma construtora das escolas, tendo na oportunidade o prefeito dr. João Batista Fico, ressaltado que se tratava do maior pagamento feito de uma só vez pelo município, em todos os tempos.

A seguir passou as mãos do prof. Boaventura da Rosa as chaves dos prédios entregues a Prefeitura e que estarão em funcionamento em março próximo.

Solicitou-nos o dr. João B. Fico que fossemos, mais uma vez, os interpretes dos agradecimentos da Prefeitura de Bagé a todos os bagéenses que doaram terrenos para estas construções que representam um grande passo para à escolarização de milhares de crianças, especialmente no interior do município.

Como já foi noticiado as obras custaram 8 milhões e 900 cabendo ao Estado 8 milhões e 500 mil cruzeiros. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 26/11/1961, p.06)

Esta notícia é o fechamento do ano de 1961, chamado “*Ano da Escolarização*” pelo Governo Brizola que prometeu construir entre os anos de 1960-61, duas mil escolas em todo o Estado do Rio Grande do Sul através do plano das “*Dois Mil em Dois Anos*”. Bagé estava sendo contemplado com suas unidades do plano original firmado entre João Batista Fico, Prefeito Municipal de Bagé, Justino Quintana, Secretario da Educação e Cultura, deputado eleito por Bagé e Leonel Brizola, Governador do Estado que naquele momento mostravam a efetivação do alinhamento político-educacional através da entrega das escolas ao município.

Passaram-se 01 ano e 11 meses desde a assinatura do plano em Porto Alegre e agora, estavam afastadas as dúvidas quanto à efetivação do plano de entrega de 44 unidades prometidas. Ainda ficavam questões de ordem técnica como: seria aberto concurso para professoras preencherem as novas vagas ou o Estado iria indicar o corpo docente? Estas escolas viriam mobiliadas? Ninguém havia falado em liberação de verba para móveis e material escolar. Os móveis das unidades escolares seriam pagos por quem? Teria sido construída apenas a estrutura da escola ou já haviam rede de luz, água e esgotos? Ou seja, quando estariam prontas e seriam inauguradas?

A dúvida e o pessimismo também foram sentidos e comentados pela madeireira contratada que relatou na reportagem que:

Após a solenidade o deputado Ernesto Lavratti, da firma Madeireira Encantado Ltda., especializada em construções deste tipo **manifestou sua satisfação em**

entregar ao edil bagéense as escolas que construiu nos mais variados pontos do município, dentro do prazo estabelecido, apesar de terem trabalhado no período invernos, enfrentando os seus trabalhadores os rigores desta estação. **Disse ainda que teve oportunidade de constatar o pessimismo dos bagéenses quando da assinatura do contrato para a execução deste grande plano que é hoje uma realidade**, para a satisfação de todos.

O diretor da Madeireira Encantado Ltda. Ainda fez considerações sôbre as escolas de madeira construídas, **afirmando que o material usado é especialmente preparado, garantindo por sua duração.**

Afirmou também que muitos dos alunos que vão frequentar estas escolas terão oportunidade de ver seus filhos e mesmo netos, tal sua duração. **(grifos meus)** (Correio do Sul, 26/11/1961, p.06)

Já havia ficado bem clara a distribuição das escolas primárias municipais por todo município cumprindo com a ideia de crescer descentralizando mais uma vez constatada pela reportagem. Outra constatação, da parte da firma construtora foi o pessimismo bajeense, que pode ser encontrado várias vezes através das publicações do jornal Correio do Sul, até o plano entrar em fase de execução, quando o debate mudou para outros tópicos como a qualidade, problemas técnicos e econômicos. Com relação ao prazo também comentado pela firma podemos dizer que sim, o prazo que a firma teve foi cumprido com maestria, todavia, o prazo do Executivo foi por diversas vezes prorrogado.

O ano de 1961 terminava com um saldo significativo na escolarização bajeense, contudo o Prefeito Fico havia anunciado mais unidades para Bagé, faltava ainda a construção de 20 prédios escolares mais o término das obras do Colégio 15 de Novembro prometidas para o ano vindouro.

3.4. De Fico à Gomes, as mudanças no Executivo bajeense.

O ano de 1962 começa com a morte repentina do Prefeito Municipal dr. João Batista Fico. Sua última obra de grande vulto foi o recebimento dos 44 prédios escolares ainda no ano anterior. Ficava seu legado de cumpridor das medidas político-educacionais do governo Estadual, em seu lugar assume o Vice-Prefeito Camilo Gomes.

O setor da educação bajeense vai aparecer no jornal Correio do Sul em debate já em 23 de março de 1962, p.06, onde o *“Prefeito Camillo Gomes fala sôbre a administração municipal”*, e a educação foi um dos temas contemplados:

ESCOLAS

Como é sabido, o govêrno do Estado, sob a direção, do eminente engenheiro Leonel Brizola, está executando, no Rio Grande do Sul, uma formidável obra educacional que, certamente, perdurará na recordação das vindouras gerações. O nosso município também participou dessa notável realização e a Secretaria de Educação e

Cultura, à frente da qual encontra-se uma dos mais destacados conterrâneos nossos, o dr. Justino Costa Quintana, distinguiu Bagé de uma maneira tãda especial. Atualmente 44 novas escolas, do chamado Plano de Expansão e Descentralização do Ensino, estão em funcionamento em nosso município. O quadro do magistério para esse setor educacional, foi preenchido por concurso mandado realizar pelo ex-prefeito dr. João Batista Fico e a contratação das inúmeras professoras, que isso determinou, foi totalmente aprovada pela atual administração. Posso transmitir aos meus conterrâneos que o critério de seleção dotado foi observado, atendendo exclusivamente aos resultados obtidos nos referidos exames de seleção. Abriu-se, com essa orientação educacional do govêrno do Estado, oportunidades a tãdas as moças e senhoras que estudam com a finalidade de ingressar no magistério público, porque, daqui para diante, irão dando-se novas vagas e o aumento das matrículas irá exigindo mais professores e com isso, novos contratos terão de ser feitos pelo município e o Estado. Será interessante revelar ao nossos conterrâneos que a realização dêsse plano educacional é de responsabilidade tripartida, entre o Estado, o município e o particular. **O Estado dá a escola construída; o município, além dos móveis e utensílios, responsabiliza-se pela conservação; e, o particular, coopera com a doação do terreno e alguma outra melhoria com que possa auxiliar o município.** Temos esperando de que, dentro de poucos meses, estejam funcionando normalmente tãdas as escolas do chamado SEDEP. (grifos meus) (Correio do Sul, 23/03/1962, p.03 e 06)

Estava mais uma dúvida esclarecida, mas as respostas não eram de um todo boas. De fato a firma construtora dos prédios escolares apenas construiu o “corpo” da estrutura, ficando bem claro na mensagem do Prefeito Camilo Gomes que: primeiro, cabia à Prefeitura mobiliar estes prédios escolares, em segundo lugar, os 44 prédios escolares entregues no ano passado não estavam em funcionamento.

A saída seria solicitar uma nova verba através do Justino Quintana, Secretario de Educação e Cultura ou teria o município através do seu orçamento anual ter de cumprir com sua parte no plano? Qual seria o prazo para por em funcionamento estas unidades, tendo em vista que o ano letivo já começara no mês de março.

Em editorial do dia 07 de abril de 1962, uma forte crítica intitulada “*Educação e alfabetização*” publicada na página 03, criticando pontualmente o plano de construção de escolas criado e executado pelo Governo Estadual, assim como denuncia problemas enfrentados pelas unidades recém-instaladas no Município de Bagé:

[...] o famigerado plano de escolarização apregoado aos quatro ventos pelo atual Govêrno do Estado, talvez não produza os frutos miraculosos que preconizam [...] dito plano não se fêz acompanhar de elementos fundamentais da educação e, escolarização ou alfabetização sem educação não irá resultar em beneficio mas sim em possíveis malefícios.

Construir escolas no meio dos campos em locais inacessíveis a uma população escolarizante, escolas isoladas onde nada mais existe senão os edifícios que tábuas que as ergam, edifícios aos quais faltam até as instalações sanitárias mais rudimentares, por carência de meios materiais para as construir; escolas localizadas em regiões êrmas e despovoadas; escolas sem instalações para residências das mestras; escolas que para serem atingidas por professoras e alunos, demandem caminhadas por ínvias estradas das mais vêzes duma légua [...]

Disseminar a instrução não é obviamente apenas arruma casinhas de tábuas no meio do mato [...] (**grifos meus**) (Correio do Sul, 07 de abril de 1962, p.03)

As críticas de Waldemar Reis, editor chefe do jornal Correio do Sul trazem elementos de contestação nos mais diferentes níveis ao longo de seu artigo. Aqui chamamos atenção para a parte específica com relação à estrutura (ou falta de) dos prédios escolares recentemente erguidos em Bagé. O fato de as unidades serem construídas a base de tábua foi uma contestação sempre manifestada e, mesmo depois de construída 44 unidades a questão ainda é debatida pontualmente. A localização das escolas também objeto de críticas não poderia ter outro caminho, tendo em vista que o “*Plano de Expansão do Ensino Primário*” colocava como objetivo e lema a ideia de “*Expandir Descentralizando*”.

Com relação ao problema da precariedade das instalações sanitárias já tinha sido uma questão levantada anteriormente na análise da entrega dos prédios escolares. Reis ainda nos responde a que tais instalações não foram ainda realizadas por falta de meios materiais. O Município de Bagé depois de quase dois anos em volta da realização do plano de instalação dos prédios escolares iria abandonar as novas unidades por problemas técnicos ou iria através de uma verba do Estado ou da própria Prefeitura sanar estes problemas técnicos?

Se os problemas não foram solucionados isto não impediu que no dia seguinte fosse publicado na coluna “*FATOS DIVERSOS*” a nota intitulada “*PREFEITO MUNICIPAL INAUGURA HOJE AS NOVAS ESCOLAS*”:

Realiza-se hoje, às 9 horas a solenidade de inauguração das 42 novas escolas construídas pelo governo do Município, em convênio com o Estado.

O ato de inauguração simbólica das novas escolas que já se encontram em funcionamento, terá lugar na Escola Modelo do SEDEP, à rua Fernando Machado, próximo ao 3º R. R. Mex.

Caberá ao prefeito municipal dr. Camillo Gomes cortar a fita simbólica, devendo estar presente o dep. Justino C. Quintana, secretario de Educação e Cultura. (Correio do Sul, 08/04/1962, p.04)

Baseado na notícia da inauguração simbólica, podemos constatar que mesmo com os problemas apontados anteriormente publicados no jornal Correio do Sul por seu editor-chefe as escolas do plano entre Fico-Quintana-Brizola já se encontravam em funcionamento. Novamente o número de unidades é modificado, contando 42 e não 44, dado que se modificou ao longo das publicações.

Posteriormente não há nenhuma reportagem publicada no jornal Correio do Sul com relação à inauguração simbólica destas unidades até o dia 20 de abril de 1962, p.05, quando esta pauta vem a ocupar uma página inteira do jornal: “*Quase 3 mil crianças frequentam mais*

de 40 escolas construídas pela Secretaria de Educação em convênio com a Prefeitura Municipal”. Quebrando a sequência cronológica de análise dos artigos temos alguns trechos da grande reportagem das referidas escolas:

Constituiu um acontecimento festivo e empolgante a inauguração, na manhã de domingo ultimo, na Escola Modelo Dr. João Thiago do Patrocínio, na rua Fernando Machado, pelo prefeito municipal dr. Camillo Gomes e pelo secretário de Educação e Cultura deputado Justino Quintana.

A inauguração de caráter teve simbólico, de vez (sic.) a abertura oficial das 43 escolas do plano já em funcionamento neste município, encomendadas, como se sabe, através do convênio (sic.) entre a Secretaria de Educação e a Prefeitura Municipal. (Correio do Sul, 20/04/1962, p.05)

Interessante notarmos que a primeira parte da reportagem fala que o plano já é de conhecimento geral, porém não faz nenhuma menção ao falecido Prefeito de Bagé, dr. João Batista Fico que de fato assinou o acordo com Quintana e Brizola.

Novamente foi especificado o número de escolas e salas de aula construídas assim como sua localidade:

ALGUNS NÚMEROS

Foram construídas, na sede do município, 14 escolas, sendo 6 de 3 salas; 7 de 2 salas; e 1 de uma sala. Tais escolas atendem no momento, 1.443 alunos. Em algumas destas escolas os cursos funcionaram em até 3 turnos, devido o grande número de crianças matriculadas.

No distrito do Piraí foram erigidas 4 escolas; em José Otávio, 2; Tupy Silveira, 2 escolas; Seival, 2; Olhos D'Água, 5; Aceguá, 3; Palmas, 5 escolas; Hulha Negra, 6 escolas, perfazendo um total de 29 escolas na zona rural, com 1.206 alunos.

Como fica visto há um excedente de alunos, pois as estimativas eram escolas para 2 mil e cem crianças, atingindo as matrículas em todo o município, 2.649. O número de professoras contratadas eleva-se a 115, constituindo sua maioria, principalmente, na sede, de normalistas formadas, estudantes e até professoras possuidoras de curso superior. Na zona rural, a maioria do professorado fêz, pelo menos, o curso ginásial e há ali grande número de normalistas.

Não podemos deixar de agradecer a colaboração de todos quantos foram solicitados a doa terrenos para as escolas, e que acorreram solícitos ao nosso chamado. (Correio do Sul, 20/04/1962, p.05)

A revisão do número de escolas fica em 43 unidades, segundo o divulgado e não longe se fizemos uma média daquilo que vinha sendo publicado, um número entre 43 e 45, quanto ao número de matrículas o total divulgado foi de 2.649 novas matrículas disponíveis. No contraponto temos os dados já apresentados anteriormente de que em 1950²⁰, “*Pessoas de 5 anos e mais, por grau de instrução, segundo os município do Rio Grande do Sul*”, havia o saldo de 22.923 pessoas totalizando 41,04% de homens e mulheres que não sabiam ler nem escrever no Município de Bagé.

²⁰ Censo da Fundação de Economia e Estatística publicada em Porto Alegre no ano de 1981, p.174.

Infelizmente devido à falta de material publicado sobre a educação escolar neste período estudado, não há dados nem do total de matrículas disponíveis nas escolas primárias municipais antes do período aqui pesquisado e nem o número de matrículas efetivadas assim como não há um número final no déficit destas matrículas, logo, não é possível fazer uma estimativa quantitativa do número ou porcentagem de matrículas que aumentou de fato no município.

Havia mais por vir. O anúncio já realizado anteriormente pelo Prefeito Municipal dr. Fico, dizia que mais 20 prédios escolares estavam encaminhados na ampliação do plano traçado entre Fico-Quintana-Brizola, agora prometido e anunciado pelo Secretário de Educação e Cultura:

BREVE, MAIS 20 ESCOLAS

Prometemos que, em breve, concluiremos a construção de mais 20 escolas, previstas no convênio assinado pelo saudoso prefeito dr. João Batista Fico com a Secretaria da Educação. Se na pessoa do prefeito (sic.) encontramos todo o apoio, estamos certas que não será outra atitude do atual chefe da comuna, o ilustre dr. Camillo Gomes que está também disposto a completar essa grandiosa obra do plano do SEDEP eis que, desde que assumiu a Prefeitura, s. s. não vem poupando esforços no sentido de que as escolas tenham, no menos prazo possível, os recursos de que ainda carecem. (Correio do Sul, 20/04/1962, p.05)

Se havia injustiça ao não mencionar o falecido Prefeito Fico, foi feita a justiça ao ser mencionado na fala de Quintana. Mais uma vez são mencionadas mais 20 escolas para Bagé e é relatado pelo jornal o importante trecho onde Quintana menciona a disposição do Prefeito Camillo Gomes em *“completar essa grandiosa obra do plano do SEDEP”*, não poupando esforços, como já relatado, para resolver os problemas existentes nas escolas já construídas, problemas estes também já reconhecidos por Quintana talvez por intermédio de Gomes.

Em meio à inauguração das 43 escolas também foi aberto um espaço para a inauguração de algumas salas de aula da Escola Assis Brasil:

ESCOLA AGRÍCOLA ASSIS BRASIL

Após, o deputado Justino Quintana, acompanhado pelo prefeito Camillo Gomes, membros de sua comitiva, os srs. Elbio Gonzales, chefe do SEDEP; Aureo Gonçalves, diretor do ensino técnico e Jairo Roque, do serviço de imprensa; e outras pessoas presentes, dirigiu-se aos Olhos D'água, onde procedeu a inauguração de 3 salas de aulas na Escola Agrícola Assis Brasil, bem como de um ambulatório médico que servirá não só ao educandário, como à comunidade. (Correio do Sul, 20/04/1962, p.05)

Outra meta estava sendo cumprida pelo Governo do Estado ao ampliar uma unidade escolar, desta vez quem agiu para a execução da obra foi o SEDEP, agindo com eficiência

através daquilo que lhe competia: fornecer meios técnicos e financeiros ao município que assim solicitar.

Como prometido pelas autoridades do Executivo Municipal e da SEC, no outro dia a publicação na coluna “*FATOS DIVERSOS*” trouxe a notícia do avanço da negociação de mais 20 escolas ou 22 como apontou o texto:

SERÁ ABERTA CONCORRÊNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DE MAIS 22 NOVAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO

Encontra-se nesta cidade, novamente, o sr. Ernesto Lavrati, da firma Madeireira Encantado Ltda., que veio tratar com o prefeito municipal, de assuntos relacionados com a construção de novas escolas. Sabe-se que o chefe da comuna já adquiriu desta firma, para a instalação imediata, três escolas, uma das quais para Hulha Negra. Sabe-se ainda que para a construção de mais 22 escolas, o prefeito Camillo Gomes vai abrir concorrência pública no próximo dia 16. (Correio do Sul, 25/04/1962, p.04)

No dia 08 de abril de 1962, é publicado alguns dos problemas apontados por Reis foram reconhecido pelo Prefeito Municipal, segundo a reportagem “*PREFEITO MUNICIPAL VISITOU HULHA NEGRA ONTEM*”, publicada um dia após as críticas de Reis tomando boa parte da página 06, onde a educação também foi abordada na visita:

ESCOLAS DO SEDEP

Ao longo dos 35 quilômetros que separam a cidade, de Hulha Negra, o prefeito Camillo Gomes teve, como preocupação fundamental, a visita às escolinhas do SEDEP, da Secretaria de Educação, obra que considera positiva e de importância. Nas várias escolas que visitou, **o prefeito municipal inspecionou suas instalações, constatando que, embora, em algumas, a construção apresenta lacunas, suas ereção representa um passo à frente, sendo seu empenho a complementação das referidas obras**, eis porque determinou o reforço de paredes, construção de sanitários e abertura de porteiros no acesso às referidas aulas. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 08 de abril de 1962, p.06)

A resposta aos problemas e “lacunas” encontrados nos prédios escolares foi trabalhada de forma eficiente por Gomes que pessoalmente inspecionou as escolas e tratou de operar na “complementação das referidas obras” mesmo sendo um avanço vindo do partido oposicionista, PTB de seu partido PSD.

Nota-se que mais uma vez não se falou no CEPE, órgão que juntamente com a Delegacia Regional de Ensino deveria operar nos problemas relativos a estruturas das escolas. Foi citado pela segunda vez que as escolas são da SEDEP, informação correta se partirmos da ideia de que houve uma primeira informação do Município de Bagé quanto a sua necessidade de salas e escolas para o Estado por meio do SEDEP fornecer os meios técnicos e financeiros, contudo, não podemos esquecer que o Secretario de Educação e Cultura Justino Quintana

esteve em todo momento envolvido no projeto desde o momento em que o então Prefeito Fico propôs o plano à Quintana e Brizola.

No dia 10 de abril de 1962, dois dias após a visita de Gomes à Hulha Negra, encontramos uma publicação na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, p.04, onde a manchete mostra uma ação rápida do Prefeito Camilo Gomes: “*ESCOLA PARA HULHA NEGRA*”:

Atendendo solicitação do dr. Camillo Gomes, operoso prefeito municipal, o deputado Justino Quintana concedeu autorização e verba especial, para aquisição de uma Escola pré-fabricada, dotada de três salas de aulas e paredes duplas, a qual vai servir para o funcionamento de uma Grupo Escolar na florescente Vila de Hulha Negra. A propósito, o edil bagéense enviou em data de ontem o seguinte telegrama: “Madeireiral – Encantado – Rogo embarcarem urgente uma escola tipo D. parede dupla. Tenho verba especial pagamento mesma. Queiram confiar urgente aceitação presente encomenda. Dr. Camillo Gomes – Prefeito Municipal. (Correio do Sul, 20/04/1962, p.04)

Mais uma vez Quintana e Gomes, políticos de partidos opositores trabalham junto e de maneira eficiente. Quintana servindo aos interesses de seu município expandindo ainda mais o projeto político-educacional de Brizola. Desta vez o Distrito de Hulha Negra será contemplado com os avanços quantitativos do plano de expansão do PTB.

E não parou por ai a parceria de Gomes e Quintana. No dia 20 de abril de 1962, também na coluna “*FATOS DIVERSOS*” foi publicado a notícia da “*CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS*” onde encontramos mais unidades para Bagé:

CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS

Estêve nesta cidade, a chamado do prefeito dr. Camillo Gomes, o sr. Ernesto Lavrati, da firma Madeireira Encantado Ltda., que construiu as escolas de madeira que entraram em funcionamento êste ano, de acôrdo com o Plano de Expansão do Ensino Primário, da Secretaria de Educação.

O sr. Ernesto Lavrati veio à nossa cidade para tratar da construção de mais 22 escolas que o prefeito Camillo Gomes conseguiu com o deputado Justino Costa Quintana, secretário de Educação e Cultura. (Correio do Sul, 20/04/1962, p.04)

O anúncio de mais 22 escolas pode estar ligado àquelas já prometidas por Fico, pois o primeiro plano traçado em 1960 previa a construção de 44 unidades, no ano seguinte o Prefeito Fico anunciou que seriam 64, logo estas 22 seriam a segunda parte do plano proposto por Fico em parceria com Quintana e Brizola. Gomes mostra mais uma vez seu empenho no setor educacional aproveitando a disponibilidade de Quintana em ajudar a educação municipal bajeense liberando verbas provenientes do plano do Governo Estadual.

Mesmo após a inauguração da 43 escolas no município ainda não tinha sido resolvido o problema apontado através das páginas do Correio do Sul: as escolas estariam prontas para

serem utilizadas, isto é, havia material escolar, mobília e rede de luz, água e esgoto? De nada adiantava a promessa de mais 22 unidades sem resolver o problema do funcionamento das primeiras 43, de outra forma seriam 65 escolas construídas apenas “para enfeite”.

Diante deste impasse o Prefeito Municipal voltou a tocar em assunto tão delicado na Câmara de Vereadores de Bagé no dia 13 de maio de 1962, segundo reportagem publicada na página 06 sob o título: “*Camillo Gomes debate com os vereadores bagéenses assuntos de interesse do município*”. O Prefeito Gomes na ocasião tinha ido ao Legislativo bajeense para debater sobre importantes problemas do município, o setor da educação mais uma vez constou na pauta cujo recorte apresentamos abaixo:

4º - No setor educacional, comunicou que no dia 19 será aberta concorrência para construção de mais 22 escolas do plano de expansão, bem como **medidas que vêm sendo tomadas para dotar as 45 escolas recém construídas de água, instalações sanitárias, classes e mêsas para as professoras.** (grifos meus) (Correio do Sul, 13/05/1962, p.06)

Encontramos um impasse neste momento. No dia da inauguração simbólica das escolas²¹ foi dito que estas já se encontravam em funcionamento e agora, o Prefeito Municipal perante os Vereadores de Bagé fala que medidas “*vem sendo tomadas*” para realizar as devidas e tão necessárias instalações de água esgoto e mobília. Agora temos certeza de que quando se tratou da execução e entrega do plano de 43 escolas para Bagé pode se pensar que estas vinham apenas com a estrutura do imóvel ou podemos dizer ainda, a sua “casca”.

Camillo Gomes sem contestação vem sendo mais efetivo do que o ex-Prefeito João Batista Fico, mesmo sendo oposição ao Governo Brizola. Dentro daquilo que o então Prefeito do PSD propunha como, por exemplo, o anúncio da criação e lançamento da concorrência para nova escola na Hulha Negra, não encontramos mais demora ou críticas no jornal Correio do Sul, pois mais uma vez Gomes se mostra eficiente e ágil na execução de suas propostas.

Através da reportagem do dia 12 de junho de 1962, divulgado na última página, o Distrito de Hulha Negra menos de dois meses depois teria sua escola inaugurada segundo a manchete “*Dia festivo em Hulha Negra: inaugurada domingo pelo prefeito Camillo Gomes a E. M. Monteiro Lobato*”:

A localidade de Hulha Negra viveu domingo último um dia festivo com a inauguração ali, pelo dinâmico prefeito municipal, dr. Camillo Gomes da Escola Municipal Monteiro Lobato, construída pelo SEDEP. **Trata-se de uma construção de madeira com três amplas salas de aula que**, sem dúvida alguma, veio

²¹ Correio do Sul, 08/04/1962, p.04

preencher uma lacuna existente naquela populosa e progressista vila, onde grande já era o número de crianças sem escola, uma vez o Grupo Escolar dali não mais comportava outros alunos.

[...] O chefe da comuna destacou o trabalho do deputado bagéense frente a Secretaria de Educação e o quanto vem realizando por Bagé naquela pasta. Disse a seguir de sua satisfação em poder entregar ao laborioso povo de Hulha Negra aquela escola, de onde poderão sair no futuro inúmeros homens úteis à Pátria. [...]

O deputado Justino Quintana destacou a atuação do dr. Camillo Gomes na chefia do govêrno do município, os seus esforços para o desenvolvimento do plano de expansão escolar e, finalmente, congratulou-se com os moradores da Hulha Negra pela inauguração ali de mais uma escolas e com o dr. Camillo Gomes, pela feliz denominação dada à nova unidades escolar, oportunidade em que destacou a magnifica obra do escritor paulista. (**grifos meus**) (Correio do Sul, 12/06/1962, p.06)

Em uma sequência de inauguração de prédios escolares no mês de agosto foi a vez da inauguração de uma escola na Vila São Martim, de acordo com nota publicada no dia 02 de agosto de 1962, p.4:

ESCOLA MUNICIPAL JACOB AVANCINI

Ainda domingo pela manhã, foi inaugurada Escola Municipal Jacob Avancini, homenagem a um dos primeiros moradores de São Martim. A nova escola está localizada na Coxilha do Fogo, distrito de José Otávio, tendo sido **construída em terreno oferecido a Prefeitura Municipal pelo trabalhador Vicente Alves que como recompensa pela sua nobre atitude, recebeu do governo municipal uma czinha no terreno ao lado da escola.** (**grifos meus**) (Correio do Sul, 07/08/1962, p.06)

A peculiaridade assinalada neste último prédio escolar é bem singular. O cidadão que veio a doar o terreno ganhou uma casa da Prefeitura Municipal. Este fato não é assinalado em outras pesquisas ou em documentos da CEPE publicados, logo podemos constatar que se trata realmente de uma singularidade.

A pequena e significativa série de inaugurações de prédios escolares pausa, mas o jornal Correio do Sul vem a publicar duas reportagens não menos importantes para a educação bajeense. No dia 11 de agosto de 1962, a reportagem *“Camillo Gomes desenvolveu intensa atividade em Pôrto Alegre para solucionar diversos problemas de sua administração”*²², traz mais uma vez a pauta da educação. Na nota sobre *“Obras Públicas”*, relativa ao encontro do Prefeito com o Secretário de Obras Públicas do Estado, Gomes anuncia que *“[...] foi autorizada pela Secretaria de Educação a construção de mais duas escolas no distrito de José Otávio”*.

Podemos entender que ao tratar com o secretario de Obras Públicas do Estado, Gomes também estava lidando com o Secretario de Educação e Cultura, Justino Quintana, tendo em

²² Correio do Sul, 11/08/1962, p.06.

vista a divulgação de mais duas escolas que mais uma vez cumprem com o projeto de Brizola. O trabalho entre SEC, Obras Públicas e Município teve eficiência mesmo com a oposição partidária de Gomes com o Governo do Estado, ao menos no papel estavam mais duas escolas prometidas para Bagé.

Em sequência temos duas reportagens que apresentam convites para inauguração de mais uma escola publicada dia 04 de setembro de 1962:

INAUGURAÇÃO DE NOVA ESCOLA MUNICIPAL

O prefeito municipal deverá inaugurar amanhã mais uma Escola Municipal do plano SEDEP. A nova unidade a ser inaugurada pelo Dr. Camillo Gomes está localizada no lugar denominado Passo das Mortes.

O ato inauguração está marcado para as 11 horas. (Correio do Sul, 04/09/1962, p.04)

E dois Grupos Escolares também tem a chamada de suas inaugurações publicadas, desta vez no dia 16 de setembro de 1962:

INAUGURAÇÃO DE ESCOLAS

Serão inauguradas hoje, às 10 hs. Pela 13ª Delegacia Regional de Ensino, os Grupos Escolares de Candiota e Dario Lassance. Para o ato que deverá contar com a presença do ex-secretário de Educação, deputado Justino Quintana, recebemos convite da delegada regional, prof. Zita Ferrando de Vargas. (Correio do Sul, 16/09/1962, p.04)

O ponto interessante desta análise é que a escola do Passo das Mortes se localizava, na época, na Sede de Bagé, enquanto que os dois Grupos Escolares acima são localizadas em outro ponto, Distrito de Candiota, ou seja, novamente o conceito de “*Expandir Descentralizando*” aparece no Município de Bagé. Percebe-se que Justino Quintana não estava mais à frente da SEC pelo motivo de que Quintana mais uma vez estava concorrendo à deputação estadual, logo retornaria à frente da SEC no dia 24 de outubro²³.

Ainda no mês de outubro encontramos uma reportagem extremamente importante para o setor educacional que vem a dar resposta àqueles problemas de ordem técnica levantada e reconhecidos pelas autoridades da SEC e da Prefeitura Municipal: o problema da falta das redes elétrica, de água e esgoto mais os problemas da falta de mobílias nos prédios escolares.

A reportagem do dia 21 de outubro de 1962, na última página intitulada “*Ensino no interior do município*” apresenta medidas adotadas pelo Prefeito Municipal nesta área que novamente vem a ser o foco da ação do Executivo bajeense:

²³ Correio do Sul, 24/10/1962, p.01

Os sub-prefeitos distritais estiveram reunidos com o prefeito Camillo Gomes, professores Boaventura Rosa, Diretor do Departamento Municipal de Ensino e d. Maria Auta Sena Goulart, supervisora do SEDEP, para tratarem de assuntos relacionados com o ensino no interior do município. Na oportunidade os sub-prefeitos apresentaram as reivindicações de cada zona, (sic.) feito um levantamento das escolas municipais e da rede do SEDEP. Levaram os sub-prefeitos ao conhecimento do prefeito e das autoridades de ensino presentes algumas irregularidades neste setor, o que levou o chefe da comuna tomar diversas deliberações para saneá-las. Ficou resolvida a criação de Círculos de Pais e Mestres em tôdas as zonas da campanha, os quais terão, além de finalidade específica, a incumbência de fornecer mensalmente às professoras atestados de assiduidade para fins de recebimento na Prefeitura de seus vencimentos. Ests círculos terão assim as finalidades de cooperarem com o Departamento de Ensino, exercendo inclusive controle. **O prefeito municipal determinou ainda providências no sentido de que sejam instalados sanitários e água nas escolas que ainda não possuem. (grifos meus)** (Correio do Sul, 21/10/1962, p.06)

Segundo reportagem, coube ao SEDEP a tratativa dos problemas relacionados à educação municipal bajeense, onde destacamos este órgão por se tratar de um dos “pilares” diretamente ligados ao projeto político-educacional de Brizola. Por outro lado, constatamos mais uma vez a ausência da CEPE, órgão instalado em Bagé, pouco utilizado e que teoricamente ficaria com a responsabilidade de trabalhar ao lado da 13ª Delegacia Regional de Ensino o qual também não se fez presente.

Observamos que o Prefeito Municipal Camilo Gomes foi pontual ao determinar providências quanto à grave situação da falta de sanitários e água em algumas escolas. É bom compreendermos que estas escolas fazem parte do plano de Fico-Quintana-Brizola, inauguradas simbolicamente em 08 de abril de 1962 e que já havia sido publicado outro artigo no dia 13 de maio de 1962 no qual o próprio Prefeito Municipal já havia tomado medidas para dotar as 45 escolas das redes citadas acima. Logo, podemos entender que algumas unidades já tinham recebido este auxílio enquanto que outras ainda enfrentavam os mesmos problemas de 06 meses atrás.

A publicação do dia 31 de outubro de 1962, na última página trata a educação como um dos assuntos principais tendo em vista o título do artigo: *“Principais assuntos tratados pelo prefeito Camillo Gomes em sua recente visita a Porto Alegre”*. A educação esteve inserida nos “principais assuntos” na forma de promessa de mais uma escola e um Grupo Escolar, como mostra o recorte da reportagem:

EDUCAÇÃO

Na Secretaria de Educação, o prefeito municipal conseguiu com o seu titular deputado Justino Costa Quintana autorização para a construção de um Grupo Escolar, de material, com 12 salas de aulas, no Bairro Getúlio Vargas e uma escola com duas salas no Bairro Sepé-Tiaraju, no plano SEDEP. (Correio do Sul, 31/10/1962, p.06)

As duas unidades prometidas novamente passam pelo plano do SEDEP, que é o “*Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário*”, executado por Brizola. Mais uma vez temos a presença de Justino Quintana, trabalhando de forma proficiente com o Prefeito Municipal Camilo Gomes, que até o momento mostrou que realmente assume o Executivo bajeense e cumpre um exímio trabalho com relação à educação, no que diz respeito tanto à continuação das ações de Fico como na ampliação destas ações na forma de planejamento, inserção e instalação de novas unidades escolares.

Quanto à formatação destas unidades, o Grupo Escolar é de material, como fica claro no texto, até pelo fato de o Bairro Getúlio Vargas ficar na Sede do Município e, sendo um Grupo Escolar, o objetivo de unir escolas isoladas em uma unidade só leva a ideia de que este grande prédio será de alvenaria, construção obviamente mais sólida. Já a escola em Sepé-Tiarajú, localizado próximo do aeroporto²⁴ contendo duas salas, provavelmente será de madeira, tendo em vista a capacidade pequena da construção. Ambas as escolas terão abertura de crédito de acordo com telegrama²⁵ enviado de Quintana para o Prefeito Camilo.

No penúltimo artigo analisado, a publicação na coluna “*FATOS DIVERSOS*” do dia 19 de novembro de 1962, p.04, mostra um novo convênio, entre o Executivo Municipal e a SEC. Este convênio podemos dizer, vem a selar o ano de 1962 com méritos de trabalho tanto para o Secretário de Educação e Cultura, Justino Quintana, que já havia nos últimos dois anos fazendo um árduo trabalho, quanto para o Prefeito Camilo Gomes, e mais ainda importante, o fato deste trabalho servir à toda sociedade bajeense que vem a ganhar com a proposta de ambos trabalharem para a educação do Município de Bagé. Segue a notícia da assinatura do convênio:

CONVÊNIO DA PREFEITURA COM A S. DE EDUCAÇÃO

O prefeito Camillo Gomes e o deputado Justino C. Quintana assinaram ontem convênio para a construção de mais 16 escolas neste município, nos locais já divulgados por esta fôlha.

A cerimônia realizou-se ontem no gabinete do chefe da comuna. (Correio do Sul, 19/11/1962, p.04)

A notícia de que estas novas 16 unidades já tiveram local divulgado pelo jornal é um problema, pois não foi encontrada nenhuma notícia referente à localização destas últimas unidades. E mais, as informações sobre este plano são vagas, pois só temos pequena nota sobre o plano firmado por convênio com Camilo Gomes e Justino Quintana.

²⁴ Aeroporto Comandante Kremer, Bagé, RS.

²⁵ Publicado no Correio do Sul, de 17/11/1962, p.04.

No último artigo do ano de 1962 do dia 24 de novembro na coluna “*FATOS DIVERSOS*”, há outra publicação de mais uma inauguração de escola, como segue abaixo:

INAUGURAÇÃO DE ESCOLA

Com a presença do deputado Justino Costa Quintana secretário de Educação, será inaugurada hoje as 15 horas a Escola Reunida Minuano, no lugar que tem esta mesma denominação.

Para o ato recebemos convite da delegada Regional de Ensino. (Correio do Sul, 24/11/1962, p.04)

Esta última notícia da construção desta Escola Reunida é interessante se olharmos para trás analisando que no plano de Fico-Quintana-Brizola já constava no projeto de construção uma escola no local Minuano, que fica no Distrito de Aceguá. Seria então uma forma exaustiva por assim dizer a construção de mais de uma escola em um local? Poderia sim, tendo em vista que o plano de Brizola não limita a construção de escolas, apenas consta que seu lema é “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*”.

Devido ao recorte da pesquisa começar no momento em que Leonel Brizola ocupa o Executivo Estadual e terminar quando este deixa o cargo, o ano de 1963 não será analisado, primeiro pelo fato de o levantamento de dados ter sido feito nos primeiros 31 dias do mês de janeiro, e segundo, por não conter nenhuma notícia relevante ao setor educacional bajeense.

Capítulo 4 Considerações finais

Para começar a etapa final deste trabalho, sobre os reflexos políticos-educacionais da campanha do Governo Estadual de Leonel de Moura Brizola no Município de Bagé, através das páginas do jornal Correio do Sul, temos que ter em mente a excepcional citação de TAMBARA (2000, p.85):

O que deve estar sempre presente é que nunca se deve considerar definitivo qualquer resultado; mais do que isto, deve-se sempre supor um processo de reconstrução e valoração provisórios que decorram de um processo de investigação sempre composto de fragmentos.

Logo a abordagem desta pesquisa e suas considerações finais não pretendem de modo algum esgotar a temática que devido à sua magnitude pode ser explorada por outros vieses teóricos e sob outras perspectivas de análise. Contudo, diante da problemática esboçada neste trabalho e com objetivos pontuados começamos nossa análise ainda seguindo a proposta de seguirmos uma linha temporal na lógica da nossa principal fonte, o jornal Correio do Sul, podendo assim, nos transportarmos para uma sólida análise sem precipitações.

Os artigos analisados no ano de 1959 relativos à educação bajeense eram escassos, sobretudo no que diz respeito aos avanços neste setor no município. Por outro lado os artigos que vinham a tratar do tema educação apresentados em seus mais variados eixos (contratação ou pagamento de professoras) tinham um cunho político com denúncia de roubos, desvio de verbas em projetos de Brizola, a questão da reforma agrária, deixando de lado a operação da educação em Bagé pelo poder público, utilizando ainda que em poucos momentos, as publicações em torno da educação como uma forma de oposição política.

Da mesma forma que os artigos encontrados neste ano de 1959 são de maioria pautada na questão política, exclusivamente, forçamos um olhar de outro ângulo o que nos leva a crer que o espaço para o setor educacional do município nas páginas do jornal era restrito por não se tratar de um assunto que tomasse importância, pois naquele momento, a política em nível de Estado era mais interessante de constar nos editoriais do jornal.

Pouco veio a ser falado sobre a campanha educacional de Brizola no ano de 1959, já no ano de 1960 com a ascensão de Justino Quintana à chefia da SEC ainda no final do ano de 59, nitidamente temos a percepção de que o foco do jornal passa a mudar, ainda que lenta e gradualmente. Adiciona-se como fator responsável por esta mudança por parte do jornal no trato da educação bajeense a vitória de João Batista Fico nas eleições municipais. Este dois

fatores dão a base para que a primeira questão seja respondida: a partir da ascensão destes dois políticos petebistas a cargos “chave” no Estado houve um alinhamento político que permitiu que a pauta da educação fosse tratada, não como mero elemento de ataque político, mas vem a atribuir ao Correio do Sul uma função de fiscalizador e não mais mero crítico das ações a serem desenvolvidas pela campanha de Brizola.

A partir deste momento o jornal Correio do Sul nos traz uma quantidade maior de informações sobre a situação educacional do município. É bem verdade que as publicações que trazem como péssima a situação da educação bajeense relatada pelo jornal também serve para afetar o deputado petebista bajeense que assume a chefia da SEC, portanto temos que ter em mente que:

O maior problema para a história é o de que o seu objeto de investigação, isto é, as ações humanas resignificam as experiências vividas, e, ao mesmo tempo, imprimem determinados significados aos eventos, que nem sempre são apreendidos pelos quadros referenciais da nossa cultura (DECCA, p.19, 2000).

Por este motivo, confortavelmente chamamos atenção para as publicações no Correio do Sul sobre a educação, pois estas são de suma importância, tendo em vista que as ações de liberação ou não de verbas por parte de Quintana assim como todas outras ações e medidas que são ou não tomadas, geram um comentário no matutino local, conseqüentemente, a população bajeense entra em contato com as questões educacionais.

Neste mesmo ano de 1960, logo em seu segundo mês encontramos a parte teórica, podemos assim dizer, da execução do plano político-educacional de Brizola devido ao anúncio da construção de 43 escolas primárias municipais em Bagé. Ressaltamos o caráter teórico devido ao fato de que estas escolas não foram prontamente construídas, demorando assim mais de um ano para serem realmente executadas. De qualquer forma a partir do convênio assinado entre o Prefeito Municipal João Batista Fico, o Secretario de Educação e Cultura Justino Quintana e o Governador do Estado Leonel Brizola já nos mostra que a partir deste alinhamento o município entra no plano do governo Estadual mesmo sem consolidar a construção de nenhuma escola.

O alinhamento político vem a ser de suma importância, pois vimos que Quintana já trabalhava em prol da educação bajeense com medidas de liberação de verbas basicamente, após o anúncio deste plano o jornal Correio do Sul muda indiscutivelmente o foco da educação, pois este passa a questionar de modo fiscalizador, atua como crítico construtivo ao tratar da qualidade dos professores e das unidades escolares almejando um progresso

educacional vindo a ascender, se pode dizer de uma política de oposição para uma política de agente cooperador das reformas educacionais em Bagé.

Prova disto é o crescente espaço que o jornal oferece em seus editoriais tratando da temática da educação que vem a envolver questões de qualidade de corpo docente, qualidade de estrutura, quantidade de escolas e professores e contestando o projeto de Fico. A contestação ao projeto assinado entre Fico-Quintana-Brizola fornece uma gama de materiais de excelente análise, principalmente quando observamos através do jornal que o tema educação foi levado ao poder público municipal chegando ao Executivo e ao Legislativo, como mostra os artigos que começam em 1960 com a contestação de ações e projetos na Câmara de Vereadores de Bagé até a série de reportagens em 1961, promovidas por iniciativa do Correio do Sul para debater e usar da democracia através das páginas do matutino.

Esta iniciativa vem a mostrar que a população bajeense passa a discutir mais a educação, devido aos méritos da ampliação das publicações por parte do jornal, devido ao trabalho dos membros do PTB e seu alinhamento político-ideológico, trazendo assim mais uma pergunta a ser esclarecida: seria apenas Quintana a trabalhar pela educação de Bagé? Ou seria apenas Quintana e Fico, membros do PTB com expressão política? Podemos constatar de acordo com as publicações na série de reportagens que a grande maioria dos legisladores bajeenses trouxe o tema da educação à tona, tratando-a com “*status*” de importância, perspectiva que o jornal já mostrava ao dar espaço para o tema na capa do jornal, editorial de opinião geralmente publicado pelo redator-chefe e na página final, ainda com várias notas de telegrama publicados nos “*FATOS DIVERSOS*”, oriundos principalmente de medidas de Quintana.

Outro ponto notável de ser analisado é que a partir do momento em que Quintana assume a SEC as primeiras notícias em torno da educação estão voltadas para uma ideologia de que se precisa erradicar o analfabetismo do meio rural, mais tarde vai se falar em saturar o município de escolas, publicou também artigos dizendo que sem escolas não há progresso, logo podemos entender que pela primeira vez o jornal Correio do Sul através de suas publicações vem a manter um diálogo com aquilo que Brizola tentava executar.

Podemos assegurar diante das análises dos artigos que Fico foi a pessoa que trouxe o projeto educacional de Brizola para Bagé, mas que Quintana foi a peça fundamental para que o projeto saísse do papel. O Prefeito Fico demonstrou ineficiência e demora além dos prazos estabelecidos para a execução da obra mesmo contando com as adversidades de fatores endógenos como não ter todos os 43 terrenos e de fatores exógenos diante do fato de não ter

compactuado a oferta pela construção com aquilo que empresas empreiteiras solicitavam. Da mesma forma Fico foi ineficiente na construção do novo local para o Colégio 15 de Novembro, pois os anos se passaram desde o anúncio da construção da obra, passando por problemas técnicos e estruturais, problemas no Legislativo bajeense até a fase de começo das obras. Fico não contemplou a obra completa do colégio e nem Bagé entre os anos de governo do PTB Estadual.

O fator determinante para pontuar esta análise é a ascensão de Camilo Gomes no Poder Executivo de Bajé. Mesmo Gomes sendo do PSD, partido de oposição ao da situação Estadual, nenhuma obra deixou de ser prestigiada, foi abandonada ou foi esquecida pelo poder público, muito pelo contrário, Gomes trabalha de forma profícua na educação de Bagé ao lado de Quintana, aonde anotamos a conclusão das obras no interior das unidades escolares relativas ao plano das 43 escolas.

Esta última análise nos permite avaliar que a política de privilegiar o setor educacional transcendeu as divergências políticas e ideológicas de partidos, pois a eficiência de Quintana e seu empenho pelo avanço da educação de Bagé se tornam incontestáveis partindo desta análise, já quanto ao João Fico, este também atua pela educação, mas é falho em questões de execução de planejamento. Quanto a Camilo Gomes, é notável que este assumiu o governo e venha a gerenciar e executar de maneira muito eficiente as ações em relação à educação, ainda contando com uma verdadeira parceria de Quintana, o que nos mostra que no Município de Bagé o trabalho em prol da educação transpassa questões ideológicas como idealizou Brizola quando determinou que o SEDEP fosse o responsável pela parceria entre Estado e município (QUADROS, 2003). Bagé comemora o “*Ano da Escolarização*” em 1961 com prédios que segundo relatado no jornal Correio do Sul continham apenas a “carcaça”, contudo este quadro muda justo na entrada da oposição ao Executivo bajeense.

Com relação às políticas de ação de Brizola podemos pontuar que quase todas aquelas que Brizola idealizou foram inseridas em Bagé. O município contou com auxílio de bolsas de estudos desde o ano de 1959, houve participação efetiva do SEDEP fechando acordos de construção de escolas no município pontuando a construção de unidades escolares, sobretudo unidades de escolas primárias obedecendo com eficiência à distribuição ou a chamada descentralização dentro do próprio município. A contratação de professoras foi outro ponto trabalhado em Bagé tanto na contratação para as escolas que já existiam, mesmo gerando polêmicas quanto à qualidade, quanto para as novas unidades instaladas.

A mesma eficiência não foi verificada quanto a CEPE instalada em 1959, somente em 1961 conseguimos encontrar através das páginas do jornal Correio do Sul material que mostre o trabalho desta unidade que fora implantada em Bagé e teve discreta participação. Vale analisar que em uma das poucas vezes em que a CEPE foi acionada, esta vai complementar obras em uma instituição escolar de caráter comunitária como era o ISPEA – Instituto São Pedro de Educação e Assistência idealizado e construída pelo Pe. Muraro com apoio da comunidade e então, da CEPE.

Da mesma forma a intervenção no ensino Médio e Técnico foi detectada, primeiro com ampliações no Colégio Estadual, fundação de escolas técnicas assim como a liberação de verbas para capacitação e modernização destas unidades. Não podemos falar o mesmo da construção de Ginásios em Bagé. Não foi realizada nenhuma obra neste sentido, apenas tivemos através de Quintana a liberação de verbas para vários Ginásios do município, contudo a ideia do projeto *“Um Ginásio para cada município”* não veio a se tornar efetiva em Bagé.

Por fim após este estudo sobre as ações dos reflexos da política-educacional de Brizola nas páginas do jornal Correio do Sul podemos afirmar diante da problemática de pesquisa aqui exposta que houve sim alinhamento político entre os discursos ideológicos da campanha de Leonel Brizola com políticos bajeenses do PTB. Ainda salientamos que na resolução da nossa problemática encontramos ações e iniciativas do governo municipal chefiado pela oposição, logo entendemos que as ações educacionais no Município de Bagé se dividiram em dois momentos: primeiro com a chefia do PTB no Executivo bajeense e a execução do plano das 43 escolas; no segundo momento a chefia do Executivo por parte do PSD com novos acordos firmados com o Executivo Estadual, a propagação de novas unidades escolares e as ações devidas para o funcionamento das escolas do plano de Fico.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário Pires. *Uma idéia sobre a municipalização do ensino*. Palestra feita pelo autor em agosto de 1990 na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). ESTUDOS AVANÇADOS, p. 61-68, 1991.

AZEVEDO, Janete M. L. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BICA, Alessandro Carvalho. *Ginásio Santa Margarida: um estudo sobre a gênese e a consolidação de uma instituição escolar anglicana de ensino na cidade de Pelotas*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2006.

_____. *A pesquisa em história da educação: caminhos, etapas, e escolhas no trabalho do historiador*. IX ANPED SUL, p. 1-17, 2012.

_____. *A Organização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no Município de Bagé/RS*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 11 de março de 2015.

BONTEMPI JR, Bruno; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Historiografia da educação brasileira: no rastro das fontes secundárias*. PERSPECTIVA, Florianópolis, S/D, UFSC/CED, NUP, n.20, p.9-30.

CASTANHA, André Paulo. *Discussão desenvolvida na disciplina História, Historiografia e Levantamento de Fontes: ministrada no Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, realizada pelo Colégio de Pedagogia da Unioeste – Campus de Cascavel, 2004 – 2006*.

CEMIN, Viviana. *Não só de pão vive o homem: a construção de escolas no governo Brizola a partir das fotografias da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini (1959-1963)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, V. 1, 2010.

CERTAU, Michel de. *A escrita da História*. 1º edição, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: CENSOS DO RS: 1803-1950. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 1981.

DECRETO: nº371. Prefeitura Municipal de Bagé. 1978.

DISCURSO DE LEONEL BRIZOLA NO COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL (13 DE MARÇO DE 1964). IN: *Panfleto*. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, n. 5, p. 2-3.

FERNANDES, Anael. *Métodos de Pesquisa em Educação*. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 4, n.1 – jan./jul. 2015.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1º edição, Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2014.

FERREIRA, Jorge. *Brizola em panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do Governo de João Goulart*. São Paulo: Projeto História, n.36, p.103-122, jun, 2008.

_____. *Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no Governo Goulart (1961 – 1964)*. S/D.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C.. *O SISTEMA PARTIDÁRIO: A redemocratização (1945-1964)*. IN: *REPÚBLICA: DA REVOLUÇÃO DE 1930 À DITADURA MILITAR (1930-1985)* GÉRTZ, René (Dir). V.4, Méritos: Passo Fundo, p.59-82, 2007.

HEINZ, Flávio M. (Org.); VARGAS, Jonas Moreira; FLACH, Angela; MILKE, Daniel Roberto. *Os 170 Anos do parlamento gaúcho*. O Parlamento em tempos interessantes: Breve Perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982, V. III, Porto Alegre, 2005.

JR. Bruno Bontempi; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Historiografia da educação brasileira: no rastro das fontes secundárias*. PERSPECTIVA, Florianópolis, UFSC/CED, NUP. n°20, p.9-30, 1993.

JORNAL, Correio do Sul. 1959, V. 1, 2, 3 e 4.

LEMIESZEK, Cláudio; GARCIA, Élide. *Primazias de Bagé: Um guia Incompleto*. EDIURCAMP, Bagé. p. 12-18, 2013.

MANESCHY, Osvaldo; OSEAS, Antonio. *Documento: Vida e Obra de Leonel de Moura Brizola*. Disponível em: < <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/lideres/verdades-e-mentiras-sobre-o-subdesenvolvimento/vida-e-obra>>. Acesso em: 04 de Abril de 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação*. In: *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n.2, p.311-368. jul-dez, 2005.

PERFIS PARLAMENTARES: Leonel Brizola: Perfil, Discursos e Depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004.

PRADO, Eliane Mimesse. *A importância da utilização das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação*. Campo Grande: INTERMEIO, v.16, n°31, p.124-133, jan./jul. 2010.

QUADROS, Claudemir de. *Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul*. TEIAS, Rio de Janeiro, n°3, p.1-12, jan/jun. 2001.

_____. “*Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*”: política educacional e arquitetura escolar no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Anais ANPED – UPF, 1999.

RELATÓRIO FINAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: COMISSÃO ESPECIAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL. Capítulo 1 e 2, p.08-29, 2006.

RIBEIRO, Betânia Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Faria da; SILVA, Maria Aparecida da. *Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação*. Cadernos de História da Educação. v.13, n°1, p.219 – 231, 2014.

SAVIANI, Demerval et al. *História e história da educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. – 5ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1983.

_____. *Sistema de Educação: Subsídios para a Conferência Nacional de Educação*. 2010. Disponível em: <http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portal/arquivos/p14-499_conae_dermevalsaviani.pdf> Acessado em: 06 de Abril de 2015.

_____. *Escola e Democracia*. 36ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. *Breves considerações sobre fontes para História da Educação*. IN: *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); 2004. (Coleção Memória da Educação).

_____. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. e ampl. . Campinas: SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. *Câmara Municipal de Bagé: 140 anos de História (1847-1987)*. Bagé: Câmara Municipal, 1987.

TAMBARA, Elomar. *Questões teórico-metodológicas da História da Educação*. HISTEDBR, Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Anais do IV Seminário Internacional. UNICAMP-FE, p. 34-40, 1997.

TOLEDO, César de E. A.; JÚNIOR, Oriomar S. *A imprensa periódica como fonte para a História da Educação: teoria e método*. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas n.48, p.255-268 Dez.2012.

WERLE, F. O. C. et al. *Colégios femininos: identidade, história institucional e gênero*. In: Revista da Educação PUC-Campinas, Campinas, nº10, junho, 2001.